



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL de LONDRINA

---

FABIANA MIYUKI YAMAMOTO

**AS JUVENTUDES DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA  
PANDEMIA DA COVID-19:  
ESTUDO DE CASO DE UM COLÉGIO PÚBLICO DE  
LONDRINA/PR**

---

Londrina  
2023

FABIANA MIYUKI YAMAMOTO

**AS JUVENTUDES DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA  
PANDEMIA DA COVID-19:  
ESTUDO DE CASO DE UM COLÉGIO PÚBLICO DE  
LONDRINA/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional de Sociologia (PROFSOCIO), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Angélica Lyra de Araújo

Londrina  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Y195j Yamamoto, Fabiana Miyuki.  
As juventudes do Ensino Médio no contexto da pandemia da covid-19: estudo de caso de um colégio público de Londrina/PR / Fabiana Miyuki Yamamoto. - Londrina, 2023.  
161 f. : il.

Orientador: Angélica Lyra de Araújo.  
Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2023.  
Inclui bibliografia.

1. juventudes - Tese. 2. pandemia - Tese. 3. vulnerabilidades - Tese. 4. experiências escolares - Tese. I. Araújo, Angélica Lyra de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 316

FABIANA MIYUKI YAMAMOTO

**AS JUVENTUDES DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA  
PANDEMIA DA COVID-19:  
ESTUDO DE CASO DE UM COLÉGIO PÚBLICO DE  
LONDRINA/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional de Sociologia (PROFSOCIO), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angélica Lyra de Araújo

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angélica Lyra de Araújo  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Maria Mattar Diaz  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná-  
PUC

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Fábio Lanza  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ileizi Luciana Fiorelli Silva  
1<sup>a</sup> Suplente - Universidade Estadual de  
Londrina – UEL

Londrina, 02 de fevereiro de 2023.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos jovens estudantes de escolas públicas de Londrina/PR.

## **AGRADECIMENTOS**

São inúmeras as pessoas a agradecer por ter feito parte dessa caminhada.

Foram muitos os obstáculos superados que agora são interpretados como aprendizado.

Em primeiro lugar, agradeço meus pais Murilo e Elza. Meus exemplos de vida, perseverança e fé. A minha admiração, meu respeito, meu amor por vocês, que são meus bens maiores.

Ao meu filho Murilo, que vem lidando com minhas ausências, falta de tempo para brincar e até estudar, com a compreensão de melhor filho do mundo que uma mãe pode esperar.

À Orientadora Prof. Dr<sup>a</sup>. Angélica Lyra de Araújo que, com sua paciência, sabedoria e humildade não permitiu que eu desistisse quando apareceram as dificuldades.

À Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Londrina, a Prof. Dr<sup>a</sup>. Ileizi Luciana Fiorelli Silva e sua humanidade em apoiar e incentivar, guiando e orientando nos momentos mais precisos.

Ao Prof. Dr<sup>o</sup>. Fabio Lanza e seus questionamentos, apontamentos e sugestões que enriqueceram muito a produção da dissertação.

À Prof. Dr<sup>a</sup>. Sandra Maria Mattar Diaz pelas valiosas contribuições que foram imprescindíveis para a concretização deste trabalho.

A todas as pessoas que colaboraram para tornar possível a conclusão do Mestrado Profissional em Sociologia.

## **EPÍGRAFE**

O jovem que chega às escolas públicas, na sua diversidade, apresenta características, práticas sociais e um universo simbólico próprio que os diferenciam e muito das gerações anteriores. Mas, quem é ele? Quais as dimensões constitutivas dessa condição juvenil? (DAYRELL, 2007, p. 110)

YAMAMOTO, Fabiana M. **As juventudes do Ensino Médio no contexto da pandemia da COVID-19:** Estudo de caso de um colégio público de Londrina/PR. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, 2022.

## RESUMO

Este estudo foi desenvolvido no contexto específico de uma escola pública considerada de grande porte, localizada na periferia de Londrina/PR. O objetivo foi compreender como a crise sanitária da covid-19 (2020-2021) afetou os duzentos e sessenta e sete jovens estudantes matriculados no Ensino Médio da instituição Colégio Estadual Vista Bela. O ponto de partida foram as relações sociais para se chegar à explicação de que forma o cotidiano institucional se articula ao amplo processo social. Considerando o contexto de pandemia, a reflexão girou em torno das formas que a crise sanitária afetou a vida desses jovens estudantes matriculados no colégio. À luz das referências teóricas consultadas, de autores considerados estado da arte em suas pesquisas sobre juventudes, como Marialice Foracchi (1965), Juarez Dayrell (2007), Alexandre Barbosa Pereira (2010) e ainda autores regionais da área de Assistência Social, como Jolinda Alves (2002), Andréa Beidack (2011), entre outros, se colocou em discussão as investigações que foram levantadas: o conceito de juventudes, as vulnerabilidades, o processo de exclusão que vivenciam e as experiências escolares e territoriais. Por meio da Etnografia Institucional, análise de dados documental e depoimentos dos próprios estudantes, a pesquisa percebeu que tipos de escola desejam, compreendendo como é formada essa juventude e identificou como ocorreu o processo de socialização durante a pandemia da covid-19. Os resultados mostraram as características desses jovens estudantes e indicaram que, por um lado, caíram na inexistência social durante o período retratado e por outro, não deixaram de se socializar, mesmo em tempos de isolamento social.

**Palavras-chave:** juventudes; pandemia; vulnerabilidades; experiências escolares.

YAMAMOTO, Fabiana M. **Perspectives of high school students during the covid-19 pandemic**: a case study of a public school in Londrina/PR. Dissertation (Masters in Sociology) – Londrina State University - LSU, 2022.

### **ABSTRACT**

This study was developed in a specific context in a big size public school, located in the periphery of Londrina/PR. The objective was to comprehend how the sanitary crisis of COVID-19 (2020-2021) affected the 277 young students matriculated in high school of the institution Colegio Estadual Vista Bela. The starting point was the social interactions to explain how the institution daily life articulates in the broad social process. Considering the context of a pandemic, the reflection was focused on how the sanitary crisis affected the life of those young students matriculated in the school. Through the theoretical references consulted, of authors considered state of the art in their research about young people, as Marialice Foracchi (1965), Juarez Dayrell (2007), Alexandre Barbosa Pereira (2010) and still other regional authors in the scope of Social Assistance, as Jolinda Alves (2002), Andréa Beidack (2011), among others, were put in discussion the investigations sourced: the concept of youth, the vulnerabilities, the process of exclusion they face, and the territorial and scholar experiences. Through Institutional Ethnography, documental data analysis, and depositions from the students, the research realized which types the schools desire, comprehending how it formed this youth and identifies how occurred the socialization process during the pandemic of covid-19. The results shown the characteristics of those young students and indicated that, in a way they fell in social inexistence during the related period, and in another way they did not stopped socializing, even in social isolation periods.

**Keywords:** youth; covid-19 pandemic; vulnerabilities; school experiences

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos bairros e regiões de Londrina/PR.....	57
Figura 2 - Ampliação do mapa dos bairros e regiões de Londrina/PR – Zona Norte	58
Figura 3 - Mapa dos Bairros da Zona Norte de Londrina/PR .....	62
Figura 4 - Casa geminada no bairro Vista Bela.....	66
Figura 5 - Pátio dos Prédios da COHAB/LD.....	68
Figura 6 - Vista do Colégio Vista Bela a partir de um dos prédios da COHAB/LD ....	78
Figura 7 - Animais soltos em frente ao colégio.....	80
Figura 8 - Cavalo no terreno vazio entre o colégio e as residências .....	80

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atividades de lazer (cinema, praia, teatro, clubes e bailes).....	106
Gráfico 2 - Atividades de lazer (navega na internet, lê revistas, lê jornais e escreve diários) .....	109
Gráfico 3 - Atividades de lazer (assiste televisão, ouvem músicas, frequenta a igreja e participa de atividades comunitárias) .....	111
Gráfico 4 - Atividades de lazer (assiste filme em casa, vai a shows, frequenta a biblioteca e lê livros).....	114
Gráfico 5 - Atividades de lazer (escreve blogs, toca instrumentos musicais e pratica esportes) .....	117
Gráfico 6 - O que os jovens esperam da escola?.....	119
Gráfico 7 - Motivos que influenciam nas escolhas profissionais.....	121
Gráfico 8 - O que é mais importante em termos profissionais?.....	121
Gráfico 9 - O que o Colégio Vista Bela representa para você? .....	122
Gráfico 10 - O que significa ser estudante do Vista Bela? .....	125
Gráfico 11 - Número de mortes de profissionais da educação em 2021 .....	131

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Planilha de engajamento/ Busca Ativa 2021 .....	22
Tabela 2 - Cronograma das ações da SEED/PR (2020) .....	47
Tabela 3 - Índice de Criminalidade por bairros da Zona Norte de Londrina/PR em 2010 .....	65
Tabela 4 - Número de matrículas no Ensino Médio noturno (2018-2020).....	88
Tabela 5 - Estatística final do 1º ano do Ensino Médio noturno (2018-2020) 1º Ano do Ensino Médio:.....	88
Tabela 6 - Estatística final do 2º ano do Ensino Médio (2018-2020) 2º Ano do Ensino Médio: .....	89
Tabela 7 - Estatística final do 3º ano do Ensino Médio (2018-2020) 3º Ano do Ensino Médio: .....	89
Tabela 8 - Idade dos estudantes do 1º ano do Ensino Médio noturno de 2020 .....	90
Tabela 9 - Escolas estaduais de Londrina e a oferta do ensino noturno.....	91
Tabela 10 - Colégios próximos ao Vista Bela que ofertam o ensino noturno .....	94
Tabela 11 - Número de alunos matriculados X número de alunos transferidos/ evadidos em 2022 (Ensino Médio).....	97

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- ALEP** – Assembleia Legislativa do Paraná
- APP** – Associação dos Professores do Paraná
- BNH** – Banco Nacional de Habitação
- CNS** – Conselho Nacional de Saúde
- COHAB/LD** – Companhia de Habitação de Londrina/PR
- CONEP** – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
- CRTE** – Coordenação Regional de Tecnologia Educacional
- EaD** – Ensino a Distância
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EI** – Etnografia Institucional
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- ERE** – Ensino Remoto Emergencial
- ETI** – Ensino em Tempo Integral em Turno Único
- FGV** – Formação Geral Básica
- GPS** – Sistema de Posicionamento Global
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IPPUL** – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
- IT** – Itinerários Formativos
- LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- NEM** – Novo Ensino Médio
- NRE** – Núcleo Regional de Educação
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- PMCMV** – Programa Minha Casa Minha Vida
- PROFSOCIO** – Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional
- PSS** – Processo Seletivo Simplificado
- SEED/PR** – Secretaria de Educação e do Esporte do Paraná
- SFH** – Sistema Financeiro de Habitação
- SERP** – Sistema Educacional da Rede de Proteção
- SERE** – Sistema Estadual de Registro Escolar
- SESA** – Secretaria da Saúde

**SSP/PR** – Secretaria Estadual de Segurança Pública

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**TIC's** – Tecnologias da Informação e Comunicação

**UEL** – Universidade Estadual de Londrina

**UFPR** – Universidade Federal do Paraná

**UNB** – Universidade de Brasília

**UPA** – Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	14
2. CONTEXTUALIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA .....	17
2.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E OBJETO DE ESTUDO .....	21
2.1.1 As Perspectivas Sociológicas de Juventudes .....	30
3. O ESTADO DO PARANÁ E O PROCESSO DE EXCLUSÃO DIGITAL: A INFOEXCLUSÃO DO COLÉGIO ESTADUAL VISTA BELA .....	40
3. 1 LONDRINA/PR: PEQUENA LONDRES? .....	55
3.1.1 A Instituição Escolar Vista Bela: A Transformação em Cívico Militar e o Fim do Ensino Noturno .....	78
3.1.1.1. A etnografia institucional: os sujeitos da pesquisa – os jovens estudantes do Ensino Médio do Colégio Vista Bela .....	99
4. AS VULNERABILIDADES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA.....	127
4.1 O QUE DIZ A MÍDIA IMPACTA NA SOCIALIZAÇÃO DESSES JOVENS? ...	134
4.2 A Educação em Direitos Humanos no Colégio Vista Bela .....	139
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	147
REFERÊNCIAS .....	152

## 1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação atende ao requisito para a conclusão do Mestrado Profissional em Rede Nacional (PROFSOCIO) do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Considerando o objetivo do programa, que é propiciar um espaço de formação continuada para professores em exercício da rede pública da educação básica, por meio do diálogo entre as teorias sociológicas e a atividade profissional, a apresentação dos resultados da pesquisa com os jovens estudantes de Londrina/PR teve como objetivo compreender as especificidades desse grupo social do Ensino Médio de uma escola pública localizada na periferia de Londrina/PR, destacando como é formada essa juventude, suas experiências escolares, seus desejos e sonhos, bem como, identificar como ocorreu o processo de socialização durante a pandemia da covid-19.

A pesquisa se propôs a fornecer elementos capazes de compreender esses jovens estudantes contemporâneos de Londrina/PR em todas as suas dimensões, que vai além da condição de ser aluno no contexto da pandemia, compreendendos-os como sujeitos sociais, que vem de uma família, uma comunidade e uma sociedade que lhes proporciona desejos próprios, valores, ideias, medos, angústias e sensibilidades das mais diversas.

No primeiro capítulo há uma apresentação do lugar que falo com destaque para a explicação da necessidade da investigação, que segue a linha de pesquisa juventude e questões contemporâneas no contexto da pandemia da covid-19. Na sequência há a apresentação do tema, objeto de estudo e as perspectivas sociológicas de juventudes.

O segundo capítulo analisa Londrina/PR, expondo algumas abordagens da área de Assistência Social sobre o município paranaense e sobre a região onde o Colégio Vista Bela se localiza. É importante mencionar que a delimitação do problema da pesquisa está ligada também à questão territorial e sua formação, por isso esse diálogo se fez necessário para o que se levantou com os jovens pesquisados, ou seja, qual o papel que a escola ocupa em suas socializações e como isso ocorreu durante o período de isolamento social.

Em um terceiro momento a reflexão traz uma análise a respeito da instituição escolar onde ocorreu a pesquisa. Por meio de análise documental, o referido capítulo questiona o modelo cívico-militar e o fim do ensino noturno, expondo algumas situações que dificultaram ainda mais a vida escolar desses jovens estudantes.

A análise apresenta um paralelo entre as tomadas de decisões em relação ao enfrentamento à pandemia, do governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Educação e do Esporte (SEED/PR) e suas determinações a fim de conter a propagação do novo coronavírus e o que ocorria no cotidiano escolar. São apresentadas as principais ações publicadas em resoluções, instruções normativas, processos e ofícios no período de março a dezembro de 2020, com especial atenção a outro grupo de atores envolvidos nesse contexto: os professores.

Os resultados da pesquisa são apresentados no capítulo que trata dos jovens estudantes do Ensino Médio. A principal pergunta que se buscou respostas com a pesquisa é respondida por meio da Etnografia Institucional e da observação participante com enfoque sociológico. As percepções dos estudantes são expostas a partir de temas relacionados ao problema da pesquisa: Onde e como ocorreu a socialização desses jovens estudantes do Ensino Médio quando a escola estava fechada por causa da pandemia? Atividades de lazer, o que esperam da escola, suas perspectivas de futuro, entre outros temas são abordados nesse capítulo que considera a teoria de Dayrell (2007) como ponto de análise.

Nas considerações finais é apresentada uma síntese dos resultados, os quais confirmam (em parte) as hipóteses levantadas no projeto de pesquisa que, em um primeiro momento considerou os dados da Planilha de Busca Ativa do colégio, na qual demonstrava um número considerável de estudantes fora do processo educacional devido às propostas do Ensino Remoto Emergencial (ERE) no Estado do Paraná e na sequência o processo de infoexclusão decorrente da pandemia.

A falta de ambientes públicos que promovem a socialização não foi considerada pelos jovens como empecilho para troca de experiências durante a pandemia, pois relataram que no bairro Vista Bela existe praça, campo de futebol e sorveteria, onde eles se encontravam mesmo no período de isolamento social.

O uso das tecnologias demonstrou ter um papel importante na socialização desses jovens que, em sua maioria responderam que possuem internet em casa. Esse dado contribuiu para compreensão que muitos estavam fora do processo

educacional não pela falta de recursos materiais (internet, celular e computador, por exemplo), mas sim colocou em questionamento a proposta do ERE no Estado do Paraná.

A partir dessa compreensão mais aprofundada de escola pública no contexto da pandemia, é possível fundamentar estratégias individuais ou coletivas de planejamento de ações para a escola, caso ocorra outras situações emergenciais, como a que a pandemia trouxe. Os dados coletados e os resultados obtidos podem ainda contribuir para a reflexão dos defensores do Ensino a Distância (Ead) nessas instituições, visto que a escola pública é que deve se adaptar aos seus estudantes.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Neste capítulo apresento como ocorreu a escolha do tema da pesquisa, o lugar pesquisado, assim como teço considerações sobre o autor que embasou a maior parte da análise dos resultados: Juarez Dayrell (2007).

Meu trabalho na SEED/PR teve início no ano de 2016, quando lecionei Sociologia para o Ensino Médio no Colégio Estadual Jayme Canet, de Bela Vista do Paraíso<sup>1</sup>. Foi a primeira experiência com jovens de escola pública desde os estágios da licenciatura, em 2003.

Em 2017, esse mesmo colégio foi transformado<sup>2</sup> em Ensino em Tempo Integral em Turno Único (ETI). Dessa forma, até o ano de 2020, lecionei, além de Sociologia, os Componentes Curriculares Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida.

Em Protagonismo Juvenil, a prática docente foi permeada, em boa parte, pela teoria do Pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa. Esse autor considerava o jovem como o elemento central da prática educativa, que deve ter participação ativa e ainda atingir a comunidade onde está inserido, sendo um dos objetivos do trabalho com a disciplina.

Dessa forma foi realizada uma vasta pesquisa sobre o referido autor, com olhar sociológico e, na ocasião se chegou a algumas críticas, como por exemplo, o modo como ele primava pelas classes dominantes. No desenrolar das aulas também foi percebido o quanto esse autor enfatizava a busca pela cidadania ativa na participação dos jovens e adolescentes, tanto na educação formal quanto informal.

Sobre o assunto, Silva (2015) em seu Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB) teceu considerações pertinentes ao

---

<sup>1</sup> É um município localizado no Norte do Paraná. Com uma população estimada em 15.400 pessoas (IBGE, 2021), conta com três colégios estaduais: Colégio Estadual Brasília de Araújo, Colégio Estadual Jayme Canet e o Colégio Estadual Presidente Vargas. Esse último transformado em cívico-militar em 2021.

<sup>2</sup> Não houve consulta pública para que o colégio que até então ofertava o Ensino Médio regular, iniciasse o ano letivo de 2017 como Ensino em Tempo Integral em Turno Único (ETI). Na época, a comunidade de Bela Vista do Paraíso/PR foi pega de surpresa, porém teve boa aceitação por parte dos pais dos estudantes. Por outro lado, muitos alunos reclamaram dessa extensão de carga horária, sem aviso prévio e sem a chance de se matricularem em outra escola, pois o período de matrículas já havia terminado. O ano letivo de 2017 foi muito difícil na instituição, principalmente para os professores que diariamente ouviam muitas reclamações dos alunos que não aceitavam essa condição imposta e que havia os prejudicado, principalmente os estudantes que tinham emprego. período vespertino. A resistência vinha em forma de ausência nas aulas pelos muros da instituição.

que se havia percebido nos anos de 2017 e 2018 quando se buscava subsídios para as aulas:

A hipótese lançada é que o fenômeno do Protagonismo Juvenil proposto em Costa tem como plano de fundo despertar a cidadania ativa através do estímulo da participação de jovens e adolescentes, mas essa forma de participação na verdade tem como objetivo promover ou incorporar para educação forte papel ideológico e instrumental, de acordo com o modelo proposto na lógica do capital, pautada na nova reestruturação econômica, mais conhecida como neoliberal (SILVA, 2015, p. 9).

Dessa forma, o que foi apresentado pela SEED/PR como um Componente Curricular que se preocupava com o jovem, na visão de SILVA (2015) tinha a clara função a favor das classes dirigentes incrustado pelo engodo progressista, pois Antonio Carlos Gomes da Costa, o autor preferido do Protagonismo Juvenil no Estado do Paraná, nada mais é do que um mensageiro do grupo dominante, um intelectual orgânico que se liga às classes hegemônicas.

Dando continuidade aos estudos para lecionar a disciplina, se chegou até Juarez Dayrell (2007) e seu Observatório da Juventude<sup>3</sup>. Nesse momento havia uma sensação de desconforto com os ditos intelectuais da juventude por causa das pesquisas realizadas anteriormente. Muitas leituras foram desenvolvidas nesse período até a chegada ao Programa de Seleção do Mestrado Profissional em Rede Nacional – ProfSocio, em 2020, na qual, uma das áreas de concentração era justamente as juventudes e as questões contemporâneas. O alívio que o caminho não estava errado foi quando, na ementa do programa, havia a sugestão de leitura Dayrell<sup>4</sup>.

Dayrell (2003) compreende o jovem como sujeito social. Para ele é preciso conhecer sua realidade cotidiana, entendendo como constroem seus estilos, os significados que lhe atribuem e o que expressam no contexto de uma sociedade

<sup>3</sup> Programa iniciado em 2003 que apresenta uma proposta de articulação de pesquisa em torno da educação, cultura e juventudes. Disponível em <https://observatoriodajuventude.ufmg.br/> Acesso em 07 ago 2022.

<sup>4</sup> No edital 01/2020, publicado em 27 de agosto de 2020 do processo seletivo para o Mestrado Profissional em Rede Nacional (PROFSOCIO) havia duas sugestões de leitura de Juarez Dayrell: DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p.1105- 1128, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100> e DAYRELL, J. CARRANO, P. MAIA, C. L. Juventude e ensino médio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: [http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo\\_juventude-e-ensino\\_medio\\_2014.pdf](http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo_juventude-e-ensino_medio_2014.pdf). Ambas as referências utilizadas para construção do projeto de pesquisa que resultou a presente dissertação.

cada vez mais globalizada. Dessa forma, seus estudos em muito contribuem para problematizar a cultura juvenil contemporânea, evidenciando, por meio dela, os anseios e dilemas vividos pela juventude brasileira.

Em seu livro “*A escola faz juventudes*”? (Dayrell, 2007) problematiza o lugar que a escola ocupa na socialização da juventude contemporânea. Discute ainda as características dos jovens que chegam às escolas públicas do Ensino Médio, assuntos muito pertinentes ao que se levantou com os jovens estudantes de Londrina/PR. Em suas considerações, ele deixa claro que parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se questionando a que ela se propõe.

Ao buscar compreender essa realidade, um primeiro passo é constatar que a relação da juventude com a escola não se explica em si mesma: o problema não se reduz nem apenas aos jovens, nem apenas à escola, como as análises lineares tendem a conceber. Tenho como hipótese que as tensões e os desafios existentes na relação atual da juventude com a escola são expressões de mudanças profundas que vêm ocorrendo na sociedade ocidental, que afetam diretamente as instituições e os processos de socialização das novas gerações, interferindo na produção social dos indivíduos, nos seus tempos e espaços. Dessa forma, o meu ponto de partida será a problematização da condição juvenil atual, sua cultura, suas demandas e necessidades próprias. Trata-se de compreender suas práticas e símbolos como a manifestação de um novo modo de ser jovem, expressão das mudanças ocorridas nos processos de socialização, que coloca em questão o sistema educativo, suas ofertas e as posturas pedagógicas que lhes informam. Propomos, assim, uma mudança do eixo da reflexão, passando das instituições educativas para os sujeitos jovens, onde é a escola que tem de ser repensada para responder aos desafios que a juventude nos coloca. Quando o ser humano passa a se colocar novas interrogações, a pedagogia e a escola também têm de se interrogar de forma diferente. Nesse sentido, cabe questionar em que medida a escola “faz” a juventude, privilegiando a reflexão sobre as tensões e ambigüidades vivenciadas pelo jovem, ao se constituir como aluno num cotidiano escolar que não leva em conta a sua condição juvenil. (DAYRELL, 2007, p. 1106-1107).

Durante o tempo que o Componente Curricular Protagonismo Juvenil fez parte da grade do Ensino Médio do colégio integral no qual lecionei, foram desenvolvidos muitos projetos voltados à incorporação da solidariedade, respeito e autonomia sempre com um viés de transformação social: Feira do Empreendedor, Concurso de Fotografia (o canto da escola que preferem), Desafios Criativos (arrecadação de alimentos para o asilo, confecção de brinquedos feitos de materiais recicláveis para

creche municipal, bilhetes incentivadores nos banheiros do colégio, o dia da horta), entre outros.

Em Projeto de Vida, a exigência do perfil para trabalhar o Componente Curricular era a formação em Ciências Humanas, pois um dos pilares era a contextualização da realidade considerando os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais aos quais os estudantes estão inseridos. A reflexão sobre o mundo do trabalho e as possibilidades de atuação profissional, que envolvem dimensões de carreira, emprego, renda, empreendedorismo e inovação também possui afinidade com a área.

A princípio se pensou em pesquisar as juventudes do Colégio Estadual Jayme Canet, de Bela Vista do Paraíso/PR, porém, ao ter contato com outra realidade, em Londrina/PR, optou-se por esse último por diversos motivos que são descritos adiante, além claro, de desenvolver o trabalho de Pedagoga do Ensino Médio da instituição, o que lhe rendeu uma visão mais ampla quanto às situações desses jovens no período pandêmico.

Tanto se discute a respeito da exclusão e da evasão escolar, mas não há na literatura uma bibliografia sobre esse jovem morador da periferia de Londrina/PR, no sentido de compreendê-lo como sujeitos sociais que são.

Assim, a juventude da periferia, inseridos num contexto de pandemia, o que agravou suas situações de vulnerabilidades, que vão além das territoriais, era preciso desenvolver uma reflexão sobre como a crise sanitária os afetou e vem afetando os diferentes aspectos de suas vidas (saúde, educação, bem-estar, trabalho e expectativas).

Por fim, perceber o que os jovens identificam como prioritário para que a perspectiva de futuro não se perca no cenário pós pandemia é extremamente importante para que outras ações possam ser colocadas em prática, num futuro não tão distante.

A seguir apresentarei e destacarei as juventudes do Ensino Médio do Colégio Estadual Vista Bela de Londrina/PR, o lugar onde ocorreu a pesquisa.

## 2.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E OBJETO DE ESTUDO

O presente capítulo aborda sinteticamente como cheguei até o objeto de estudo e tece algumas considerações sobre o espaço escolar onde ocorreu a pesquisa, partindo do micro para o macro, ou seja, são discutidas as propostas de ensino remoto com um paralelo do que ocorria no cotidiano escolar.

A Resolução 3.616/2021 estabelece a oferta de atividades escolares na forma presencial e remota para os estudantes da rede pública do Estado do Paraná no ano letivo de 2021 e aqui é colocada em questionamento com uma discussão voltada para a realidade do que ocorria na prática na escola.

No remetendo novamente à Juarez Dayrell (2007) e sua pergunta-tema “A escola faz juventudes?”, a apresentação dos resultados da pesquisa levou em conta o papel que a escola ocupa na socialização dos jovens estudantes do Colégio Estadual Vista Bela de Londrina/PR, questionou como isso ocorreu no quadro de pandemia e buscou compreender quais as características desse jovem que chegou à escola pública, suas histórias, sua cultura e as expectativas que carregavam consigo.

O objeto de estudo foi apresentado no início do ano letivo de 2021 quando, ao invés de aulas de Sociologia, assumi o cargo de Pedagoga do Ensino Médio na instituição, como relatado.

Nesse contexto foi apresentada também a realidade de um colégio considerado de grande porte para o município de Londrina/PR: Quase mil matrículas das quais uma pequena parcela participava das aulas *online* ou realizava atividades pela internet.

Das 181.939 escolas de educação básica no Brasil, 60% possuem disponibilidade de recursos tecnológicos (laboratório de informática e internet, inclusive banda larga), segundo os dados do Censo Escolar de 2019 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2020). A disponibilidade desses recursos tecnológicos é maior no ensino médio do que a observada no ensino fundamental, ainda assim, para análise mais minuciosa, devemos levar em conta três fatores: a desigualdade regional do País, o destino para qual é contratada a internet e a qualidade da conexão (CASTRO, 2019, p. 6).

No caso do Colégio Estadual Vista Bela, esses dados vão à contramão dos estudos de Castro (2019), pois havia uma maior participação nas aulas *online* dos

alunos do Ensino Fundamental do que do Ensino Médio, como demonstra a Tabela 01: Planilha de engajamento 2021.

**Tabela 1 - Planilha de engajamento/ Busca Ativa 2021**

SÉRIE	Nº TOTAL DE ALUNOS	Nº DE ALUNOS QUE PARTICIPAVAM DAS AULAS PELA INTERNET	Nº DE ALUNOS QUE RETIRAVAM ATIVIDADES IMPRESSAS (SEM INTERNET)	Nº DE ALUNOS SEM CONTATO COM A ESCOLA
1º A	40	12	21	7
1º B	39	13	26	0
1º C	40	18	18	4
2º A	41	18	18	5
2º B	43	17	23	3
3º A	33	14	14	5
3º B	31	8	18	5

Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

Em 2021 havia 267 matrículas no Ensino Médio<sup>5</sup> (de um total de 965 entre Ensino Fundamental e Ensino Médio). Desses 267 estudantes, apenas 100 realizavam atividades via aplicativo Classroom, 138 alunos retiravam materiais impressos e 29 alunos estavam sem contato com o colégio (não participavam das aulas *online*, não realizavam atividades via aplicativo e também não retiravam atividades impressas). Por esses dados é possível afirmar que uma parcela dos estudantes do Ensino Médio estava fora do processo educacional proposto.

As questões que se levantaram a partir desses dados foram: Os jovens estudantes que estavam matriculados no colégio, mas não tinham contato, estavam

<sup>5</sup> Dados da Planilha de engajamento/ Busca Ativa 2021 do Colégio Estadual Vista Bela até a data 03 jun. 2021. Sofreu alterações até o encerramento do ano letivo.

trabalhando ou estavam fora do processo porque não tinham acesso à internet? Os jovens que realizavam as atividades somente na modalidade impressa realmente não possuíam meios para participarem das aulas *online*? Os jovens que realizavam atividades *online* utilizam a internet de suas casas ou arrumam outros meios? Como ocorreu a sociabilidade desses jovens sem frequentar a escola?<sup>6</sup> Até que ponto seus direitos foram violados ou negligenciados, considerando que a escola deve ser um espaço multicultural e igualitário que valorize e potencialize o reconhecimento às diferenças, o que engloba a questão socioeconômica?

Durante a coleta de dados empíricos intencionais, que ocorreram em 2021 (auge da pandemia) e 2022 (pós pandemia), foi possível saber que a maior parte dos jovens que não tinham ou não queriam contato com a escola estavam fora do processo educacional por diversos motivos: dificuldade de acesso à internet, desinteresse na vida escolar, negligência dos responsáveis, entre outros que os afastaram da escola.

Considerando que a escola se localiza num bairro de vulnerabilidades, como afirmam autores que desenvolveram estudos sobre a região, como Alves; Bueno (2017) e Santos et. al. (2019), o que engloba a exclusão e desigualdade social, o grande número de estudantes que estavam fora do contexto educacional era assustador do ponto de vista que a proposta de educação feita pelo Governo no Estado do Paraná era o acompanhamento de aulas síncronas pela internet via *Google Meet*<sup>7</sup> e a resolução de atividades via aplicativo *Google Classroom*<sup>8</sup>.

Isso nos remete aos estudos de Castro (2020) a respeito da infoexclusão causada pela pandemia. *“Cabe ponderar, todavia, que, em tempos de enfrentamento pandêmico que exige isolamento social, as infovias são recursos imprescindíveis nos processos de ensino e aprendizagem.”* (CASTRO, 2019, p. 5).

---

<sup>6</sup> No período pandêmico não se considerava como frequência à escola a ida uma vez na semana para retirada de materiais impressos, uma vez que os familiares ou amigos poderiam fazer isso pelo estudante. Frequência nessa apresentação de resultados tem dois sentidos: frequentar a escola no modo presencial e tudo o que essa frequência representa, como a socialização, o contato com os amigos, as experiências escolares e a frequência no diário de classe dos professores, computado a partir da realização e entrega de atividades, como ocorreu no período pandêmico.

<sup>7</sup> É um serviço de comunicação desenvolvido pelo Google, onde os participantes se conectam via videoconferência.

<sup>8</sup> O Google Sala de Aula é um aplicativo gratuito para escolas. Para acessá-lo, postar e solucionar atividades é preciso ter o domínio @escola, criado especificamente para a rede educacional paranaense.

Para acessar o *Google Meet*, o professor precisava enviar um link que é gerado no próprio aplicativo ou no *Google Agenda*<sup>9</sup>. O problema é que esse aplicativo consome internet ou pacote de dados móveis de quem participa. No caso do *Google Classroom*, a única forma de acessá-lo sem esse consumo era entrar por outro aplicativo, a Aula Paraná<sup>10</sup>, o que era contestável por grande parte dos estudantes, pois havia relatos que, quando não tinha um mínimo de créditos da operadora de celular, não havia acessos. Fato constatado pelos professores na época.

Podemos apontar também a qualidade dos aparelhos celulares dos jovens estudantes. Em alguns casos, os aparelhos já pertenceram a outras pessoas (tios, primas, pai, mãe...) e suas capacidades de memória ou bateria não suportavam a participação nas aulas síncronas, não conseguiam enviar anexos nem enviar atividades realizadas.

Outro empecilho constatado era que a conta de e-mails sincronizados aos celulares deveria ser o @escola, domínio próprio da SEED/PR, vinculado ao *Google*, que autorizava o acesso às videoaulas e à plataforma *Google Classroom*. O problema estava quando esse domínio era utilizado em jogos de servidores, aí poderia acontecer de as senhas serem alteradas (a princípio, é a data de nascimento do estudante) e ficar sem acesso até a escola ser contatada e ser solicitado o *reset* da conta, o que poderia levar até uma semana, ou mais, dependendo da demanda do Núcleo Regional de Educação (NRE), que possuía um setor específico para isso, a Coordenação Regional de Tecnologia Educacional (CRTE). Toda solicitação era feita por e-mail, as escolas não possuíam essa autonomia de resetar contas de e-mail e facilitar a vida escolar dos estudantes<sup>11</sup>.

Não era incomum observar os jovens às segundas-feiras no colégio retirando atividades impressas com celulares nas mãos e fones nos ouvidos, porém muitos com as telas quebradas ou deterioradas de alguma forma. Por outro lado, também não era incomum observar que outros estudantes carregavam celulares bons, de marca e da moda, porém quando questionados por que não realizavam atividades *online* respondiam que não possuíam internet, não gostavam ou que simplesmente preferiam fazer no papel por causa dos empecilhos criados no domínio @escola.

---

<sup>9</sup>Serviço de agenda e calendário oferecido pela empresa Google para os usuários do domínio @gmail.com.

<sup>10</sup> Aplicativo que dava acesso às aulas gravadas pelos professores da SEED/PR.

<sup>11</sup> Essa habilitação foi dada às escolas no ano letivo de 2022.

Até meados de maio de 2021 era esse o contato que eu tinha com esses jovens estudantes: durante a retirada de materiais impressos às segundas-feiras.

Após esse período, o governo do Estado do Paraná determinou por meio da Resolução Nº 3.616/2021 – GS/SEED de 13 de agosto de 2021, o retorno por revezamento dos estudantes às instituições estaduais paranaenses, o que à época gerou contestações por parte de alguns familiares de estudantes, profissionais da educação e instituições<sup>12</sup>, que se manifestaram contrários a essa medida.

Vale lembrar que, em fevereiro de 2021, a SEED/PR divulgou um material que chamou de Cartilha de retorno às aulas presenciais com dicas para os estudantes para um retorno seguro às escolas.

Dentre esse conteúdo havia um termo de compromisso que deveria ser assinado pelos pais ou responsáveis legais autorizando os filhos a retornarem para as escolas optando pelo modelo híbrido. Esse termo será explicado um pouco mais adiante quando for tratado o assunto presente no Art. 6º da Resolução Nº 3.616/2021, que versa sobre a modalidade de oferta do retorno às aulas.

Muitos responsáveis pelos estudantes foram persuadidos a assinarem tal termo, sem saber realmente do que se tratava, descobrindo a verdade somente quando as escolas colocaram em prática o Art. 6º dessa resolução, que foi quando listas de alunos foram publicadas pelas escolas, os convocando ao retorno presencial.

O que chamou a atenção nesse documento foram os artigos que tentavam isentar o governo de qualquer culpa, caso os profissionais ou estudantes se contaminassem no trabalho:

Art. 2.º Fica sob a responsabilidade das instituições de ensino da rede pública estadual e da mantenedora a oferta das atividades escolares na forma presencial e remota para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial, Conveniadas e EJA – Fase I e II. (SEED/PR, 2021, p. 1)

O Art. 2º dessa resolução atribuiu às instituições escolares a incumbência do retorno presencial sem levar em conta a falta de aparelhos adequados nas escolas e

---

<sup>12</sup> A Associação dos Professores do Paraná (APP Sindicato) foi a primeira instituição a informar os riscos que um retorno no modelo híbrido significaria aos paranaenses, pois até aquele momento nem os profissionais da educação nem tampouco os estudantes estavam vacinados. A direção estadual da APP Sindicato reforçou a necessidade do retorno presencial, porém em ambiente seguro tanto para categoria quanto para os alunos.

internet suficiente para que todos os professores das instituições conseguissem lecionar, atendendo alunos de forma remota e presencial. Por outro lado, os NRE's cobravam dos profissionais que estavam nas escolas que tudo funcionasse conforme a determinação, o que podemos chamar de mundo paralelo ao que vivemos, pois a realidade das instituições eram bem duras distantes dos escritos na resolução.

No Colégio Estadual Vista Bela, por exemplo, havia um *net book*<sup>13</sup> em cada sala de aula (20 no total) e mais 20 aparelhos no laboratório de informática. O problema era que naquele momento, o professor tinha de dar conta de atender os alunos que estavam no modo presencial e também os alunos que estavam no modo remoto, por meio desse aparelho que não tinha excelência em seu funcionamento nem tampouco internet compatível para atender a demanda. O nível de estresse aumentava quando o profissional não conseguia acesso para as aulas remotas e faltas eram lançadas pelo sistema *Power BI*<sup>14</sup>.

O Art. 4º dessa Resolução Nº 3.616/2021 dizia o seguinte:

Art. 4.º Os estudantes que necessitam de atendimento educacional especializado podem retornar às aulas presenciais, a critério das famílias, sendo necessário garantir seu atendimento sem prejuízos à qualidade do aprendizado. (SEED/PR, 2021, p. 1)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é mencionado na Constituição Federal de 1988 em seu Art. 208, Inciso III, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 54, Inciso III e ainda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 em seu Art. 4º, Inciso III e, apesar de não conceituarem o AEE, a expressão do que consta no Decreto 7611/11 atualmente é o mais aceito, portanto entende-se que se trata de um serviço de apoio que tem como objetivo eliminar as barreiras do processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

---

<sup>13</sup> Trata-se de um computador portátil, menor que o notebook. Possui apenas funções básicas, sem capacidade de memória. Suas telas de 12 polegadas são desconfortáveis. Todos são da cor verde da marca Positivo. Esses equipamentos chegaram às escolas do Estado do Paraná entre junho de 2019 e fevereiro de 2020.

<sup>14</sup> Sistema da Microsoft que gerencia dados da escola, como frequência escolar e tempo de permanência do professor em aula remota. É um sistema que ainda está em desenvolvimento em 2022, não muito confiável, porém utilizado pela SEED/PR, NRE's e direções escolares como parâmetro para questionar e punir os professores, pois esse sistema não levava em consideração os empecilhos enfrentados pelos profissionais que estavam nesse modelo híbrido.

Considerando que no momento que a Resolução Estadual foi publicada, boa parte dos estudantes<sup>15</sup> não estava vacinada contra a covid-19, visto que a vacinação no Estado do Paraná e no país estava muito lenta e, apenas os alunos com laudos comprovados com comorbidades recebiam a tão esperada dose.

No Colégio Estadual Vista Bela nenhum aluno do AEE retornou naquele momento, pois as famílias estavam receosas com o perigo iminente do vírus, principalmente pelo fato de seus filhos não estarem vacinados.

Art. 6.º A oferta das aulas acontecerá de forma presencial, presencial por revezamento e/ou não presencial (remota), mediante a adequação dos encaminhamentos pedagógicos às possibilidades de ensino, sem prejuízo aos protocolos de biossegurança e prezando pela qualidade da aprendizagem dos estudantes. (SEED/PR, 2021, p. 2)

O que se lê nesse Art. 6º é o que o governo estadual chamou de ensino híbrido:

Quando iniciar, o modelo híbrido funcionará de duas maneiras. Uma delas será o formato síncrono, no qual um único professor dará a mesma aula tanto para os estudantes que estão em sala de aula quanto para os que estão em casa, com transmissão pelo Google Meet por meio de um *notebook*. (SEED/PR, 2021. Disponível em <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Educacao-divulga-materiais-de-orientacao-para-volta-aulas-presenciais>. Acesso em 02 mai. 2022.)

Neto (2017) e seu estudo sobre o ensino híbrido nos dá outra dimensão a respeito dessa modalidade de ensino:

Este estudo visa entender algumas questões acerca da metodologia de ensino híbrido, conhecida também como *blended learning*. Tal metodologia é caracterizada pela união entre ensino presencial, por meio de projetos e resolução de problemas, e estudo on-line,

---

<sup>15</sup> O título tendencioso de uma reportagem no Portal G1 de 24/06/2021, dizia: Covid: Paraná prevê vacinar 80% da população em geral acima de 18 anos até o fim de agosto, diz governo. É interessante ressaltar que no momento da publicação da reportagem nem todas as pessoas dos grupos prioritários haviam recebido a primeira dose da vacina ainda, como idosos, pessoas com comorbidades, indígenas e professores. Os estudantes que estavam vacinados naquele momento com a primeira dose eram somente àqueles que apresentaram laudo com comorbidades relacionadas a alterações metabólicas decorrentes de excesso de gordura corporal, cardiopatias, câncer, comorbidades relacionadas ao aumento de carga sobre a estrutura corporal ou condições de limitações físicas que agravam a obesidade, sendo assim, mesmo em agosto de 2021, meta da previsão do governo, nossos estudantes não estavam com o ciclo vacinal completo.

alterando a dinâmica professor-aluno, onde o professor assume o papel de mediador do conhecimento, e não o de portador, como é caracterizado no ensino tradicional. (NETO, 2017, p. 59)

Podemos perceber que o ensino híbrido proposto pela SEED/PR assumiu uma conotação equivocada de híbrido no sentido que não houve a união entre estudo presencial e estudo *online*, sendo assim o termo correto seria atendimento presencial e atendimento *online* simultâneo, o que foge da metodologia híbrida.

É importante ressaltar que a proposta da mantenedora não levou em consideração a situação socioeconômica dos estudantes das escolas públicas paranaenses, pois mesmo que a proposta de ensino híbrido ou *blended learning* tivesse sido de fato seguindo seu conceito, boa parte dos estudantes do referido colégio e dos demais colégios públicos do Estado não tinham acesso a internet, como constatado na Planilha engajamento/ Busca Ativa 2021 (Tabela 1)<sup>16</sup>.

Art. 7.º A oferta de ensino ocorrerá na forma presencial prioritariamente para aqueles estudantes que não têm acesso às tecnologias e/ou àqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem. Parágrafo único. Havendo capacidade física para o recebimento de mais estudantes, respeitando o mínimo de 1 (um) metro de distanciamento, a gestão das escolas deverá ampliar o atendimento presencial a todos os estudantes até a capacidade máxima. (SEED/PR, 2021, p. 2)

No Art. 7º citado acima, a SEED/PR reconhece que existem estudantes que não têm acesso às tecnologias, porém o fato pandemia/ vacina é desconsiderado no texto.

Art. 10 Devem ser adotadas e mantidas estratégias para o controle de lotação, o fluxo de entrada e saída e a restrição de acesso, bem como a organização de espaço físico que garanta o distanciamento físico necessário de, no mínimo, 1 (um) metro entre as pessoas, conforme Resolução SESA<sup>17</sup> n.º 735, de 2021. (SEED/PR, 2021, p. 2)

Considerando as terceirizações<sup>18</sup> das funções de merendeira, limpeza e administrativo (agentes educacionais) nas escolas públicas paranaenses, o que se

---

<sup>16</sup> De 267 estudantes, apenas 100 participavam das aulas *online*. O restante ou retiravam materiais impressos ou estavam fora do processo educacional proposto.

<sup>17</sup> Secretaria da Saúde.

<sup>18</sup> A APP-Sindicato e a Central Única do Trabalhador do Paraná (CUT/PR) sempre se posicionaram contra essa medida. Várias denúncias das empresas contratadas pela SEED/PR foram feitas. Os contratos dos profissionais Processo Seletivo Simplificado (PSS) dos agentes educacionais que então passaram a ser terceirizados se encerraram em 30 de abril de 2021. Muitos desses profissionais

viu foi uma debandada de profissionais que não aceitaram as novas propostas que, entre outras, diminuía os seus salários.

Por outro lado, os poucos funcionários que ficaram nas escolas se sobrecarregaram, pois precisava cumprir o Art. 10 da resolução SESA n.º 735, de 2021. Assim, é notável o quanto a pandemia impactou todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Mais adiante será desenvolvida uma análise a respeito das vulnerabilidades dos profissionais da educação durante a pandemia. A seguir é apresentado o Estado da Arte em Sociologia das Juventudes a partir da articulação com o tema proposto, a respeito dos estudantes do Colégio Estadual Vista Bela.

---

receberam novas propostas, com salários vergonhosos, bem abaixo do que ganhavam enquanto contratados pela SEED/PR, o que já não era muito. As escolas do Paraná perderam com essa medida, inclusive o Colégio Estadual Vista Bela que, devido a sua localização e dificuldade de horários de ônibus, muitos candidatos aos empregos desistiam, o que sobrecarregou os que permaneceram em seus postos, precisando desempenhar funções (como aferir temperatura dos estudantes) que não estavam presentes em seus contratos.

### 2.1.1 As Perspectivas Sociológicas de Juventudes

O presente tópico destaca os principais levantamentos bibliográficos que constam no projeto de pesquisa e sintetiza algumas produções acadêmicas já realizadas sobre discussões expostas ao longo da dissertação, como os conhecimentos sobre juventudes, educação, escola, sociedade, pandemia, vulnerabilidades, entre outros assuntos que despertaram as reflexões acerca dos jovens estudantes do Vista Bela.

Os conhecimentos vinculados ao tema juventudes são articulados ao contexto de pandemia da covid-19, o que agravou a realidade de muitos brasileiros. Partiu-se do princípio que existia<sup>19</sup> uma exclusão digital desses jovens estudantes.

Apropriar-se desses conhecimentos é de suma importância para o professor de Sociologia que é um dos principais atores a desenvolver uma reflexão com os alunos sobre o seu cotidiano e sobre a realidade mais geral que estão inseridos.

A respeito do tema educação, escola e sociedade, as reflexões sociológicas voltadas para essa linha de pesquisa dialogaram com a linha a respeito das juventudes, pois por exemplo, a escola que fora um assunto bastante polêmico na Sociologia por ter sido considerada, durante o século XX, uma das instituições mais importantes para o processo de socialização, na Sociologia contemporânea ela ganha outras conexões, como aponta a teoria de Pierre Bourdieu (1992), que interpreta a escola como um espaço que reproduz as desigualdades sociais, culturais e econômicas. Na obra *A reprodução*, Bourdieu e Passeron (1992) mostram que em uma sociedade de classes, as distinções são também culturais. Sendo assim, as classes dominantes se diferenciam das classes trabalhadoras por vários aspectos, além do econômico, reproduzindo as desigualdades sociais, o que gera a reflexão do verdadeiro papel da escola e da violência simbólica.

Para justificar a escolha do tema a respeito das juventudes e as questões contemporâneas no contexto da pandemia de covid-19, é preciso considerar que os dilemas juvenis, além de desafiantes são complexos e que as transformações que passamos nesse século XXI, principalmente num cenário de pandemia, afeta a vida de todos, principalmente dos jovens que são atingidos pela forma de socialização,

---

<sup>19</sup> Verbo utilizado no passado para referir-se ao período pandêmico, porém o correto é afirmar que existe uma exclusão digital desses jovens no sentido de facilidade ao acesso a computadores. Por outro lado, é possível afirmar também que eles estão na *web*, em redes sociais, utilizando aplicativos de mensagens instantâneas, postando fotos e vídeos.

que exige que eles estudem, busquem trabalho, realizem seus projetos de vida e ainda sejam protagonistas da sociedade que vive.

Para Castro (2020), a pandemia da covid-19 sentenciou 17% dos estudantes brasileiros à inexistência social devido à falta de acesso à internet. Essa autora explica que inexistir socialmente em tempos de pandemia significa não ter acesso às vias de informação.

Diante do cenário caótico causado pela pandemia da COVID-19, adensado pelo negacionismo de muitos governos, como Brasil e Estados Unidos, e diante da necessidade de isolamento social como única medida capaz de frear a contaminação, estudantes de todo o mundo tiveram que recorrer às TICs como meio seguro de ensino e aprendizagem. Além das TICs aplicadas à educação em revisão de literatura, este estudo prioriza a compreensão da realidade de infoexclusão estudantil, escancarada durante a pandemia; e medidas que professores de escolas públicas tomaram para solucionar os problemas da comunidade que vive às margens das infovias, as vias da comunicação por meios informáticos. (CASTRO, 2020, p. 2).

Para a maioria dos jovens brasileiros a escola representa a principal alternativa acessível de mobilidade social, por esse motivo os filhos das famílias das classes populares procuram estar na escola, mesmo tendo que conciliar com o trabalho. O controle social e a violência simbólica causam o distanciamento entre os conhecimentos teóricos e as necessidades práticas de vivências. Isso traz outra reflexão sociológica acerca do papel da escola para esses jovens.

Bernard Charlot (2000) em seu livro *“Da relação com o saber – elementos para uma teoria”* nos traz uma análise interessante sobre o chamado fracasso escolar:

[...] “fracasso escolar” é uma chave disponível para interpretar o que está ocorrendo nas salas de aula, nos estabelecimentos de ensino, em certos bairros, em certas situações sociais [...]. A questão do fracasso escolar remete para muitos debates: sobre o aprendizado, obviamente, mas também sobre a eficácia dos docentes, sobre o serviço público, sobre a igualdade das “chances”, sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a “crise”, sobre os modos de vida e o trabalho na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania, etc. (CHARLOT, 2000, p. 14)

Trazendo essa reflexão para a apresentação dos resultados da pesquisa com os jovens estudantes do Colégio Estadual Vista Bela, buscou-se levantar o debate em torno do que Charlot (2000) fala a respeito da igualdade das chances e os

recursos que deveriam ter sido investidos no modelo de educação proposto no contexto da pandemia.

Para Dayrell (2003), os jovens devem ser vistos como sujeitos sociais. Para explicar sua análise, o autor cita Charlot (2000) que define sujeito como *“um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos.”* (DAYRELL, 2003, p. 24-25). Ele continua:

Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. Para o autor, o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere (DAYRELL, 2003, p. 25).

Sendo assim, buscar saber quem é esse jovem matriculado no referido colégio estadual foi uma das premissas da pesquisa: De onde vieram? Qual o perfil socioeconômico? Quais as expectativas em relação aos estudos? O que a escola representa para eles? Indo de encontro com a pesquisa de Dayrell (2007) novamente que chama os jovens de sua pesquisa de sujeitos da pesquisa, só assim é possível compreender o que é ou quem é o objeto de estudo.

Outro ponto que se levantou com a pesquisa é a sociabilidade. No caso desses jovens que ficaram em casa durante a pandemia, com a escola fechada, onde ocorreu essa sociabilidade?

Para Dayrell (2007),

A sociabilidade expressa uma dinâmica de relações, com as diferentes gradações que definem aqueles que são os mais próximos (“os amigos do peito”) e aqueles mais distantes (a “colegagem”), bem como o movimento constante de aproximações e afastamentos, numa mobilidade entre diferentes turmas ou galeras. O movimento também está presente na própria relação com o tempo e o espaço. A sociabilidade tende a ocorrer em um fluxo cotidiano, seja no intervalo entre as “obrigações”, o ir-e-vir da escola ou do trabalho, seja nos tempos livres e de lazer, na deambulação pelo bairro ou pela cidade. Mas, também, pode ocorrer no interior das instituições, seja no trabalho ou na escola, na invenção de espaços e tempos intersticiais, recriando um momento próprio de expressão da condição juvenil nos determinismos estruturais. Enfim, podemos afirmar que a sociabilidade, para os jovens, parece responder às suas

necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade (DAYRELL, 2007, p. 1111).

Pereira (2010) também discorre sobre o assunto, chamando de socialidade ao invés de sociabilidade essa dimensão de relações e analisa a prática da pixação na periferia de São Paulo.

Acompanhei jovens adeptos desta atividade por mais de três anos e tentei entender o modo como esses se organizavam. A etnografia evidenciou que, mais do que o ato de pixar, o grande fator que mobilizava era a possibilidade de construção de um circuito de contatos e de afirmação de prestígio entre indivíduos de diferentes localidades, que estabeleciam tantas relações de aliança como rivalidade e conflito (PEREIRA, 2010, p. 9).

Muitos são os autores que recentemente vem se preocupando com a temática juventudes, porém não se trata de um assunto “novo” nas Ciências Sociais, como nos mostra Marialice Foracchi (1965). Essa autora é considerada um marco na formação da Sociologia da Juventude no Brasil. Nilson Weishemeir (2015) em seu estudo sobre a autora, nos induz a alguns recursos pertinentes à análise dos fenômenos juvenis da atualidade, como a condição do estudante universitário e o movimento estudantil num passado nem tão distante de nós.

Considerada um clássico da juventude, seus textos sobre o tema permanecem centrais. De acordo com Weishemeir (2015), é possível aprender muito com eles, como nos mostra também Maria Helena Oliva Augusto (2005) e sua “Retomada de um legado intelectual”:

De fato, a obra de Marialice deve ser vista como “clássica”: na medida em que seus estudos permanecem centrais para a discussão atual desses temas e ainda hoje é possível aprender com seus textos, a autora e sua obra merecem um lugar privilegiado em relação a outros trabalhos e a outros estudiosos contemporâneos da juventude e dos temas que lhe são vinculados. Sua reflexão permanece viva e traz contribuições para o campo de conhecimento de que tratou, mesmo tendo passado quarenta anos da publicação do livro que a tornou mais conhecida (AUGUSTO, 2005, p. 12).

Tanto Weishemeir (2015) quanto Augusto (2005) concordam que obras de autores clássicos apesar de produzidas em outros contextos históricos e sociais, caracterizam-se por preservarem sua atualidade, ao passo que suas interpretações

detêm um longo alcance e significação teórica, por isso são pontos de referência para investigações a respeito do processo contemporâneo.

Augusto (2005) destaca que, em sua obra, essa autora abordou questões complexas, como a situação, o papel e polissemia da noção de juventude, o conceito de geração e a coexistência de gerações, os processos de transição para a vida adulta, a socialização, os projetos e a autonomia dos jovens, o estudante como categoria social e o significado dos movimentos juvenis e estudantis, temas que receberam “tratamento deveras apurado, que ainda pode servir de estímulo e diretriz para os(as) analistas contemporâneos(as)” (WISHEMEIR, 2017, p. 91)

Dessa maneira, a pesquisa sobre as juventudes do Ensino Médio de Londrina/PR levantou um debate com essa autora, tão importante para a temática juventudes.

Ao abordar a questão da Educação em Direitos Humanos, a pesquisa levou em conta colocações de Alessandro Soares da Silva (2007), doutor em Psicologia Social que desenvolveu muitas reflexões a respeito do tema.

A Educação em Direitos Humanos é uma prática pedagógica comprometida com uma educação que é permanente, continuada e global; que busca inequivocamente a mudança social; que procura inculcar valores sociais que revolucionem a vida cotidiana. Revolucionar o cotidiano passa por promover espaços de reflexividade nos quais educador e educando se permitem transformar coração e mente, se permitem transcender a mera formalidade da instrução e da transmissão de conhecimentos acabados e portadores de verdades absolutas. (SILVA, 2007, p. 1)

Esse autor ainda chama a atenção que uma educação em Direitos Humanos *“implica numa ação na qual os atores e atrizes envolvidos no processo educacional se permitem compartilhar saberes e, sobretudo, reconhecer que diferença não é sinônimo de desigualdade, mas o par da identidade.”* (SILVA, 2007, p. 1). Sendo assim, ele dialoga com algumas perguntas:

Mas o que é normal, o que é diferente? Normal é aquilo, (ou aqueles e aquelas) que se encontra adequadamente enquadrado? Diferente é aquilo (ou aqueles e aquelas) que não foi (ou que não se conseguiu) enquadrado segundo ditames cristalizados, valores intocáveis e inamovíveis? [...] (SILVA, 2007, p. 1).

Silva (2007) expõe assuntos do cotidiano como, por exemplo, nomes serem vistos como defeitos, inadequação ou desigualdade, que ser diferente é ser necessariamente objeto de desqualificação, de depreciação, e conseqüentemente ocupa um lugar minoritário.

Por lugar minoritário entendo um espaço ocupado por sujeitos que não possuem reconhecimento e possibilidade de uso da palavra. Não posso concordar com certas leituras que relacionam minoria com quantidade, visto que mulheres e negros, por exemplo, não são minorias numéricas, mas ocupam sim um lugar minoritário em uma sociedade marcada milenarmente por uma lógica patriarcalista, e que reconhece como detentor do poder apenas o homem. E não um homem qualquer. Reconhece como detentor do poder, como ocupante do lugar majoritário, capaz de nomear e normativizar, o homem branco, eurocêntrico, cristão e heterossexual. Diferir desse padrão é ocupar algum espaço mais ou menos minoritário, mas definitivamente minoritário. (SILVA, 2007, p. 2)

Esse autor cita Louis Althusser (2008), que aponta a escola como um espaço de reprodução ideológica dominante.

Segundo Ferraro (2014),

Louis Althusser (1918-1990) dedicou parte de sua literatura no campo da Filosofia à realização de um debate social. Temas sobre o Estado, ideologia, hegemonia e aspectos de reprodução cultural que são impostos a uma determinada sociedade foram amplamente discutidos nos textos produzidos pelo autor e impregnados por um viés marxista. Observa-se na obra de Althusser a preocupação em demonstrar a ação do Estado a partir de seus aparelhos tanto de repressão quanto ideológicos, e dentro destes últimos o aparato escolar como elemento de reforço à desigualdade social no âmbito da luta de classes que têm como resultado a prevalência de determinada ideologia – “dominante” - em detrimento de outra – “dominada” – no corpo de uma organização social (FERRARO, 2014, p. 4).

O Colégio Estadual Vista Bela foi transformado em cívico-militar<sup>20</sup> no ano letivo de 2021, dessa forma podemos afirmar que os apontamentos de Althusser (2008) são reais e verdadeiros, uma vez que o objetivo dessa mudança é justamente

---

<sup>20</sup> No final do ano letivo de 2020, o Estado do Paraná criou mais uma modalidade de ensino na rede estadual: os colégios cívico-militares. A proposta é baseada na parceria entre SEED/PR e a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP/PR). A implantação do modelo foi feita a partir de consulta pública com a comunidade escolar. No Colégio Estadual Vista Bela houve um pouco mais 500 votos registrados, dos quais 418 (82,74%) votaram a favor da implantação e 87 (17,26%) contrários.

transformar os espaços escolares em meros aparelhos ideológicos do Estado e da mantenedora.

Cabe ressaltar que o governo do Estado do Paraná, arbitrariamente<sup>21</sup>, em 2021, alterou a Matriz Curricular do Ensino Médio Regular excluindo uma aula de Arte, Filosofia e Sociologia, substituindo-as por Educação Financeira, Pensamento Computacional e Projeto de Vida e, no caso dos colégios cívico-militares, acrescentou ainda o Componente Curricular Cidadania e Civismo. O 1º ano do Ensino Médio não cursa Sociologia. Esse já era o prenúncio do que aconteceria em 2022 com o Novo Ensino Médio: Alterada a Matriz Curricular para as três séries, no segundo semestre houve a pesquisa da escolha dos Itinerários Formativos<sup>22</sup> com os estudantes matriculados no 1º ano. Os demais (2º e 3º anos) não realizaram escolhas, pois devem seguir com a antiga Matriz Curricular, mas com a presença dos Componentes Curriculares citados acima, alterados em 2021.

Essa ação do governo do Estado pode ser compreendida de acordo com as palavras de Ferraro (2014):

A escola reproduz a sociedade e a sociedade reproduz a escola. A inculcação de uma ideologia, ou arbitrário cultural passa pela estruturação de um sistema educativo baseado nos modos de produção capitalista mesmo que isto ocorra fora, ou acabe por passar ao lado do próprio sistema de produção. Exatamente no sentido de reforçar e perpetuar tal estrutura. (FERRARO, 2014, p. 8)

Tomas Tadeu da Silva (2013), citado por Ferraro (2014) vai ainda mais longe nessa análise:

O currículo da escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças das classes dominantes podem facilmente compreender esse código, pois durante toda a sua

---

<sup>21</sup> De acordo com a Instrução Normativa Conjunta 011/2020 – DEDUC/DPGE/SEED que dispõe sobre a Matriz Curricular na rede pública estadual de ensino no Paraná, as disciplinas de Arte, Filosofia e Sociologia passaram de duas para uma aula semanal para o ano letivo de 2021.

<sup>22</sup> De acordo com o Novo Ensino Médio, em 2022 os estudantes matriculados no 1º Ano passaram a cursar dois conjuntos de aprendizagens: a Formação Geral Básica (FGV) (800 horas) e os Itinerários Formativos (IF) (200 horas). A FGV é o conjunto de Componentes Curriculares comuns (Arte, Biologia, Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Química) e o IF é composto pelos três Componentes Curriculares “comuns”. Para 2023, esses estudantes deverão “escolher” por meio de pesquisa de intenção estudantil o que a SEED/PR chama de aprofundamento de aprendizagens, mas com apenas duas opções: Linguagens ou Matemática. A mantenedora parte do princípio que no segundo semestre os estudantes do 1º ano já estão aptos a escolherem entre esses dois campos, pois cursaram o IF obrigatório Projeto de Vida. Essa discussão não será aprofundada na presente dissertação, pois traria elementos que não foram o foco da pesquisa.

vida estiveram imersas, o tempo todo, nesse código. Esse código é natural para elas. Elas se sentem à vontade no clima cultural e afetivo construído por esse código. É o seu ambiente nativo. Em contraste, para as crianças e jovens das classes dominadas, esse código é simplesmente indecifrável. Elas não sabem do que se trata [...] funciona como uma linguagem estrangeira: é incompreensível [...]. O resultado é que as crianças jovens das classes dominantes são bem-sucedidas na escola, o que lhes permite o acesso aos graus superiores do sistema educacional. As crianças e jovens das classes dominadas, em troca, só podem encarar o fracasso, ficando pelo caminho [...] As crianças e jovens das classes dominantes veem seu capital cultural reconhecido e fortalecido. As crianças e jovens das classes dominadas têm sua cultura nativa desvalorizada, ao mesmo tempo que seu capital cultural já é baixo ou nulo, não sofre qualquer aumento ou valorização (SILVA, 2013, p.35).

As colocações de Silva (2013) fazem sentido principalmente no caso das escolas cívico-militares que uma das características<sup>23</sup> de implantação é se localizar em bairros onde há altos índices de vulnerabilidade social, baixos índices de fluxo escolar e baixos índices de rendimento escolar.

Na obra *A reprodução*, Althusser (2008) menciona a construção marxista a respeito da noção de sociedade:

[...] Marx rejeitou bem cedo [...] a noção de “sociedade” como não científica. De fato, esse termo está sobrecarregado de ressonâncias morais, religiosas, jurídicas, em suma, trata-se de uma noção ideológica que deve ser substituído por um conceito científico: o conceito de formação social (ALTHUSSER, 2008, p.41).[...] a formação social designa toda “sociedade concreta” historicamente existente, e que é individualizada, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina aí. É assim que se pode falar das formações sociais ditas “primitivas”, da formação social romana escravista, da formação social francesa de servidão (“feudal”), da formação social francesa capitalista, de tal formação social “socialista” (em vias de transição para o socialismo), etc (ALTHUSSER, 2008, p.42)

Partindo para o Estado da Arte em Sociologia sobre a questão das tensões territoriais, é apresentada a tese de doutorado de Gabriel de Santis Feltran (2008), que fez um estudo sobre a política e violência nas periferias de São Paulo. Trata-se de um estudo etnográfico sobre as fronteiras, densamente políticas que se

---

<sup>23</sup> Em uma publicação do site Agência de Notícias do Paraná, de 15/01/2021, disponível em <https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=110513>, acesso em: 15 jul. 2021, há a menção das “características já previstas em lei” sobre as escolas cívico-militares, porém não cita qual ou quais leis a implantação desse modelo de ensino no Paraná está amparado.

conformam entre as periferias da cidade e o mundo público. Ele usa o termo fronteira como categoria mobilizada para preservar o sentido de divisão, de demarcação que conecta aquilo que divide.

A pesquisa foi realizada em dois registros empíricos: o estudo de trajetórias e da vida cotidiana de adolescentes e famílias de Sapopema e também o estudo das rotinas do Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes Mônica Paião Trevisan, uma organização que procura mediar o contato entre esses adolescentes e o mundo público.

Esse autor analisa o contexto das relações entre as periferias e o mundo público, em São Paulo, por isso utiliza a literatura das periferias urbanas de diversas vertentes:

Algumas das referências centrais para pensar as periferias urbanas, nos países do norte, têm vindo de Mike Davis (1993; 2006) e Wacquant (por exemplo 2001, 2006). A sociologia urbana contemporânea traz centralmente, ainda, heranças da Escola de Chicago (ver compilação de textos fundamentais em Grafmeyer & Joseph, 2004), reivindicadas diretamente por autores como Joseph (1981, 1998, 2007); Cefaï (2006); ou Breviglieri & Trom (2003). Em outro campo, a antropologia de Agier (por exemplo 1999, 2002) ensaia interpretações generalizantes sobre as periferias de diversas cidades do mundo (FELTRAN, 2008, p. 35).

A pesquisa dialogou com esse autor e sua análise sobre as periferias urbanas, a etnografia e os históricos familiares, ultrapassando o que ele chama de fronteiras de tensão, descrevendo o mundo do crime das periferias, ele toca na questão das drogas, polícia e tráfico, porém a apresentação dos resultados da pesquisa no Vista Bela não adentrou com detalhes em alguns temas mencionados por esse autor.

Alexandre Barbosa Pereira (2010) foi o segundo autor inspiração para o pontapé inicial da pesquisa desenvolvida com os jovens estudantes do Ensino Médio de Londrina/PR. O primeiro foi Juarez Dayrell (2007), como já mencionado. Seu trabalho de doutorado foi a respeito das experiências juvenis na periferia de São Paulo.

Esse autor aborda as diferentes experiências em variados contextos que analisou como observador-participante. Sob uma perspectiva multilocalizada, Pereira (2010) buscou entender como as experiências juvenis modificaram e foram

modificadas por outras experiências, como as escolares, territoriais, tecnológicas, gênero, classe social e raça.

A apresentação dos resultados da presente dissertação dialogou com esse autor com a noção de juventude, as experiências escolares, as socialidades lúdicas e a presença das novas tecnologias no cotidiano escolar.

Vale ressaltar que na análise da apresentação dos resultados da pesquisa, muitas bibliografias foram utilizadas, sempre com foco nos subtemas desenvolvidos, inclusive autores locais (da região) que realizaram levantamentos pertinentes sobre o Bairro Vista Bela, como Everton Luiz Santine de Deus Bueno e Jolinda de Moraes Alves (2017) que, mesmo tendo como objetivo a questão de assistência social (área da pesquisa), em muito contribuíram com suas análises para embasar a presente dissertação.

Essa breve retomada das discussões realizadas por esses autores demonstra as perspectivas adotadas neste trabalho, que abrangeu as minhas experiências vividas Vista Bela, enquanto pesquisadora e também como pedagoga do colégio onde ocorreu a pesquisa.

Na sequência são apresentados dados do município de Londrina/PR e da região onde vivem os jovens estudantes do Colégio Estadual Vista Bela, assim como alguns elementos do estabelecimento propriamente dito.

### 3. O ESTADO DO PARANÁ E O PROCESSO DE EXCLUSÃO DIGITAL: A INFOEXCLUSÃO DO COLÉGIO ESTADUAL VISTA BELA

O presente capítulo apresenta uma análise da exclusão digital que ocorreu no período pandêmico no Estado do Paraná, como mencionado. Mas denuncia também o despreparo do governo estadual na condução de medidas que, além de excluir os estudantes que não tinham acesso aos meios educacionais propostos, excluía também os profissionais da educação, assunto que será tratado no próximo capítulo.

De acordo com a Agência de Notícias do Paraná<sup>24</sup>, somente em 2020 o governo do Estado gastou R\$ 10 milhões em estruturas como produção e edição de aulas gravadas, transmissão em três canais de TV aberta, aplicativo para *Smartphone* e parcerias com operadoras de telefonia para acesso gratuito via 3G e 4G, além de contratos de R\$ 3 milhões para manutenção dos sistemas. Além dessas cifras exorbitantes, na mesma publicação, o governo divulgou os programas *EduTech* e os Formadores em Ação. O primeiro é oferecido aos estudantes, já o segundo somente para professores e pedagogos. Ambos voltados para o uso de tecnologias em aulas remotas. No *EduTech*, a publicação afirma o investimento de 4,1 milhões. Já o orçamento previsto para os Formadores em Ação, somente para o ano de 2021 havia a previsão de gastos foi de 8,1 milhões.

Nesse contexto vale ressaltar que não foram fornecidos Smartphones para estudantes nem professores, nem tampouco computadores ou acessórios e alguns testes realizados na tentativa de acessar a plataforma *Google Classroom* via aplicativo Aula Paraná sem o uso de dados móveis do celular também não foram bem sucedidos. Em alguns celulares o aplicativo não era aceito. O que funcionava bem eram as aulas transmitidas pela TV aberta<sup>25</sup>, porém nas TV's de tubo não sincronizavam os canais.

---

<sup>24</sup> Disponível em <https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=111602>. Acesso em: 11 jul. 2021.

<sup>25</sup> O Paraná aderiu à contratação de uma pequena empresa chamada IP.TV que é a maior fornecedora de aulas *online* do país e também transmissora da TV Bolsonaro, criada pelo clã do presidente. O site The Intercept fez a denúncia no dia 15 jun. 2020 por meio de uma publicação que afirma que a empresa foi contratada a toque de caixa por conta da pandemia e os aplicativos apresentam muitos problemas, como defeitos na transmissão de som e imagem e não funcionam em celulares mais antigos, o que é devidamente comprovado quando os alunos procuram as escolas para baixá-los e os mesmos não funcionam. Disponível em <https://theintercept.com/2020/06/15/app-empresa-tv-bolsonaro-aulas-online-pandemia/> Acesso em 12 jul. 2021.

Quanto ao programa *EduTech*, durante sua divulgação, alguns alunos do Ensino Fundamental do estabelecimento Vista Bela se interessaram pelo curso que prometia ensinar programação de jogos, porém apenas um aluno do 6º ano efetivou a inscrição mas desistiu após algumas aulas. No modelo presencial, em 2022 houve uma adesão maior dos estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais.<sup>26</sup>

O Programa Formadores em Ação, como mencionado, ofertado a professores e pedagogos da rede estadual funcionava em 2020 e 2021 da seguinte maneira: alguns professores da rede eram escolhidos/indicados como tutores dos professores formadores. Esses precisam passar por uma avaliação de conhecimentos específicos e de uso de metodologias ativas. Os cursistas (professores e pedagogos) precisavam fazer uma inscrição para participarem das aulas síncronas que aconteciam uma vez por semana. O problema é que havia uma pressão estrutural que começava na Secretaria de Educação e terminava nas direções escolares para que os professores realizassem esse curso, o que gerava uma resistência por parte dos mesmos, que estavam sobrecarregados com a carga exaustiva de tempo em que eram obrigados a realizarem videoaulas por meio do aplicativo *Google Meet*, correção de atividades e participação em reuniões de alinhamento<sup>27</sup>.

Em 2022 o programa voltou a ser ofertado aos professores da rede estadual como quase uma imposição: quem realizar o curso terá a chance de assumir aulas na frente dos que os que não realizaram.

Mas voltando ao assunto que trata a suspensão das aulas presenciais, recorrer às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como meio seguro de ensino e aprendizagem não foi exclusividade do nosso país ou Estado.

Diante do cenário caótico causado pela pandemia de COVID-19, adensado pelo negacionismo de muitos governos, como Brasil e Estados Unidos, e diante da necessidade de isolamento social como única medida capaz de frear a contaminação, estudantes de todo o mundo tiveram que recorrer às TICs como meio seguro de ensino e aprendizagem. (CASTRO, 2020, p. 2)

---

<sup>26</sup> No ano letivo de 2022 o curso não é ofertado na instituição para estudantes do Ensino Médio.

<sup>27</sup> Termo muito utilizado atualmente pela SEED/PR, tutores e direções durante a transmissão de orientações para pedagogos e professores.

No Estado do Paraná a pasta da educação estava sob o comando de um paulista<sup>28</sup>, empresário e proprietário de uma empresa de componentes eletrônicos, Renato Feder que, durante o período de suspensão das aulas presenciais, instaurou o modelo de educação à distância na rede pública estadual.

Na data de 16 de março de 2020, o governador do Estado do Paraná assinou o Decreto nº 4317 determinando a suspensão das aulas em universidades e escolas públicas do Estado a partir de 20 de março daquele ano.

Art. 1º A adoção das medidas previstas no Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, e outros diplomas normativos relacionados ao enfrentamento da COVID-19, deverá ser considerada no âmbito dos outros Poderes, Órgãos ou Entidade autônomas, inclusive na iniciativa privada, em regime de colaboração no enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pelo COVID-19.

Art. 2º Deverá ser considerada, no âmbito da iniciativa privada, a suspensão dos serviços e atividades não essenciais e que não atendam as necessidades inadiáveis da população, ressaltando-se a não interferência nos serviços e atividades considerados essenciais. (PARANÁ, DECRETO Nº 4317, de 21 de março de 2020)

No Decreto de 16 de março, a suspensão das aulas presenciais não abrangia as instituições particulares. Era mencionado no documento como recomendação, o que foi alterado cinco dias depois. “A suspensão por tempo indefinido das aulas das redes públicas e privadas de ensino regular em resposta à pandemia passou a vigorar em todo o Estado do Paraná no dia 16 de março de 2020.” (BUNIOTTI; GOMES, 2021, p. 1)

Em 6 de abril de 2020, o governo instaurou o Ensino a Distância na rede pública estadual como medida para manter as aulas durante a pandemia causada pela COVID-19. Por meio da Resolução 1016/2020, professores pré-selecionados pela SEED/PR gravavam aulas que eram transmitidas a todo Paraná.

Buniotti; Gomes (2021) realizaram um estudo sobre as ações que a SEED/PR tomou frente a pandemia e iniciam a análise com uma afirmação muito pertinente ao que se analisa no presente capítulo:

---

<sup>28</sup> Em 2020, após a saída de Carlos Alberto Decotelli do Ministério da Educação, que na realidade não chegou a assumir o cargo, após escândalos envolvendo o antecessor Abraham Weintraub, Renato Feder, o então Secretário de Educação do Paraná foi indicado a assumir a pasta. Na ocasião foi rejeitado, tanto pela ala ideológica do governo federal quanto por outros apoiadores de Bolsonaro. Um dossiê foi elaborado elencando as ações negativas do paulista no Paraná e antes de se tornar secretário da educação. A situação vexatória não o impediu de colocar em prática sua política excludente no Estado do Paraná.

Num quadro comparativo, cresceu o índice de acesso à rede de internet em 80% da população brasileira, em especial entre 9 e 17 anos. Além disso, a quantidade de acessos diários subiu de 21%, no estudo referente a 2014, para 66% no atual, com dados coletados em 2015. Esse aumento vislumbrado em 2020 ainda é segregador. (BUNIOTTI; GOMES, 2021, p. 1)

Nesse contexto, a APP-Sindicato foi o primeiro<sup>29</sup> a se posicionar contra esse modelo, pois um planejamento formalizado não havia sido apresentado. O sindicato fez uma denúncia no Ministério Público.

Ainda nesse início de aulas remotas, o papel do professor era alimentar o sistema RCO (Registro de Classe *online*), utilizando seus próprios equipamentos e internet e acompanhar devolutivas de estudantes no *Google Classroom* das propostas de atividades postadas pela própria SEED/PR<sup>30</sup>.

A sala de aula do *Google Classroom* funcionava da seguinte maneira: A SEED/PR transmitia a aula pela TV e pelo Aplicativo Aula Paraná. Na sequência o vídeo era postado no *Youtube*, que gerava um link e postado na sala de aula virtual. A partir daí, atividades sobre aquela aula era postada logo abaixo do link e atribuído ao estudante, que tinha um prazo para devolvê-la pronta. Tudo muito dinâmico e fácil na visão as SEED/PR.

O problema tinha início nos próprios aparelhos celulares<sup>31</sup> dos estudantes que não eram compatíveis com o aplicativo. Quando conseguia baixá-lo, não tinha internet suficiente para conseguir assistir as aulas, realizar as atividades e fazer as devolutivas.

Outro empecilho, como descrito anteriormente, era o domínio @escola<sup>32</sup>. Só era possível ter acesso aos aplicativos caso o estudante ou o professor instalasse o domínio em seu celular. Aqui o problema estava na senha que, a princípio era a data

---

<sup>29</sup> Na mesma data, em 6 de abril de 2020, a APP-Sindicato publicou uma nota criticando esse modelo de educação que precariza o processo de aprendizagem dos estudantes. Disponível em <https://appsindicato.org.br/ministerio-publico-recebe-denuncia-contra-educacao-a-distancia-de-ratinho-jr/> Acesso em 14 ago. 2022

<sup>30</sup> Por meio da Resolução 1259/2020, o governo orientava os professores a permanecerem *online* durante o horário previsto na grade escolar. Os docentes deveriam tirar dúvidas dos estudantes via chat.

<sup>31</sup> O *Google Classroom* pode ser acessado via computador, porém não é a realidade de muitos estudantes.

<sup>32</sup> Cada estudante e professor da rede estadual têm seu próprio e-mail @escola. A parceria entre a SEED/PR e Google – G Suit teve início em 2016 com o Projeto Conectados, onde apenas 70 escolas do Estado tinham acesso ao domínio. Nesse momento, o armazenamento, recursos de compartilhamento e edição na nuvem eram ilimitados. Durante a pandemia o recurso foi estendido a todas as escolas, porém nem todas tinham profissionais que sabiam utilizar seus recursos.

de nascimento do estudante, porém caso o mesmo utilizasse o @escola em jogos com servidores<sup>33</sup>, a senha era alterada e ele perdia o acesso aos aplicativos.

Nesse primeiro momento, os profissionais da educação não haviam passado por formação para ter acesso a todos os conhecimentos necessários para instruir os estudantes nessa proposta de aprendizagem, o que gerou incertezas e angústias, além do sofrimento das famílias dos estudantes que não tinham aparelhos nem acesso à internet.

Castro (2020) e seu estudo sobre a infoexclusão causada pela pandemia pontua que:

De acordo com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), órgão que atua sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e que é responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre a disponibilidade e o uso da internet no Brasil, 83% dos estudantes da rede pública de ensino têm acesso à internet (CETIC.BR, 2019). (CASTRO, 2020, p. 3)

Por outro lado, a autora afirma, de acordo com SINPRO-DF/ 2020, que só no Distrito Federal, em 2020, 120 mil estudantes estavam sem acesso aos conteúdos escolares por não possuírem equipamentos adequados<sup>34</sup>, de boa qualidade e que garantiriam que os aplicativos funcionassem.

No Estado do Paraná, a suspensão das aulas na rede estadual de ensino, se deu através do Decreto 4230/2020 (GOVERNO DO PARANÁ, 2020a), em seu Art. 8º, estabelecia a suspensão de aulas a partir de 20 de março de 2020, que poderia inclusive compreender a antecipação do recesso escolar de julho do mesmo ano. Definia ainda as diretrizes para a condução do teletrabalho para a Educação pública.

---

<sup>33</sup> Em 2020 a pedagoga/pesquisadora se deparou com essas situações de precisar enviar ao CRTE/LD (Coordenação Regional de Tecnologia Educacional de Londrina) solicitações para “resetar” senhas do domínio de estudantes que estavam sem acesso. As escolas não tinham essa autonomia. O problema era a demanda/ demora em fazer isso. Quando informados que o problema de acesso eram os jogos de servidores, os estudantes optavam por excluir os aplicativos escolares e não seus jogos.

<sup>34</sup> A pedagoga/pesquisadora que escreve a presente dissertação, à época da pandemia possuía um notebook Multilaser, da empresa do Secretário de Educação (mas não era doação, o aparelho foi comprado) e um Iphone 6. Tanto um quanto o outro se deterioraram com a obrigatoriedade do uso das plataformas digitais exigidas pelo governo estadual: No notebook não era possível realizar videoaulas, não havia memória suficiente para suportar 50 minutos de aula. Não era possível compartilhar arquivos também. Em uma *meet* em que estava participando, o Iphone pegou fogo. A saída foi contar com a solidariedade de parentes (sobrinhos), que doaram aparelhos compatíveis, pois de fato o Estado do Paraná não fornecera absolutamente nada. A internet doméstica também precisou ser alterada para um plano que portava mais gigabytes, na anterior as videoaulas eram interrompidas.

Pouco tempo depois, esse Decreto sofreu alterações permitindo às escolas, se quisessem, a opção de ofertar aos alunos atividades não presenciais, o que afetou toda essa rede de ensino. (BUNIOTTI; GOMES, 2021, p. 2)

Essas afirmações são de suma importância à pesquisa empreendida no Vista Bela, pois como demonstrado no capítulo anterior, a maior parte dos estudantes possuem internet em casa, mas não possuíam aparelhos adequados para realização das atividades ou quando possuíam aparelhos adequados, não tinham internet. Esse assunto será desenvolvido no capítulo.

À época da pandemia, a APP-Sindicato afirmou<sup>35</sup>, em publicação de 17 de junho de 2020, que a rede estadual paranaense possuía um milhão de alunos e 70 mil professores. Tanto um grupo quanto o outro tinham muitas dificuldades de acesso nas plataformas digitais propostas nas escolas, pois como relatado anteriormente, não houve formação dos profissionais de educação.

Para os autores Buniotti; Gomes (2021), Ensino Remoto Emergencial não é Educação a Distância e atribuem o não preparo, tanto por parte de professores quanto de alunos, a causa da evasão que assistimos durante o referido período.

À época, o setor de Educação da Universidade Federal do Paraná publicou um Manifesto<sup>36</sup> se posicionando contra a Resolução 1016/2020, no qual apontava as desigualdades de acesso à internet, o que poderia comprometer o direito à educação de qualidade, o que contraria o direito de acesso à educação pública ferindo a Constituição Federal<sup>37</sup> e ainda criticava a tentativa do governo estadual impor um modelo de educação, sem planejamento, metodologia e materiais didáticos específicos.

Ao expor a preocupação, a referida Universidade ainda citou o pouco tempo dessa mudança de modalidade, o que não era possível fazer em apenas duas semanas, como ocorreu. Essa foi apenas a ponta do iceberg que posteriormente escancarou as desigualdades e fragilidades estruturais na área da educação no Estado do Paraná.

---

<sup>35</sup> Disponível em <https://appsindicato.org.br/empresa-que-desenvolveu-o-aplicativo-aula-parana-e-alvo-de-denuncia/> Acesso em 14 ago. 2022

<sup>36</sup> A íntegra do manifesto está disponível em <https://appsindicato.org.br/governo-nao-disponibiliza-material-necessario-para-aplicacao-de-conteudo-no-ead/> Acesso em 16 ago 2022.

<sup>37</sup> Nos incisos I e VII do artigo 206 há a menção que versa sobre os princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a garantia do padrão de qualidade.

Ainda sobre o primeiro momento de imposição à nova modalidade, professores, estudantes e famílias ainda tinham que lidar com a possibilidade da duração da suspensão das aulas, o que poderia gerar a dificuldade de reposição presencial, pois naquele momento havia uma indefinição de retorno e poderia não haver o cumprimento dos 200 dias letivos<sup>38</sup>, comprometendo ainda o calendário escolar<sup>39</sup>.

Buniotti; Gomes (2021), ao refletirem sobre a realidade que aquele momento proporcionou, escreveram que:

Temores que se traduziam na forma de: retrocessos do processo educacional; na queda da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares; danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como estresse familiar e aumento da violência doméstica para as famílias, de modo geral; e abandono e aumento da evasão escolar. (BUNIOTTI; GOMES, 2021, p. 2)

Na data de 29 de abril de 2020, houve a publicação do Ofício Circular 29/2020, que orientava as instituições públicas de ensino no Paraná à disponibilização de material impresso aos estudantes que não possuíam acesso à internet e deveriam ser retirados quinzenalmente nas escolas. Concomitante a essas retiradas, ocorriam a distribuição de *kits* de merenda para os estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família.

No dia 06 de maio de 2020, houve a publicação do Ofício Circular 40/2020 que validava as avaliações realizadas impressas, com a justificativa que nenhum estudante ficasse fora do processo educacional.

Nesse momento, a tragédia pedagógica já estava escancarada por meio do número de estudantes sem acesso<sup>40</sup> aos aplicativos e, o governo no uso de suas

---

<sup>38</sup> Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu capítulo II, artigo 24 que versa sobre as disposições gerais da Educação Básica, diz: “a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.”

<sup>39</sup> O Parecer 05/2020 tratava da reorganização do calendário escolar e validava as atividades não presenciais como cumprimento da carga horária mínima exigida, abandonando os 200 dias letivos previstos na LDB.

<sup>40</sup> Um estudo realizado em 2019 e publicado em 2020 pela TIC Educação afirma que, antes da pandemia, quase 40% dos estudantes de escolas públicas urbanas não possuíam computadores ou *tablets* em casa. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de-escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml> Acesso em 18 ago 2022.

atribuições, tentou contornar a situação relacionando a entrega e devolução de materiais impressos com a merenda<sup>41</sup>.

**Tabela 2 - Cronograma das ações da SEED/PR (2020)**

<b>DATA</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>DESTAQUE</b>
18.03.2020	RESOLUÇÃO N.º 891/2020 – GS/SEED	Súmula: Estabelece medidas previstas nos Decretos n.º 4.230, de 16 de março de 2020, e n.º 4.258, de 17 de março de 2020, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte
03.04.2020	RESOLUÇÃO N.º 1.016/2020 – GS/SEED	Súmula: Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19
08.04.2020	INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 003/2020 – GRHS/SEED	Concessão de Licença Especial aos servidores
16.03.2020	Resolução 891/2020	Suspensão das atividades presenciais para alunos e teletrabalho para os servidores. Antecipação do recesso escolar
31.03.2020	Processo 32/2020	Volta às aulas no sistema de atividade remota.
03.04.2020	Resolução 1016/2020	Apresentação dos recursos que seriam utilizados no sistema de aulas remotas (TV, canal no Youtube, aplicativos para celular).
16.04.2020	Ofício Circular n.º 029/2020 – DEDUC/SEED	Disponha sobre acompanhamento das aulas no aplicativo Aula Paraná e/ou pelo Google Classroom pelas equipes pedagógicas e docentes das escolas; disciplinar o estudo dos estudantes que não possuem acesso ao aplicativo e aos canais disponibilizados para a efetividade das aulas não presenciais: atividades

<sup>41</sup> Alguns estabelecimentos escolares realizavam as duas entregas no mesmo dia, “utilizando” a merenda como um chamariz àqueles estudantes que não haviam procurado a escola.

		impressas entregues quinzenalmente.
20.04.2020	RESOLUÇÃO N.º 1.249/2020 – GS/SEED	Súmula: Dispõe sobre a adequação do Calendário Escolar 2020 para a Rede Pública Estadual de Educação Básica
23.04.2020	Ofício Circular n.º 37/2020 – DEDUC/SEED	Disciplinar o acesso a Materiais de Apoio ao App Aula Paraná. Encaminhamentos metodológicos e avaliação, os quais nortearão a prática docente dos professores que farão o vídeo aulas da Aula Paraná. Compartilhamento do Plano de Trabalho Docente, espaço para disponibilização de materiais para professores e equipe pedagógica.
28.04.2020	ORIENTAÇÃO N.º 04/2020 SEED/DPGE/DLE/CDE	Súmula: Orienta sobre os registros no Livro Registro de Classe Online - LRCO para a Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná para o período de enfrentamento ao surto do novo Coronavírus (COVID-19).
28.04.2020	ORIENTAÇÃO N.º 007/2020 - DEDUC/SEED	Em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19, orienta sobre os procedimentos para o atendimento aos estudantes da Educação Profissional, matriculados na rede pública estadual de ensino do Paraná, em atendimento à Resolução n.º 1.016/2020 – GS/SEED.
28.04.2020	RESOLUÇÃO N.º 1.253/2020 – GS/SEED	Súmula: Altera a Resolução n.º 891 – GS/SEED, de 18 de março de 2020. Alteração da Resolução 891/2020 quanto ao procedimento para solicitação de teletrabalho em função de ser/estar em grupo de risco
28.04.2020	RESOLUÇÃO N.º 1.259/2020 – GS/SEED	Súmula: Altera a Resolução n.º 1.016 –

		GS/SEED, de 2020. - Orientação quanto a presença dos professores online, durante as aulas para tirar dúvidas dos alunos.
30.04	Orientação n.º 04/2020 – SEED/DPGE/DGDE/CRE	Orienta as Instituições de Ensino sobre os registros dos dados no Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE (Escola Web)
06.05.2020	Ofício Circular n.º 040/2020 – DEDUC/SEED	Assunto: Planejamento de avaliações durante a pandemia do Covid-19 – “deve ser diagnóstica e oportunizar instrumentos de avaliação que permitam a expressão do conhecimento em diferentes linguagens, mesclando questões objetivas com questões discursivas, propondo pesquisas, produção de pequenos textos, questionários, resolução de situações-problema”
07.05.2020	RESOLUÇÃO N.º 1.522/2020 – GS/SEED	Súmula: Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais em decorrência da pandemia causada pela COVID-19. Em resumo, tratou de compilação das informações contidas nas Resoluções anteriores.
15.05.2020	RESOLUÇÃO N.º 1733/2020 – GS/SEED	Súmula: Altera e acresce dispositivos à Resolução n.º 891 – GS/SEED, de 2020: convocação presencial de servidores em regime de escala para distribuição de merenda e kit pedagógico
21.05.2020	ORIENTAÇÃO N.º 009/2020 - DEDUC/SEED	Revoga as Orientações n.º 007 e n.º 008/2020 - DEDUC/SEED e apresenta os procedimentos para o atendimento aos estudantes da Educação Profissional, matriculados na rede pública estadual

		de ensino do Paraná, em atendimento à Resolução n.º 1.522/2020 - GS/SEED.
26.05.2020	Comunicado n.º 07/2020 - CDE/DLE/DPGE/SEED	Informações complementares para os registros de frequência, conteúdos e avaliações no LRCO (sistema de apontamento de presença/falta dos alunos no sistema).
29.05.2020	Ofício Circular n.º 047/2020 – DEDUC/SEED	Assunto: Retomada de conteúdos do 1º trimestre na semana do dia 01 a 05 de junho de 2020
01.06.2020	Ofício Circular n.º 048/2020 – DEDUC/SEED	Assunto: Orientações para a realização do Conselho de Classe do 1º trimestre de 2020
13.06.2020	Ofício Circular n.º 059/2020 – DEDUC/SEED	Assunto: Reagendamento do Estudo e Planejamento 2º Sem/2020.
16.06.2020	Ofício Circular n.º. 052/2020 – SEED/DEDUC	Assunto: Orientações para os registros no LRCO – Programa Mais Aprendizagem
17.07.2020	Ofício n.º 346/2020	Assunto: Alteração da data início do 2º semestre do ano letivo de 2020 para 29.07.2020
22.07.2020	INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA N.º 01/2020	Estabelece a oferta da Progressão Parcial para as disciplinas teórico-práticas dos cursos técnicos de nível Médio, pelo tempo em que perdurarem as consequências causadas pela pandemia do novo Coronavírus – COVID-19.
24.07.2020	ORIENTAÇÃO CONJUNTA N.º 008/2020 - DEDUC/DEP e DPGE/DLE/CDE	Orienta as instituições de ensino da rede pública estadual de educação do Paraná sobre o estágio obrigatório dos Cursos Técnicos subsequentes, em virtude do encerramento do período letivo 2020-1 e matrículas para o 2020-2
24.07.2020	ORIENTAÇÃO N.º 011/2020 – SEED/DEDUC	Orienta as instituições da rede pública estadual de educação sobre as disciplinas teórico-práticas dos Cursos Técnicos de

		Nível Médio, durante o período de pandemia causada pelo novo Coronavírus – COVID-19
10.08.2020	Ofício Circular n.º 01/2020 - DPGE/SEED	Uso de Verbas (Cotas do Programa Fundo Rotativo). Solicitação para que os “gestores continuem utilizando as verbas de maneira regular.”
25.08.2020	INFORMAÇÃO N° 24/2020	Proposta para desenvolvimento da disciplina Prática de Formação durante o regime especial estabelecido em virtude da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19).
03.09.2020	Ofício Circular n.º 064/2020 –DEDUC/SEED	Assunto: Alteração do cronograma referente às avaliações do SAEP – 2020. Suspensão do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEP
24.09.2020	RESOLUÇÃO N.º 3.817/2020 – GS/SEED	Súmula: Altera a Resolução n.º 1.522 – GS/SEED, de 7 de maio de 2020, para regulamentar a abrangência do sistema de aulas não presenciais: regulamenta a definição de aula remota, aula em tempo real e frequência de professores.
23.09.2020	Ofício n° 070/2020 - DEDUC/SEED	Assunto: Orientações sobre a prevenção e proteção das crianças e dos adolescentes do Estado do Paraná durante a pandemia Covid-19. Foco/objetivo de prevenir e encaminhar as situações de violação de direitos e suspeita de violência contra crianças e adolescentes
28.09.2020	INFORMAÇÃO N° 28/2020	Alteração da Informação N.º 24/2020 -DEP/Deduc que trata da Proposta para desenvolvimento da disciplina Prática de Formação durante o

		regime especial estabelecido em virtude da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19).
09.10.2020	RESOLUÇÃO N.º 3.944/2020 – GS/SEED	Súmula: Altera a Resolução n.º 1.733 – GS/SEED, de 15 de maio de 2020.
09.10.2020	RESOLUÇÃO N.º 3.943/2020 – GS/SEED	Súmula: Regulamenta o processo de retorno gradativo das atividades presenciais extracurriculares nas instituições de ensino estaduais, municipais e privadas no âmbito do Estado do Paraná, em conformidade com os termos dispostos na Resolução da Secretaria de Estado da Saúde / SESA nº 1.231 de 9 de outubro de 2020.
09.10.2020	RESOLUÇÃO SESA Nº 1231/2020	Regulamenta o disposto no § 2º do art. 2º, do Decreto Estadual nº 5.692, de 18 de setembro de 2020, que altera do art. 8º do Decreto n.º 4.230, de 16 de março de 2020 para implementação e manutenção das medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 nas instituições de ensino estaduais, municipais e privadas para o retorno gradativo das atividades extracurriculares no Estado do Paraná.
20.10.2020	RESOLUÇÃO N.º 4.057/2020 – GS/SEED	Súmula: Estabelece de forma excepcionalíssima o regime e a rotina de trabalho nas instituições de ensino da Rede Estadual de Educação, revoga as Resoluções n.º 891/2020, n.º 1.733/2020, n.º 3.423/2020 e n.º 3.944/2020 – GS/SEED e dá outras providências
27.10.2020	ORIENTAÇÃO Nº 016/2020– DEDUC/SEED	Orienta a realização de estágios obrigatório e não

		obrigatório com oferta exclusiva na forma remota durante a pandemia causada pelo Covid-19.
29.10.2020	INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2020 – SEED/DPGE	Instrui sobre os procedimentos para efetivação das matrículas nas instituições de ensino da rede pública estadual de educação básica e nas escolas de educação básica - modalidade educação especial, para o ano letivo de 2021.
10.11.2020	RESOLUÇÃO N.º 4.252/2020 – GS/SEED	Súmula: Regulamenta o Processo de Consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná
20.11.2020	Ofício Circular nº 083/2020 - DEDUC/SEED	30/11/2020: organização das aulas não presenciais com foco na proposta “SE LIGA! É TEMPO DE APRENDER MAIS!”: retomada de conteúdos essenciais para estudantes em situação de defasagem escolar.
18.11.2020	RESOLUÇÃO Nº 4.280/2020– GS/SEED	Estabelece os procedimentos e regras a serem adotados para o retorno [presencial] de estágio e aulas práticas de laboratório para estudantes dos cursos técnicos de nível médio, no âmbito do sistema estadual de ensino, em virtude da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19).
11.12.2020	ORIENTAÇÃO CONJUNTA Nº 012/2020 – DEDUC/DPGE/DTI/SEED	Orienta as escolas estaduais e os Núcleos Regionais de Educação (NRE) quanto aos encaminhamentos para o encerramento do ano e a validação da carga horária referente ao Calendário Escolar de 2020.
16.12.2020	RESOLUÇÃO N.º 5.085/2020 – GS/SEED	Súmula: Regulamenta a Prorrogação do mandato

		dos Diretores das instituições de ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e dá outras providências.
--	--	--

Fonte: Buniotti; Gomes (2020), p. 18-21

Analisando a tabela, que apresenta inúmeras resoluções, orientações, ofícios, instruções e informações, fica claro que a grande preocupação do Governo do Estado não era a exclusão digital e sim o patrulhamento ao trabalho docente em curtas determinações, informações desencontradas e contínuas mudanças, o que gerava a sensação de improvisação.

Atender aos interesses do Estado durante o período de suspensão das aulas presenciais foi o maior desafio dos professores que percebiam seus alunos na exclusão digital e nada podiam fazer, pois a cada nova orientação, o temor pelos seus empregos tomava conta, como na determinação de que o professor deveria manter ao menos três estudantes<sup>42</sup> em suas *meets* para que garantisse a presença no dia de trabalho.

Por outro lado estavam os estudantes, sofrendo em agonia como seus professores: ora por não possuir meios de acessar as aulas, ora por não possuírem aparelhos adequados para tal, restando somente a possibilidade de retirar materiais impressos nas escolas, o que os colocavam na situação vexatória de enfrentamento de intermináveis filas, como descrito no capítulo 5 que tratou do assunto a etnografia institucional.

A seguir, a análise tratará do assunto a respeito dos profissionais da educação durante o período da pandemia, considerando que, além dos profissionais da saúde, foram eles que mais ficaram expostos a todo tipo vulnerabilidades advindas de mudanças repentinas nas orientações no trabalho e a pressão exercida pela secretaria de educação.

<sup>42</sup> Essa determinação não saiu em resolução, orientação ou ofício. Era algo velado que as direções transmitiam aos professores para que suas aulas fossem computadas no Power BI. Caso a aula de determinado professor não contasse com esse mínimo estipulado, o nome do professor tinha o nome em vermelho no sistema que contava os minutos que o professor permanecesse *online*. Ainda sem levar em consideração o contexto que alguns estudantes precisaram trabalhar e muitos professores adequavam os horários das *meets*, o governo estadual vetou a possibilidade dessas adequações, alegando que professores e estudantes deveriam estar nessas aulas conforme cronograma da escola, o que dificultou mais ainda o acesso aos estudantes nas *meets*.

### 3. 1 LONDRINA/PR: PEQUENA LONDRES?

Inicialmente descreverei a cidade de Londrina/PR, alguns aspectos históricos, econômicos, sociais e territoriais que considere relevantes para a pesquisa. Na sequência, abordo a questão da política habitacional e a criação do Bairro Perobinha, passando por uma breve análise da região norte do município.

O capítulo ainda traz uma breve análise do colégio, que se tornou cívico-militar em 2021, mas o assunto será tratado com maiores detalhes no Capítulo 3.1.

Considerado um município de médio porte<sup>43</sup> do Estado do Paraná, Londrina, cidade fundada por colonizadores ingleses, leva esse nome que significa filha de Londres, foi batizada por João Domingues Sampaio, um dos primeiros diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná<sup>44</sup>.

A cidade de Londrina foi elevada a município em 1934 e aproximadamente quinze anos depois já vivenciava os dilemas provocados pelo processo de urbanização. Na década de 1950, emergiu no cenário nacional como importante cidade do interior do Brasil. Neste período, apresentou considerada expansão urbana em razão da produção cafeeira no norte do Paraná. Nesta década a população passou de 20.000 habitantes para 75.000, sendo que quase metade se encontrava na área rural. (ALVES; BUENO, 2017, p. 2)

No pequeno histórico do município, contado no site oficial da prefeitura municipal, entre outros, menciona que as edificações de conjuntos habitacionais da Companhia de Habitação de Londrina (COHAB/LD) tiveram início na década de 1960 e se localizavam entre 6 e 7 km de distância do centro da cidade, o que atendeu às populações mais necessitadas da sociedade londrinense.

Sobre o assunto, os autores ALVES; BUENO (2017) afirmam que:

Na conjuntura desse processo de desenvolvimento se originaram as situações de pobreza, principalmente com a erradicação da cultura do café, o que causou a expulsão da mão de obra no campo, o rápido processo de urbanização da cidade e as dificuldades de sobrevivência geradas pela migração do campo para a cidade. De acordo com ALVES (2013, p. 93) “As situações de pobreza se manifestaram em Londrina desde a década de 1940, no entanto a primeira concentração de pobreza constatada foi a “Vila do Grilo”.

---

<sup>43</sup> De acordo com dados de 2021 extraídos do IBGE, Londrina/PR possui uma área territorial de 1.652,569 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 580.870 pessoas.

<sup>44</sup> Dados do site da prefeitura do município, disponível em [HTTPS://portal.londrina.pr.gov.br/historia-cidade](https://portal.londrina.pr.gov.br/historia-cidade). Acesso em 18 abr. 22

Trata-se da primeira favela de Londrina. (ALVES; BUENO, 2017, p. 2)

Desse período até 2011, quando surgiu o Residencial Vista Bela, localizado no Bairro Perobinha, extremo norte de Londrina/PR (território onde se localiza o Colégio Estadual Vista Bela), outros territórios surgiram, como por exemplo, o Bairro União da Vitória, localizado na região sul, que é semelhante em vulnerabilidades<sup>45</sup>.

O bairro União da Vitória (UDV) surgiu a partir dos anos 80 do século XX por loteamentos populares e formações irregulares de habitação. Ruiz (2013) explica que depois da queda dos anos 70 em Londrina, ocorreu uma transformação no modelo econômico agrário da região, voltado para o plantio do café, quando ocorre uma aceleração de fluxo de trabalhadores para a região urbana de Londrina. O bairro União da Vitória, surgiu nesse contexto de crescimento populacional urbano, a partir dos anos 1985, através da ocupação efetivada por algumas famílias provenientes da zona rural de Londrina e região (Lerrovilla, Tamarana, Jacarezinho, Jataizinho, dentre outros), para um terreno da COHAB, no extremo sul de Londrina. (ALVES; BUENO, 2017, p. 7)

Próximo ao Bairro Perobinha, onde está localizado o Residencial Vista Bela, há o Jardim São Jorge, onde mora parte dos jovens estudantes pesquisados, mas nem sempre foi chamado de jardim.

Em 1997, um grupo de 50 famílias iniciou uma ocupação no fundo de vale do Jardim José Giordano, na zona norte de Londrina. Os moradores da região, porém, foram contra e se mobilizaram para a desocupação. Parte das famílias foram levadas para o Jardim João Turquino e outras 30 acabaram ocupando uma área na região, criando o Assentamento São Jorge. Depois de 17 anos, o antigo assentamento se transformou em um bairro, o Jardim São Jorge. (OGAWA, Vitor. São Jorge: de ocupação a bairro. Folha de Londrina, Londrina, 08 ago 2014. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/sao-jorge-de-ocupacao-a-bairro-889738.html> Acesso em: 21 nov. 2022)

Na contramão da cidade europeia que deu origem a seu nome, podemos afirmar que Londrina/PR, fruto do desenvolvimento capitalista, exaltada por Arias Neto (1993), como a “Terra da Promissão”, o “Eldorado Cafeeiro” e a “Nova Canaã”, é também produtora de efeitos sociais desastrosos para a população mais pobre

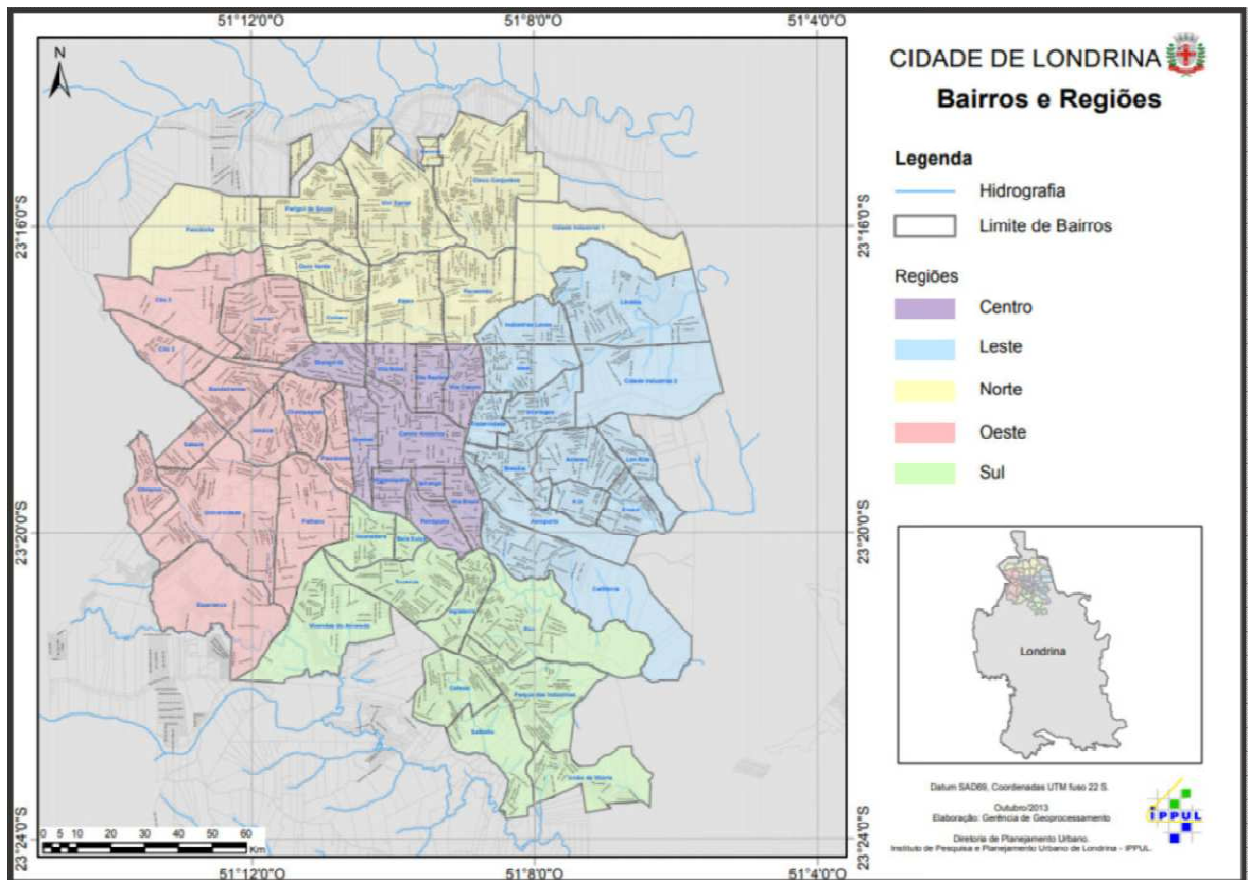
---

<sup>45</sup> De acordo com CASTEL (1997), a ênfase dada, na atualidade, à marginalização, se traduz na retomada da vulnerabilidade, ou seja, a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes relacionais.

que foi varrida para seus arredores, longe do centro da cidade, como podemos constatar com as criações de favelas, assentamentos e edificações da COHAB/LD.

Dessa forma, os jovens estudantes do Vista Bela são frutos desse jogo de empurra territorial que culminou com a necessidade da construção do Colégio Estadual Vista Bela para atender a demanda na região, na qual os colégios circunvizinhos já não atendiam toda clientela.

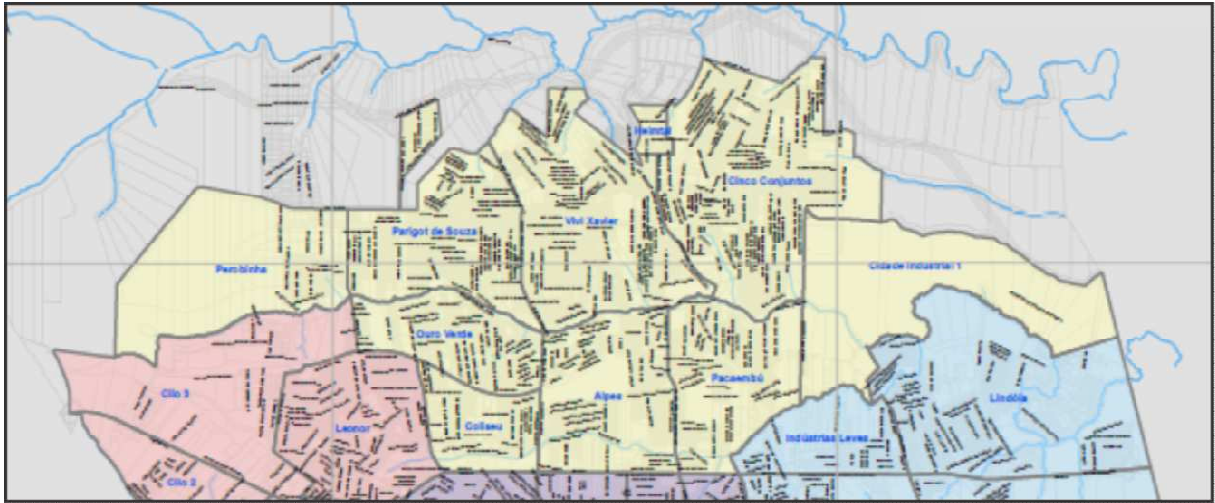
**Figura 1 - Mapa dos bairros e regiões de Londrina/PR**



**Fonte:** Mapa dos bairros de Londrina. Disponível em:

[http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/mapas\\_tematicos/bairros\\_regioes\\_a4.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/mapas_tematicos/bairros_regioes_a4.pdf) Acesso em: 14 jul. 2021.

**Figura 2** - Ampliação do mapa dos bairros e regiões de Londrina/PR – Zona Norte



**Fonte:** Ampliação do recorte do mapa da Zona Norte de Londrina. Disponível em [http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/mapas\\_tematicos/bairros\\_regioes\\_a4.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/mapas_tematicos/bairros_regioes_a4.pdf) Acesso em: 14 jul. 2021.

No mapa apresentado acima, o Vista Bela não é mencionado, mas para maiores esclarecimentos, fica na região onde está delimitado o Bairro Perobinha, da onde têm muitos estudantes do colégio pesquisado, assim como do Assentamento São Jorge, vizinho do Vista Bela.

Recentemente, a Prefeitura anunciou a ampliação da Escola Municipal Atanázio Leonel, mas é pouco, afirma o casal que ajudou a "fundar" o bairro. O ex-agricultor Jefferson Carlos de Deus, que na época tinha 27 anos, e sua mulher, Maria Rosa, com 41 anos naquele ano, foram os primeiros a levantarem barracos de lona. "Até pra tomar banho tinha que buscar a água de balde a dois quilômetros de onde a gente morava, numa mina d'água", lembra o ex-agricultor, que hoje trabalha com materiais recicláveis. A água encanada - "uma torneira comunitária" - só chegou depois de um ano e meio. O esgoto só foi implantado no mês passado, mas muitas casas ainda não estão ligadas à rede. A luz também demorou para se tornar realidade. "Só cinco anos depois da ocupação ligaram a energia elétrica", destaca a cozinheira Maria Rosa. Mesmo com todas as dificuldades, porém, o São Jorge cresceu rapidamente. Hoje estima-se que 751 famílias vivam no bairro. No início da ocupação a metragem das casas era de 25 m<sup>2</sup> e 45 m<sup>2</sup>, e a renda das famílias varia de 3 a 5 salários mínimos (OGAWA, Vitor. São Jorge: de ocupação a bairro. Folha de Londrina, Londrina, 08 ago 2014. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/sao-jorge-de-ocupacao-a-bairro-889738.html> Acesso em: 21 nov. 2022).

Nos estudos de Santos, et. al. (2019), que desenvolveram um trabalho sobre a Política de Habitação de Interesse Social no Conjunto Habitacional Vista Bela,

realizaram um levantamento junto à Delegacia do Adolescente de Londrina, identificaram o Bairro Perobinha como uma região com um número substancial de adolescentes em situação de vulnerabilidades.

A pesquisa foi conduzida pelo Projeto de Pesquisa e Extensão: “Juventude e Violência: da violação à garantia de direitos”, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina contando com apoio financeiro do PROEXT - MEC/SESu, do CNPq, e da Fundação Araucária o qual tem como foco trabalhar com as comunidades periféricas da cidade, com a finalidade de identificar as necessidades dos jovens em situação de vulnerabilidade (SANTOS, et. al., 2019, p. 2).

Situação que vai de encontro com os relatos de representantes da comunidade Vista Bela que afirmam que os jovens estudantes estão sujeitos ao tráfico, envolvimento com drogas, prostituição e roubos.

Não são incomuns jovens estudantes menores que 18 anos que estão sem contato com a escola, havendo a necessidade de o colégio realizar a busca ativa, sendo essa feita uma vez por contato telefônico (ligação ou por aplicativo de mensagem instantânea) e na segunda vez a ida ao endereço cadastrado na matrícula. Caso o colégio não tenha sucesso nos contatos, esse aluno é inserido no Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP), no qual o Conselho Tutelar da região têm acesso aos dados.

Em alguns casos, ao saber dessa procura, alguns familiares vão até o colégio dar uma satisfação do que está ocorrendo, então muitos relatam que os filhos/ filhas estão envolvidos com o tráfico de drogas, ou como entregadores ou como usuários e não estão frequentando a escola porque precisaram se mudar de bairro por conta de retaliação, consequência de dívidas.

Por meio de coleta de dados empíricos intencionais, funcionários mais antigos da escola relataram que alguns estudantes se envolveram com traficantes locais ou de outras regiões de Londrina/PR e pararam de estudar, tiveram filhos ou se mudaram do bairro por medo de represálias<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Uma estudante de 17 anos, ex-aluna do 1º ano do Ensino Médio de 2021 ficou seis meses fora da escola, só reapareceu em julho de 2021, grávida, relatou que conheceu um rapaz no bairro, não sabia que se tratava de um traficante, foi embora para Foz do Iguaçu/PR com ele e seu pai foi atrás, encontrando-os na cidade divisa com o Paraguai. Como houve confronto armado, o rapaz foi preso e ela retornou para Londrina/PR e em 2021 era jovem estudante do colégio em questão, evadindo-se em 2022.

Esses relatos vão de encontro com outros feitos por mães de estudantes do Ensino Fundamental, que afirmam temerem que suas filhas se envolvam com traficantes e percam suas vidas porque esses rapazes de vinte ou vinte e cinco anos vivem cercando essas meninas de doze a quinze anos com más intenções<sup>47</sup>.

Sobre o assunto, Lopes, et. al. (2007) discorrem que:

O estado de vulnerabilidade social é produzido na conjunção da precariedade do trabalho com a fragilidade do vínculo social, sendo uma categoria capaz de descrever a situação de uma grande parcela da população brasileira. São diversos os fatores que confluem para a dissociação social. A extrema desigualdade, a migração para os grandes centros urbanos, a precariedade de moradia, as características históricas da formação da família nuclear brasileira, em um contexto de precarização do trabalho levam, muitas vezes, a uma situação de rupturas da participação e da coesão social. Nessa concepção, é preciso desenvolver estratégias e ações que promovam os direitos e a participação decorrentes da cidadania de grupos sociais específicos: pessoas em situação de rua, idosos sem recursos, chefes de família monoparentais, especialmente mulheres, sem proteção, sem-terras, sem-teto, operários sem empregos, adolescentes e jovens pobres e outros. Para isso, é igualmente fundamental criar estratégias para fortalecer as redes sociais de suporte, conforme as define o sociólogo Robert Castel (1994, 1997), evitando rupturas trazidas por situações nas quais a vulnerabilidade já está presente (LOPES, et. al., 2007, p. 3).

Mesmo que esses jovens a que se refere a pesquisa não se encontram em situação de rua, é muito claro que estão suscetíveis à violência urbana e negligência, o que os impedem de usufruir seus lugares de sujeito e cidadãos de direitos.

Durante o período crítico da pandemia da covid-19, a prefeitura municipal de Londrina/PR divulgava os números de contaminados diariamente e os bairros onde tinha maior incidência da doença era os da zona norte do município, sempre aparecendo nesse *ranking* em primeiro lugar, o que englobava o Vista Bela.

É importante ressaltar que a população da comunidade Vista Bela tem apenas a UBS Unidade Básica de Saúde (UBS) Padovani José Guidugli, localizado no Jardim Padovani, a poucos metros do Residencial Vista Bela, porém não é capaz

---

<sup>47</sup> A mãe de uma estudante de 12 anos do 6º ano acompanha a filha na entrada e saída do colégio por medo dos traficantes mais velhos, que como ela relatou, “está de olho” na menina por causa da beleza que chama a atenção. Na ocasião, essa mãe estava aguardando vaga em outro colégio público de Londrina, mesmo sendo moradora do Vista Bela, pois o medo é que haja uma invasão desses traficantes no colégio e leve sua filha.

de atender toda população ali residente. O que ocorre é que essa UBS fica responsável apenas por fazer uma triagem, ou seja, uma separação que determina a prioridade de atendimento e tratamento a pacientes. Na maioria dos casos, os pacientes são encaminhados para Unidades de Pronto Atendimento (UPAS), geralmente longe do bairro<sup>48</sup>, sendo necessário o uso de algum tipo de condução, pois não há ambulância disponível na unidade.

Retornando para os dados levantados a respeito da Zona Norte de Londrina/PR, é interessante mencionar que se encontra situada na área ao norte da BR-369, emergiu do contexto de rápido crescimento urbano, mais precisamente após a década de 1970 com a modernização do campo, o êxodo rural<sup>49</sup>, a retirada da linha férrea<sup>50</sup> e as construções do Estádio do Café (inaugurado em 1976), da Avenida Dez de Dezembro (entregue em 1977) e do Terminal Rodoviário José Garcia Villar (inaugurado em 1988) contribuíram para expansão da cidade para essa região.

A COHAB/LD passou a construir grandes conjuntos habitacionais nessa região, por intermédio da política federal de moradias para população de baixa renda, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH).

A região é distante do centro da cidade, em média 6 a 9 km, com alguns vazios entre os conjuntos habitacionais e a malha urbana<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> Na data de 24 de maio de 2022 me dirigi até a Unidade Básica de Saúde Padovani José Guidugli com suspeita de covid-19. O atendimento demorou uma média de 30 minutos por não ser moradora do bairro. Na triagem (realizada por uma enfermeira) foi aferida a temperatura corporal, e medido o IMC (Índice de Massa Corporal) e pressão arterial. Após responder algumas perguntas, fui encaminhada para o Pronto Atendimento Leonor, localizado no Jardim Leonor, a 4,5 Km. da UBS. Chegando lá fui informada pela equipe que a fila de espera para atendimento médico estava demorando uma média de 9 horas, pois para pacientes que chegavam às 7 da manhã, conseguiam ser atendidos somente às 16 horas. Ao sair desse Pronto Atendimento, me dirigi ainda para a UPA Centro-Oeste, localizado no Jardim do Sol, a 7,2 Km da UBS Padovani. Chegando lá não foi possível o atendimento, pois as 100 senhas diárias já haviam sido distribuídas. Lembrando que esse acontecimento ocorreu em um período chamado pós pandêmico. Em 19 de novembro de 2022 novamente procurei a mesma UBS com sintomas de virose. Ocorreu a situação de ser atendida por uma enfermeira que informou que não há clínicos gerais na unidade, somente um pediatra e que o local serve apenas para triagem de encaminhamento para as UPA's do município.

<sup>49</sup> Segundo BEIDACK (2011, p. 140), nesse período o município de Londrina/PR recebeu intensos fluxos migratórios, o que explica a construção de dezenas de conjuntos habitacionais, não apenas na zona norte, mas também em outras regiões da cidade.

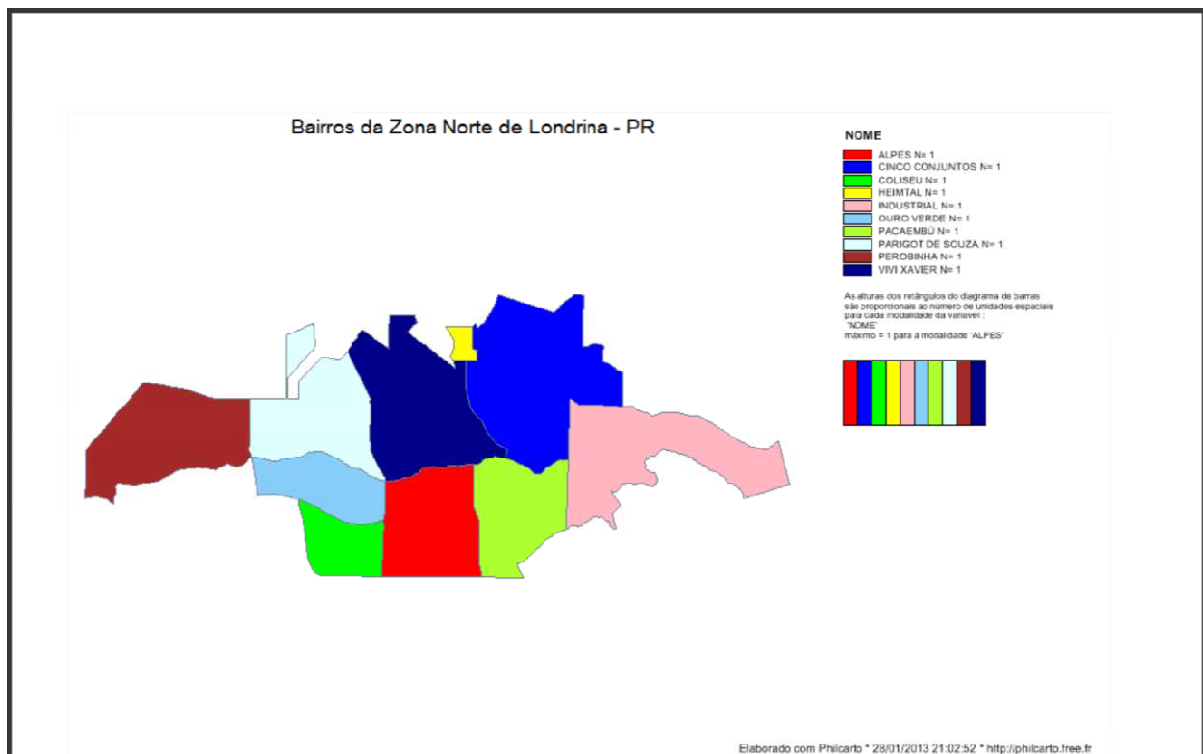
<sup>50</sup> Que dificultava uma maior integração do centro com essa região da cidade, foi desativada na década de 1980 e sua Estação se transformou no Museu Histórico de Londrina

<sup>51</sup> Partindo do centro da cidade rumo à zona norte de Londrina/PR há várias opções, porém as que atravessam as vias principais são: via Avenida Juscelino Kubitschek, via Avenida Winston Churchill e via Avenida Dez de Dezembro. Em todas as opções de acesso é visível os vazios urbanos, tanto que há a impressão que em determinados pontos dos trajeto “acabou” a cidade.

A estratégia do poder público era localizar os conjuntos habitacionais distantes do centro da cidade, já visando uma valorização futura da área, pois a dotação de infra-estrutura e a implantação de equipamentos de consumo coletivo possibilitaria a ocupação dos vazios deixados entre os conjuntos e o centro da cidade. (BEIDACK, 2011, p. 146)

Surgiu assim os Cinco Conjuntos, conhecido como novo núcleo de bairros da parte norte do município de Londrina/PR. Chamado de “Cinco” ou “Cincão”<sup>52</sup>, os primeiros conjuntos habitacionais ali construídos foram o Ruy Virmont Carnascialli, Milton Gavetti, Parigot de Souza I e II, João Paz e Semíramis B. Braga.

**Figura 3 - Mapa dos Bairros da Zona Norte de Londrina/PR**



**Fonte:** NOBRE, et. al., 2010, p. 11.

O Mapa da região norte de Londrina – PR mostra os bairros Perobinha, Parigot de Souza, Vivi Xavier, Heimtal, Cinco Conjuntos, Cidade Industrial 1, Ouro Verde, Coliseu, Alpes e Pacaembú.

Para BEIDACK (2011),

<sup>52</sup> Essas expressões surgiram para referir-se especificamente aos conjuntos Aquiles Stenghel, Luiz de Sá, João Paz, Semíramis B. Braga e Sebastião de Melo César.

Após a construção dos conjuntos habitacionais e a dotação de infraestrutura o solo urbano na zona norte foi fortemente valorizado e esta porção da cidade passou a ser alvo dos investimentos de capital privado em loteamentos e atividades industriais, comerciais e prestadoras de serviços. Nos dias atuais, a zona norte concentra um forte mercado consumidor de diferentes níveis sócio-econômicos. (BEIDACK, 2011, p. 140)

Beidack (2011) ainda analisou as práticas do turismo representadas pela população residente na zona norte de Londrina/PR. Sua análise é pertinente para a presente dissertação na medida em que o Perobinha, bairro onde está localizado o Colégio Vista Bela faz parte da zona norte de Londrina/PR, pois ela nos mostra alguns elementos importantes para compreensão daquela região.

A autora escreveu a respeito da expressividade do comércio e indústrias na região, em sua maioria, localizados na principal Avenida dos Cinco Conjuntos (na Saul Elkind, que corta os bairros de ponta a ponta), porém a expansão vem ocorrendo também nas ruas paralelas (como na Avenida das Torres) e nas ruas de travessa<sup>53</sup> a Saul Elkind.

Esta avenida, da condição de simples localização de comércio rudimentar e artesanal passou a ser o foco dos investimentos de importantes estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços localizados no centro da cidade que encontraram na área o local ideal para a instalação de suas filiais, mediante forte mercado consumidor. (BEIDACK, 2011, p. 150)

Podemos afirmar que o poder público não abandonou o lugar, como aconteceu em outras regiões de Londrina/PR, porém ainda faltam equipamentos urbanos como hospitais<sup>54</sup>, mais UPAs e escolas.

A “pequena Londres” precisa ainda investir muito em educação e saúde, principalmente nos bairros mais carentes, não apenas transformar a cidade em um canteiro de obras<sup>55</sup> como vem ocorrendo.

---

<sup>53</sup> Termo que caracteriza por apresentar uma via que tem a largura entre 3,61 e 7,19 metros, de acordo com o Decreto 27568 de 1998, classificado pela Prefeitura de São Paulo. Na linguagem popular o termo se refere a uma rua estreita que atravessa uma via principal, no caso a Saul Elkind.

<sup>54</sup> Na região há apenas o Hospital Anísio Figueiredo (conhecido como Hospital Zona Norte). Localizado no Conjunto Violin, perto da Avenida Saul Elkind, a instituição, assim como os demais hospitais públicos de Londrina/PR, recebe também pacientes das cidades vizinhas, além, é claro, de atender a população londrinense, o que o deixa sempre com as ocupações no limite.

<sup>55</sup> Três obras que chamam a atenção no município pela grandiosidade e também demora em acabar são: A reforma na rotatória da Avenida Leste-Oeste com a Avenida Rio Branco, a rotatória próxima ao Catuaí Shopping e a rotatória do Shopping Boulevard. As três obras (e outras também), iniciadas antes da pandemia demonstram o quanto a atual gestão municipal está preocupada em mostrar que

De acordo com Santos (2002), a população que foi morar nos Cinco Conjuntos trabalhava principalmente no setor terciário da economia, o que vai de encontro, segundo o autor, com a explosão desse setor entre 1960 a 1980 em todo país.

Para Beidack (2011), em pouco tempo houve uma alteração social dos residentes dos conjuntos, não de forma homogênea, mas naqueles conjuntos que se localizavam próximos a Avenida Saul Elkind. De acordo com a autora:

Essa alteração social verificada no interior dos conjuntos habitacionais da zona norte se insere em um processo verificado no Brasil em que aconteceu uma redistribuição das classes médias no território. Santos (1993) argumenta que as cidades de porte médio passaram a acolher elevados contingentes de classe média. Um número crescente de letrados, indispensáveis à uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza. (BEIDACK, 2011, p. 149)

Na contramão das colocações de Beidack (2011), que analisou os saldos positivos da região norte de Londrina/PR, há o estudo sobre o Mapeamento Digital da Criminalidade na Região Norte de Londrina/PR. Esse estudo, desenvolvido por Anderson Rodrigo Nicoladelli Nobre, Adriana Castrenghini de Freitas Pereira e Rheider Abe Marçal, do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, no ano de 2010, nos mostra uma face mais cruel da zona norte de Londrina/PR.

Os autores analisaram os crimes de maior incidência nessa região do município, disponibilizado pelo 5º Distrito Policial<sup>56</sup> no ano de 2010, dados do IPPUL Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) e ainda dados do IBGE.

Para eles, a zona norte de Londrina/PR virou alvo de preconceito por parte dos habitantes de outras regiões do município por conta do número de furtos, roubo e lesão corporal que ocorrem ali ou praticados por moradores que ali residem e os fazem em outras regiões.

---

emprega o dinheiro do contribuinte em grandiosidades monumentais. Choay (2001) argumenta que *os monumentos atuam diretamente sobre a memória, convocando e fazendo vibrar um passado como se fosse presente*. Sendo assim, a construção de postos de saúde ou hospitais em periferias não evoca o passado, como se fosse o presente, mas obras que todos vêem quando passam pelas vias principais da pequena Londres sim. E evoca o gestor que a construiu.

<sup>56</sup> É o 5º DP responsável por 143 sub-bairros da cidade de Londrina/PR. Os autores tiveram acesso aos Boletins de Ocorrência daquele ano e cruzaram com dados do Censo 2010.

**Tabela 3 - Índice de Criminalidade por bairros da Zona Norte de Londrina/PR em 2010**

**Tabela 5: Índice de criminalidade por bairros da zona norte de Londrina – PR no ano de 2010.**

Bairro	Furto	Roubo	Lesão corporal
Perobinha	2	0	1
Parigot de Souza	78	67	11
Vivi Xavier	189	181	16
Cinco Conjuntos	153	118	41
Heimtal	8	11	1
Coliseu	71	64	4
Alpes	72	66	5
Ouro Verde	29	21	9
Pacaembú	66	74	10
Cidade Industrial	4	1	1
<b>Total</b>	<b>671</b>	<b>603</b>	<b>99</b>

Fonte: **Registro de Boletins de Ocorrência do 5º Distrito Policial de Londrina – PR.**

Fonte: NOBRE; PEREIRA; MARÇAL, (2010), p. 13

É interessante observar que a tabela mostra apenas dois casos de furto e um de lesão corporal ocorrido no Bairro Perobinha no ano de 2010. Naquele ano, o Residencial Vista Bela ainda não estava pronto, portanto havia uma população de apenas 20 pessoas<sup>57</sup> à época do estudo.

Vitto; Moura (2019), do Departamento de Geografia da UEL investigaram os desdobramentos socioterritoriais da relação entre os índices de homicídio, assaltos e tráfico de drogas em Londrina/PR e apresentaram os resultados em um artigo intitulado “Entre a paisagem do medo e o casulo protetor: o caso dos bairros União da Vitória e Vista Bela, Londrina/PR”.

É importante esclarecer que somente o Vista Bela se localiza na região norte de Londrina/PR. O Bairro União da Vitória<sup>58</sup>, apesar de parecido em vulnerabilidades, se localiza na região sul do município, como mencionado.

<sup>57</sup> De acordo com dados do IBGE (2010), a população do Bairro Perobinha era de 20 pessoas, enquanto que os demais bairros que compunha a região norte tinha 126.284 pessoas. Dados da estimativa de 2020 contavam que a população daquela região de Londrina/PR somava 142.515 pessoas, englobando o Perobinha que atualmente tem uma população estimada em 15.417 pessoas.

<sup>58</sup> Formado na década de 1980 e apresentando um relevo irregular e acentuado, o Bairro União da Vitória foi inicialmente povoado por famílias oriundas do campo, que após a geada de 1975 precisaram deixar os campos de café e ir para a cidade em busca de novas oportunidades de vida.

Diferentemente da história da construção dos Cinco Conjuntos está o Vista Bela que, em meio a polêmicas<sup>59</sup>, abriga a maior parte dos jovens pesquisados.

**Figura 4 - Casa geminada no bairro Vista Bela**



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

A imagem das casas geminadas chamou a atenção, pois não são imóveis comuns. São diferentes. Trata-se das moradas de duas famílias que dividem o mesmo imóvel, separados por uma parede e um muro, cada qual com seu estilo, sua cor preferida e sua forma de se proteger. Essa paisagem surgiu como um exercício antropológico a partir do lançamento de olhar entre um apartamento e outro na Rua Giocondo Maturi.

---

Nesse período os terrenos pertenciam à COHAB/LONDRINA, porém a maioria não tinha como pagar. Dessa forma a única alternativa que restou foi ocupar a região.

<sup>59</sup> Uma dessas é o fato de, com a intenção de baratear o custo dos terrenos, a então gestão municipal decidiu legalizar a construção de casas geminadas em um único terreno para que o valor fosse dividido entre os moradores. O resultado foi que uma casa foi construída em cada terreno, mas foi dividida ao meio, para abrigar duas famílias. Ao passear pelo bairro é possível perceber esses casos, pois cada família pinta sua parte de uma cor diferente (Fig. 05). Segundo MOURA; VITTO (2019), o valor do terreno era de 24 mil reais divididos entre duas famílias. Outra polêmica gerada em torno do Vista Bela foi que, muitas famílias que estavam aguardando pela habitação e moravam em fundos de vale em ocupações irregulares, se recusaram em sair dessas residências para morar no Vista Bela, mesmo sabendo que os lugares apresentavam vulnerabilidades.

Para Magnani (1991),

Existem algumas precauções que a antropologia urbana procura tomar e uma delas diz respeito à forma como encara seu "objeto" de pesquisa. Se diante de uma cultura radicalmente diferente da sua a atitude do antropólogo é no sentido de procurar transformar o "exótico", ou melhor, o que lhe aparece inicialmente como "estranho", sem sentido - porque ainda não conhecido - em familiar, o caminho do pesquisador que enfrenta sua própria sociedade é inverso: trata-se, aqui, de transformar o familiar, o que já é (aparentemente) conhecido, em estranho, de forma a escapar à armadilha do senso comum. O segundo cuidado que se toma é resistir à tentação de encarar o objeto de pesquisa escolhido - este ou aquele bairro, tal ou qual seita religiosa, instituição social ou movimento popular - como se constituíssem uma "aldeia", nos moldes de algumas das sociedades tradicionalmente estudadas pelos antropólogos. (MAGNANI, 1991, p. 3)

Quase um ano após a foto ter sido feita e guardada no celular, fica claro que a dinâmica da casa geminada não se esgotou ali, pois existe uma explicação e um significado mais amplo de sua existência: a baixa renda das famílias que a dividem.

Retornando à discussão apresentada por Moura; Vitto (2019), que afirmam que os bairros pesquisados por eles (União da Vitória e Vista Bela) possuem estigmas e preconceitos por conta dos casos de homicídios, assaltos e tráfico de drogas, divulgados pela mídia, que atribui a seus moradores as malfeitorias, é preciso desmistificar certos acontecimentos, saber se são reais ou imaginários, ou, como nas palavras dos autores,

Imaginação e suposição de acontecimentos que ocorrem, por exemplo, em relação ao modo como os portais e programas policiais de Londrina abordam os bairros União da Vitória e Vista Bela, refletindo/representando uma experiência geográfica que pode ir além do real, uma vez que, os homens têm a capacidade de falar de lugares que eles nunca viveram em sua complexidade e talvez não existam. O imaginário que varia entre pessoas e grupos humanos, indicam a direção para a qual deve tender a ação humana, ajudando as pessoas a encontrarem um sentido para suas vidas. As pessoas consideram como real e positivo o local habitado por elas, mas, na medida em que se afastam desse local, parecem marcadas por características negativas, defeituosas, vícios; não se sentindo estimuladas a frequentar e visitar essas terras habitadas por essas pessoas. Os homens tentam se dotar de uma representação que passa além dos limites da vida habitual, envolvendo curiosidade e desejo, mesmo que não aprovelem os valores aceitos. (MOURA; VITTO, 2019, p. 09)

É importante mencionar que os jovens que foram o foco da pesquisa nem sempre residiram nessa localização, uma vez que essas habitações são recentes. “O Vista Bela é resultado do Programa Minha Casa Minha Vida, inaugurado em 2011, para onde foram removidas, pela prefeitura e COHAB/LD, cerca de 10 mil pessoas que moravam em situação precária, provenientes de todas as regiões da cidade.” (ALVES; BUENO, 2017, p. 3).

Aparentemente como forma de democratizar o acesso à habitação e diminuir o déficit habitacional, o Plano Nacional de Habitação, criou o programa de habitação chamado “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV) para atender as famílias com renda de até 10 salários mínimos, sendo prioritários os que ganhavam menos de 3 salários mínimos. Esse programa do governo federal foi lançado em 2009 com a pretensão de auxiliar a população de baixa renda a ter acesso a um financiamento imobiliário junto a Caixa Econômica Federal. (SANTOS, et. al., 2019, p. 6)

**Figura 5** - Pátio dos Prédios da COHAB/LD



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

De acordo com esses pesquisadores<sup>60</sup>, o poder público se preocupou em dar a casa, mas não garantiu o acesso a direitos como saúde, educação e assistência social, o que agrava mais ainda a situação dos moradores da região, em especial os jovens estudantes do Colégio Estadual Vista Bela, que vieram de outros colégios, pois a inauguração do mesmo ocorreu no ano letivo de 2018, dessa forma, levaram consigo as experiências de outras escolas.

Indo de encontro com Ribeiro, et. al. (2016) ao analisarem a questão da concentração territorial dos segmentos vulneráveis, escrevem que:

O processo de urbanização foi simultâneo à metropolização da rede urbana. As metrópoles concentram as forças produtivas do país e, ao mesmo tempo, apesar da diminuição da pressão demográfica do passado, vivemos uma questão social nelas: o que a economia gera de promessa de melhorias do bem-estar pela expansão do emprego e da renda, a cidade rouba e transforma em mal-estar urbano. Isso também pode ser mencionado a respeito de certas políticas públicas que vêm conhecendo inflexões importantes nos últimos 15 anos em termos de democratização do acesso a serviços públicos e à estrutura de oportunidades. Por exemplo, a política habitacional que passou a atingir as camadas baixas do déficit habitacional, diante do encarecimento do preço do solo aliado à lógica empresarial, está provendo acesso à moradia, mas não à cidade. Outro exemplo é a política educacional, sua promessa de universalização do acesso ao ensino básico e de melhoria da qualidade e da equidade. Muitos dos bloqueios a que esses três desafios sejam alcançados provêm da metrópole, das suas condições materiais, sociais e ambientais (RIBEIRO et. al., 2016, p. 173).

Koga (2010), ao analisar a importância do reconhecimento das vulnerabilidades sociais em um determinado território, exige dos municípios investimentos na produção sobre a realidade socioeconômica, política e cultural e que a ausência dessas práticas tem afetado não só as políticas sociais como um todo, mas os que sofrem com a ausência de serviços em um determinado território é com certeza a própria população.

É no cotidiano das pessoas que riscos e vulnerabilidades se constituem (Brasil, PNAS: 2004). As vulnerabilidades estão associadas, não apenas, às características socioeconômicas, mas a outros diversos fatores como o baixo nível escolaridade, acesso a serviços públicos, necessidades das famílias, como também

---

<sup>60</sup> A localidade que desenvolveram estudos elas chamam de bairro, já Santos (2019), menciona como um Conjunto Habitacional dentro do Bairro Perobinha, informação que vai de encontro com o mapa dos bairros de Londrina, disponibilizado no site da prefeitura municipal, demonstrado logo a seguir.

característica demográficas de grupos sociais, dos setores censitários, aspectos que colocam ou podem colocar as pessoas em situações de riscos, agravos a saúde, gravidez precoce e homicídios de jovens, dentre outros (ALVES; BUENO, 2017, p. 4).

Santos, et. al. (2019) tecem que:

O Estatuto da Cidade oferece diretrizes gerais para o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, além de discorrer sobre a cidadania e sobre o direito à cidade. Nestes termos, o direito à cidade é compreendido como acesso à infraestrutura, a equipamentos e serviços, e a uma moradia digna. Os moradores do Conjunto Habitacional Vista Bela, do Bairro Perobinha, tiveram acesso a um imóvel, mas não têm acesso a outros bens e serviços garantidos pelo Estatuto da Cidade. Ainda são negligenciados no que tange aos equipamentos sociais (escola, creche e postos de saúde), com acesso restrito aos serviços que o Estado deveria ofertar, cumprindo o seu papel de poder público (SANTOS et. al., 2019, p. 5).

No caso da região onde o colégio está localizado não há oportunidades de emprego para a maioria dos moradores que precisam se deslocar para bairros vizinhos ou até mesmo para o centro para trabalharem.

Sobre o assunto, Ribeiro, et. al. (2016) citam que:

Outra dimensão importante — a mobilidade urbana — assume características específicas do ponto de vista metropolitano, notoriamente porque as pessoas que vivem em espaços urbanos estão fortemente sujeitas às condições de deslocamento cotidiano. A capacidade de deslocamento, entre outras coisas, depende da infraestrutura existente na cidade, daí a importância em assumir que as condições de mobilidade oferecidas pelo sistema urbano podem contribuir para diferenças de bem-estar urbano na cidade e entre os grupos sociais nela existentes (RIBEIRO et. al., 2016, p. 177).

Outro problema enfrentado pelos moradores do Vista Bela estão os horários e itinerários da linha 428 que faz a rota para o Bairro Perobinha. Trata-se do ônibus que passa pelas principais ruas do bairro e segue direto para o Terminal Vivi Xavier, localizado na Avenida Saul Elkind, Zona Norte de Londrina/PR, da onde é possível tomar outras conduções para seguir para outros bairros, inclusive para o centro. O problema é que, caso o morador do Residencial Vista Bela tenha seu emprego na Zona Sul, por exemplo, ele terá que tomar outra condução e muitas vezes os horários de chegada e baldeação não coincide, então precisam contar com o tempo

de espera e atrasos dessas linhas de ônibus, fato que pode prejudicar tanto o trabalhador quanto os empregadores. Situações como essas, inspiraram o filósofo francês Lefebvre (1996) que escreveu que o direito à cidade deve ser vinculado ao direito de criação e uso do espaço social. Para ele, segundo Santos, et. al. (2019),

[...] a mercantilização das cidades – tratadas como mercadorias –, e a existência de uma alienação por partes daqueles que governam (classe dominante) sobre operários, mostrando como os cidadãos estão sendo tratados mais como objetos do que como sujeitos com direito ao espaço social (SANTOS et. al., 2019, p. 4).

Dessa forma, expõe os autores:

[...] daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte (LEFEBVRE, 1991, p. 117, apud SANTOS et. al., 2019).

Outra observação é que os jovens que não querem ou não podem estudar em um colégio cívico-militar, devido às restrições impostas ou precisam estudar no período noturno<sup>61</sup>, mas moram no Residencial, precisam se deslocar até colégios que fazem essa oferta, o que muitas vezes implica depender do transporte público.

Vale ressaltar que, de acordo com o manual dos colégios cívicos militares, documento divulgado para todos os estudantes dessa modalidade de ensino do Estado do Paraná, existe uma série de restrições quanto a apresentação pessoal no estabelecimento de ensino, como a não recomendação do uso de tatuagens, o cabelo masculino deve ser no estilo meia cabeleira, sendo proibido o uso de franjas, costeletas limitadas na altura das incisuras laterais da orelha, o uso de bigodes, barbas e cavanhaques são proibidos. Não são permitidos ainda cortes raspados, desenhos, como letras, símbolos, riscos e etc, pinturas coloridas, topetes ou corte tipo “moicano”, assim como o uso de brincos, colares, pulseiras, tornozeleiras, piercing e alargadores. No segmento feminino cabelos compridos devem ser presos com coque ou rabo de cavalo, sendo proibido o uso de tranças, cabelos coloridos, maquiagem, unhas pintadas de cores escuras e adereços.

A reflexão sobre essas imposições que tentam apagar a cultura juvenil não considera o jovem na sua diversidade, suas práticas sociais e nem seu universo

---

<sup>61</sup> Esse assunto é abordado com mais detalhes no capítulo 3.1 da presente dissertação: A transformação do Colégio Estadual Vista Bela em cívico-militar e o fim do ensino noturno.

simbólico. Tenta-se, dessa forma transformar e não considerar suas dimensões constitutivas, pois são proibidos de demarcar suas identidades juvenis.

Dayrell (2007) tece considerações importantes ao refletir sobre a importância das culturas juvenis:

Na trajetória de vida desses jovens, a dimensão simbólica e expressiva tem sido cada vez mais utilizada como forma de comunicação e de um posicionamento diante de si mesmos e da sociedade. A música, a dança, o vídeo, o corpo e seu visual, dentre outras formas de expressão, têm sido os mediadores que articulam jovens que se agregam para trocar idéias, para ouvir um “som”, dançar, dentre outras diferentes formas de lazer. (DAYRELL, 2007, p. 1109)

Nunes (2011), ao discorrer a respeito da importância do respeito dos direitos da personalidade da criança e do adolescente como forma de evitar ou diminuir a violação desses direitos, acrescenta que

Os direitos fundamentais com previsão constitucional têm origem e finalidade na necessidade de estabelecer limites ao poder político diante da possibilidade de ofensa à pessoa. Já os direitos da personalidade tutelam a dignidade dela, afastada a questão de poder político. (NUNES, 2011, p. 3)

Essa autora, da área do Direito, afirma que os direitos da personalidade são regulados no Código Civil, em seu Art. 1º - III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que trata do princípio da dignidade da pessoa humana.

É importante destacar que NUNES (2011, p. 5) defende que “*os direitos da personalidade tutelam os diferentes interesses que satisfazem necessidades de ordem física ou moral da pessoa*”.

Partindo dessa lógica e dos conhecimentos a respeito da diversidade das juventudes, não é exagero afirmar que os documentos norteadores das escolas cívicas militares do Estado do Paraná ferem os direitos dos adolescentes e jovens que estudam nessas instituições, pois tentam interferir em algo que não têm relevância para a relação ensino e aprendizagem e muito menos na formação do caráter desses estudantes.

Considerando o conceito de nova exclusão social<sup>62</sup>, a pesquisa foi realizada sobre o período de pandemia, ou seja, quais evidências esse quadro deixou mais clara a desigualdade e exclusão desses jovens estudantes? Quais prejuízos na sociabilidade ocorreram dos jovens que não tinham acesso à internet? Esse jovem estudante e que os pais perderam os empregos, continuaram a frequentar<sup>63</sup> a escola?

Castro (2020) desenvolveu estudos sobre a exclusão de 17% dos estudantes brasileiros, causada pela covid-19. A autora tece considerações onde cita os estudos de Anderson Nascimento e Kelly Gasque (2017) realizados com jovens do Ensino Médio de escolas particulares do Distrito Federal. Eles chegaram à conclusão que as escolas não têm estratégias para o ensino de busca e uso da informação. Para esses autores, os estudantes não conhecem todas as potencialidades que o Google propicia ao usuário.<sup>64</sup>

Como ex-professora de um colégio particular de Londrina/PR, tive experiência semelhante: No final de março de 2020 o colégio particular impôs que as aulas fossem transmitidas de forma síncrona por meio da plataforma *Zoom*<sup>65</sup>. Na ocasião as dificuldades encontradas pelos professores não foi elaborar as aulas, transmiti-las e postá-las na plataforma *Delta Class*<sup>66</sup>, mas o que foi percebido é que tanto estudantes como os pais e responsáveis tinham dificuldades em acessar informações nos aplicativos de mensagens instantâneas e a partir daí seguir as orientações até chegar à gravação das aulas, que eram baixadas em uma plataforma de compartilhamento de vídeos<sup>67</sup>.

---

<sup>62</sup> O conceito de nova exclusão social passou a ser cada vez mais utilizado como forma de identificar as manifestações de categorias de desigualdade, como no caso dos desprotegidos pelas políticas sociais de inclusão existentes, especialmente no caso do desemprego generalizado e de longa duração, dos moradores de rua e das pessoas de elevada escolaridade sem trabalho, como nos países europeus (POCHMANN et. al. 2003, p. 32).

<sup>63</sup> O termo frequentar a escola em tempos de pandemia era também utilizado para designar os alunos que retiravam atividades impressas, realizavam e depois devolviam ou deveriam devolver no colégio.

<sup>64</sup> Isso foi constatado durante a pesquisa: quando questionados o porquê não realizavam as atividades via Google Classroom muitos estudantes do Ensino Médio diziam que não sabiam trabalhar com a ferramenta. Até mesmo quando algum professor solicitava uma pesquisa, as atividades retornavam “em branco”, em sua maioria, pois era claro que não sabiam fazer uma simples pesquisa. É importante mencionar que saber ouvir uma música ou entrar em redes sociais pelo celular não significa que dominam a internet. Pelo contrário, porém não é o que a maioria deles acreditam, pois para eles (e para algumas famílias) isso é o suficiente.

<sup>65</sup> Zoom é uma ferramenta de videoconferência voltada para ambientes corporativos que suporta reuniões com até 500 participantes e 10 mil expectadores no modo *webinar*.

<sup>66</sup> Aplicativo utilizado para que os pais acompanhassem as presenças e notas dos filhos.

<sup>67</sup> Bastava clicar em um link gerado pelo professor.

Considerando que a clientela de pais e responsáveis era composta por pessoas que tinham acesso à internet e possuíam equipamentos para tal, a situação era grave, pois além das aulas, alguns professores também precisavam prestar assistência de orientação explicando como acessar os aplicativos e obter as informações necessárias.

Nas escolas públicas o problema era mais grave: a maioria dos estudantes não possuía internet nem equipamentos adequados para essa inclusão e os que possuíam não sabiam lidar com essas informações. Isso somado à grande parcela de professores que também não estavam preparados para lidar nesse campo.

Sobre o assunto, Castro (2020) que analisou os estudos de Renata Chiossi e Christine Costa (2018) a respeito do impacto das novas tecnologias no ensino, do ponto de vista dos professores do Ensino Médio da rede estadual do Rio de Janeiro, considera que:

As pesquisadoras asseveram que grande parte dos professores não foi preparada para o uso das tecnologias digitais e, para integrá-las às práticas docentes, assim, é preciso formação. A maioria dos docentes considerou o impacto do uso das tecnologias digitais como “excelente” ou “bom”, sendo poucos (6,1%) os que consideraram tal uso “regular”. No entanto, as pesquisadoras alertam que a utilização das TICs apenas por meio de projeção de recursos audiovisuais é transposição da aula tradicional para outro meio, e dá uma nova roupagem “pseudotecnológica” a velhos métodos. Após a análise dos resultados da pesquisa, foi desenvolvido um curso para auxiliar professores no processo da inclusão das TICs no ensino. O curso pode ser acessado de forma livre e gratuita. (CASTRO, 2020, p. 6)

Trazendo essas reflexões para o que é abordado no presente capítulo, é possível afirmar que, os jovens estudantes do Vista Bela, durante o período de isolamento social, ficaram ilhados no bairro, pois como discutido anteriormente, é uma região longe das demais, sem todos os horários de ônibus e itinerários<sup>68</sup> e com acesso restrito à internet, o único ponto de encontro desses jovens era às segundas-feiras no Colégio Vista Bela, dia que ocorria a entrega de materiais impressos ou às sextas-feiras, quando ocorria a distribuição de cestas básicas.

Se por um lado esses dois dias da semana se tornaram eventos importantes, pois ali era o momento da socialização, das conversas nas intermináveis filas, por

---

<sup>68</sup> Durante o período de isolamento social, quando comércios permaneceram fechados no município, a empresa de transporte coletivo Grande Londrina diminuiu os horários de ônibus e itinerários, o que fez aumentar a lotação dos ônibus que continuaram operando.

outro demonstrava como a pandemia de covid-19 acirrou ainda mais a situação de pobreza na região.

Ao observar esses acontecimentos, a primeira reflexão que se tinha era a respeito da cidadania e dos direitos básicos diante da precariedade exposta nesses dias de atendimento aos estudantes: questões como alimentação, moradia, educação, saúde e emprego se levantavam, pois a cada estudante atendido era uma história diferente, carregada de problemas estruturais, carência de recursos básicos (infraestrutura no bairro e serviços públicos), situações de violência, de gênero, de tráfico de drogas, embates com a polícia, etc.

Nesse momento (início do ano letivo de 2021), a população deveria estar em distanciamento e isolamento social há um ano, porém essa estratégia de enfrentamento à pandemia não levou em consideração as moradias do Vista Bela: pequenas<sup>69</sup>, que abrigam muitas pessoas que normalmente não têm privacidade nem condições de se preservarem de contatos sociais.

Outro ponto a ser destacado sobre esse momento da pandemia é o fato de que muitos pais dos estudantes do Vista Bela eram prestadores de serviços ou trabalhavam em serviços informais, com baixa remuneração. Alguns perderam o emprego e passaram a depender do auxílio emergencial<sup>70</sup>. Lembrando ainda que antes da pandemia a economia global predominantemente neoliberal já estava em crise, sendo apenas agravada por ela. Essas pessoas já viviam de modo precário.

Todo o medo e angústia gerados pela pandemia não foram suficientes para que o poder público de Londrina/PR colocasse em pauta a implementação de políticas públicas para assegurar a vida daquelas pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social, como algum programa de renda básica, ampliação dos investimentos no (SUS) Sistema Único de Saúde ou qualquer projeto voltado para mulheres e crianças em situação de violência. A gestão municipal sempre

---

<sup>69</sup> De acordo com a Prefeitura de Londrina/PR, os apartamentos do Residencial Vista Bela possuem 48,58 metros quadrados, divididos em dois quartos, banheiro e sala e cozinha conjugada. As casas possuem 35 metros quadrados e estão construídas em terrenos de 125 metros quadrados.

<sup>70</sup> Criado em abril de 2020 para auxiliar os trabalhadores autônomos sem carteira de trabalho assinada, MEI's (microempreendedores informais) e desempregados, o auxílio emergencial tinha como objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento do coronavírus. Cada pessoa que se enquadrasse nas exigências poderia receber até cinco parcelas de R\$ 600,00 ou, no caso de mulheres que sustentavam os lares sozinhas, poderiam receber cinco parcelas de R\$ 1.200,00, contando que cada família tivesse apenas dois beneficiados, somando um total de no máximo R\$1.800,00 por parcela.

esteve alinhada com os ditames do governo estadual e federal, salvo alguns decretos de fechamento do comércio, que contrariava o governo federal.

Em *lives*<sup>71</sup> realizadas quase diariamente via Facebook e Instagram, o prefeito Marcelo Belinati Martins junto com seu secretário de saúde Fellipe Machado transmitia os dados do município em relação aos números de contaminados, números de óbitos e assuntos relacionados à prevenção da covid-19, como já descrito anteriormente.

Sempre chamando a atenção para os números de ocupações de leitos dos hospitais do município, Belinati nunca falava sobre o que estava ocorrendo nas periferias ou bairros mais pobres de Londrina/PR.

Algumas vezes o prefeito (que é médico) criticava o posicionamento do governo federal para com o enfrentamento da pandemia, em outras elogiava ou o justificava, mas sempre demonstrava estar de comum acordo com o governo estadual. Era uma espécie de palanque eleitoral onde ele, sempre dialogando com seu secretário de saúde, mostrava o quanto estava preocupado com o município, sem mencionar alguma política pública criada por sua gestão como forma de amenizar a situação dos mais necessitados.

Dessa forma, devemos inculcar uma visão materialista dialética e histórica para compreensão desse território, tão marcado pela exclusão social, pois é por meio dela que as dimensões culturais, políticas e econômicas se articulam. É preciso enriquecer a visão problematizadora das conseqüências da desigualdade social daquele território, onde as bases da herança classista está escancarada.

Sem perder de vista o papel desempenhado pelas lideranças de comunidade<sup>72</sup>, representadas por duas mulheres negras moradoras do Residencial Vista Bela que, durante a pandemia enfrentaram o desafio do aumento da fome e desemprego no bairro, elas são envolvidas com a realidade e problemas que a comunidade enfrenta como conflitos de grupos, aspectos econômicos, políticos e

---

<sup>71</sup> Transmissão ao vivo pela internet.

<sup>72</sup> Uma delas faz parte do Conselho Escolar do Colégio Vista Bela e atua diariamente na instituição auxiliando o trabalho pedagógico como nas buscas ativas de alunos faltosos, atua nos eventos da instituição, distribuição de merenda, leite e cesta básica. Não recebe salário. Tem um bom relacionamento com a gestão, equipe pedagógica e professores. A outra liderança trabalha na Escola Municipal América Sabino Coimbra como funcionária. As duas promovem eventos para arrecadar e distribuir alimentos e roupas para a comunidade a partir de um pré-cadastro que elas fazem o controle. Quando relatado a elas de situações que alguma família está passando necessidade, elas fazem uma visita na casa (elas chamam de triagem) e inclui aquelas pessoas no cadastro. Por outro lado, há pessoas da comunidade que não aceitam a atuação das duas lideranças. Muitas vezes contestam nas escolas por meio de reclamações à equipe pedagógica e gestora dessas instituições.

sociais. Elas atuam como elemento catalisador dos interesses da comunidade com as duas escolas do bairro e vice versa. Elas são atrizes sociais que facilitam as ações da equipe escolar.

Durante o período de entrega de materiais impressos e cestas básicas na pandemia, a liderança que atua no Colégio Vista Bela auxiliava na organização das filas, levava informações de situações de estudantes para o colégio e também levava materiais até as casas de alguns estudantes.

Atualmente ela continua auxiliando o colégio permanecendo nos corredores, zelando pelo patrimônio escolar, nas buscas ativas e participando dos eventos e reuniões do Conselho Escolar.

Esses elementos serão tratados na sequência, mas é a base para a compreensão do lugar onde a pesquisa foi realizada.

### 3.1.1 A Instituição Escolar Vista Bela: A Transformação em Cívico Militar e o Fim do Ensino Noturno

Nesse subitem apresento uma análise do cotidiano escolar a partir das vivências no período pandêmico. Considero uma linha temporal desde a minha chegada na instituição, o movimento percebido antes e após a chegada dos militares, as consequências disso, até uma breve reflexão em como aquele espaço poderia ser mais bem aproveitado.

Bem longe do centro da cidade, depois que a principal via dos Cinco Conjuntos termina (a Saul Elkind), em frente aos prédios da COHAB/LD, um imenso muro amarelo é avistado: ali está o Colégio Estadual Vista Bela.

**Figura 6** - Vista do Colégio Vista Bela a partir de um dos prédios da COHAB/LD



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

A primeira vez que fui até a instituição Vista Bela era março de 2021, quando fui convocada a assumir o cargo de Pedagoga pela SEED/PR. Partindo de carro sentido Zona Norte de Londrina, rumo ao Bairro Vista Bela, foi necessário utilizar o GPS (Sistema de Posicionamento Global), pois no aplicativo *Google Maps* pouco

mostra <sup>73</sup> após o término da principal via daquela região, a Saul Elkind. O sistema me levou até as proximidades do colégio, porém para chegar com exatidão foi necessário solicitar informações a transeuntes, pois logo acima do Colégio Estadual Vista Bela há a Escola Municipal América Sabino Coimbra. As duas instituições são divididas por um terreno vazio. Quando o mato está baixo, os moradores soltam cavalos para se alimentarem ali.

Esse fato chama a atenção de quem visita o lugar pela primeira vez. Em frente ao Colégio Estadual Vista Bela também há outro terreno desocupado, que possui quase as mesmas dimensões da instituição, sendo um pouco maior. Nesse lugar, alguns moradores do bairro soltam seus cavalos, outros soltam bois, vacas e até porcos. É uma espécie de pasto urbano que contrasta às construções que estão logo acima: dois condomínios fechados, um de casas, que estão prontas, porém nem todas habitadas e outro de apartamentos, com muros bem altos. Não há informações em *outdoor* na frente do condomínio de casas sobre valores; e o outro empreendimento, de apartamentos, com muros bem altos.

Comparando a estética dessas duas construções com o Residencial Vista Bela, que fica logo abaixo, à primeira vista são construções bastante distintas, pois os dois primeiros possuem pinturas vistosas e coloridas, decorados com vidros espelhados, já a segunda, toda cinza e sem muros: o que o separa da calçada são cercas de arame e tapume.

De acordo com um *outdoor* fixado na frente do empreendimento de apartamentos, chamado Residencial Evora, as prestações mínimas são de R\$ 399,00 e renda mínima de R\$1900,00, porém não há o valor de entrada do apartamento de 46,97 a 48,96 metros quadrados.

Não há no Colégio Vista Bela estudantes moradores do empreendimento de condomínio fechado (as casas descritas acima), apesar da proximidade, porém existem algumas crianças que estão na Escola Municipal América Sabino, o que pode significar que em um futuro próximo serão estudantes do espaço estadual.

---

<sup>73</sup> Ao digitar Colégio Vista Bela Londrina no Google Maps é possível perceber que se trata de uma região com poucos comércios. O Perobinha, bairro onde está localizado o colégio aparece como área rural. Logo acima, a principal via, a Saul Elkind.

**Figura 7 - Animais soltos em frente ao colégio**



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

Na rua, meninos montados a cavalo, sem máscaras param em frente à escola para observar o movimento. São estudantes de todas as idades que dominam o animal como se estivessem andando de bicicleta.

**Figura 8 - Cavalo no terreno vazio entre o colégio e as residências**



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

O movimento que se observou naquela segunda-feira era uma fila gigantesca<sup>74</sup> de famílias e estudantes indo retirar materiais impressos. Estávamos no auge da pandemia, as aulas estavam suspensas e ninguém estava vacinado contra a covid-19.

Na sala de professores, havia um quadro negro onde estava o horário das aulas, quantidade de turmas e disciplinas, do período matutino e vespertino, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para quem até então trabalhava em escola de pequeno porte<sup>75</sup>, aqueles números<sup>76</sup> assustavam.

Desse período até fim de maio daquele ano, o contato que se tinha com as juventudes do Vista Bela eram às segundas-feiras, quando havia retirada de materiais impressos e às sextas-feiras, quando havia retirada de itens das cestas básicas.

Nesse contexto, é possível afirmar que, mesmo num cenário pandêmico, de campanhas de isolamento social, a escola não deixou de ocupar lugar na socialização desses jovens, que, em sua maioria, faziam questão de enfrentar a interminável fila de retirada de materiais impressos, com demora de até três horas para ser atendido.

Dayrell (2007) considera que

Podemos constatar que a vivência da juventude nas camadas populares é dura e difícil: os jovens enfrentam desafios consideráveis. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro. (DAYRELL, 2007, p. 1108-1109)

---

<sup>74</sup> Com uma média de duzentas pessoas naquele momento, sem distanciamento social e interagindo.

<sup>75</sup> A Resolução Nº 4534/2011 orientava a base de cálculo para dimensionamento de pessoal nas unidades escolares da rede pública paranaense. De acordo com esse documento, o Colégio Estadual Jayme Canet – Ensino Integral de Bela Vista do Paraíso/PR possui pequeno porte; já a instituição Vista Bela têm grande porte. Isso é calculado de acordo com o número de estudantes matriculados.

<sup>76</sup> No capítulo 1.2 “Apresentação do tema e objeto de estudo: as juventudes do Vista Bela” há a tabela 01 – planilha de engajamento do Ensino Médio. Lá é possível ter uma dimensão da quantidade de estudantes somente do Ensino Médio. Vale lembrar que o colégio atende também turmas do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental.

Dessa forma, é possível afirmar ainda que, dentre àqueles jovens que ficavam horas em pé, em sua maioria, ali permaneciam porque tinham a consciência que aquela era a única oportunidade de ser aprovado, o que acarretaria melhores possibilidades de emprego. Fato esse comprovado durante as entregas dos materiais. Era visível uma preocupação se estava tudo feito ou se perderiam nota, caso alguma atividade estivesse incompleta ou sem fazer.

O ensino emergencial remoto realizado por meio de entrega de materiais impressos não se pode considerar ensino, pois os estudantes simplesmente levavam para casa um maço de atividades (duas ou três folhas A4 de cada disciplina), com questões de múltipla escolha e devolviam uma semana depois.

Esses materiais, denominado pelo governo estadual como Trilhas da Aprendizagem, eram elaboradas pela SEED/PR e dispostos em *drives* para as escolas da rede estadual, que tinha a opção por imprimir ou solicitar aos professores materiais mais personalizados. A instituição Vista Bela optou por imprimir e entregar aos estudantes sem solicitar nada aos professores, que ficavam encarregados de corrigir e pontuar (se fosse o caso) as atividades. O fato é que poucos estudantes conseguiram realizar e devolver todas as atividades uma semana após a entrega. Muitas atividades voltavam sem fazer, principalmente de Matemática, Física e Química, pois exigia a apresentação de cálculos e o nível da resolução desses exercícios não condiziam com a realidade ensino remoto que foi proposto.

Quando questionada sobre o assunto, a SEED/PR justificava que as Trilhas da Aprendizagem estavam em consonância com as aulas transmitidas pela TV, porém para resolver os exercícios, principalmente das disciplinas acima citadas, o estudante deveria possuir uma TV, o que não era a realidade de muitos, ou ainda ter acesso à internet.

Por outro lado, as segundas-feiras na instituição Vista Bela era também o ponto de encontro da moçada, que combinavam os horários para permanecerem juntos na fila, encontros de namorados e até desfile de moda: algumas estudantes vestiam suas melhores roupas e se maquiavam para ir até o colégio retirar os materiais impressos e aproveitavam para exibir suas belezas, isoladas em casa por conta da pandemia.

Nesse dia não havia silêncio na instituição, pelo contrário. Risos altos, conversas entre amigos e até brincadeiras. Por alguns momentos era possível

esquecer que vivenciávamos um quadro de pandemia. Parecia que a escola havia voltado ao normal.

Até o início de abril de 2021, os funcionários, equipe pedagógica e equipe gestora faziam essa organização para distribuição dos materiais, assim como ocorreu durante praticamente todo ano letivo de 2020, porém a partir desse momento houve a chegada dos militares na instituição, como descrito no capítulo 3.1, houve a transformação da instituição Vista Bela em cívico militar.

Sem clareza dos papéis a cumprirem, esses militares ficaram com a incumbência de organizar as filas de retirada de materiais impressos às segundas-feiras.

Schilling (2008) apresentou uma reflexão sobre Direitos Humanos e Educação no artigo “Educação em Direitos Humanos: reflexões sobre o poder, a violência e a autoridade na escola” a partir da experiência de intervenção em três escolas de São Paulo. A autora enfatiza que *há a necessidade de pensar articuladamente a questão da realização da educação como um direito humano considerando as relações de poder e autoridade existentes na escola.* (SCHILLING, 2008, p. 691).

O assunto Direitos Humanos é tratado no capítulo 5.2 da presente dissertação, porém, assim como a autora percebeu que nas escolas que pesquisou havia uma falta de clareza dos papéis desempenhados pelos diversos atores envolvidos, no Vista Bela isso também foi percebido, pois agora com esses novos atores introduzidos no ambiente escolar sem aulas presenciais, se tinha a impressão que sobrava gente, ao passo que o tempo de espera na fila não diminuiu como se esperava.

Esse novo setor do Vista Bela era composto por três monitores e um diretor militar que, como citado anteriormente, tinham a incumbência de organizar uma fila, porém o que se percebia era a falta de organização, que até então não ocorria: gritos e brigas entre militares e estudantes passaram a fazer parte das segundas-feiras: Esses novos contratados passaram a implicar com as roupas que os estudantes iam para o colégio, muitas vezes mandavam retornar para casa, o que gerava a revolta de quem havia chegado mais cedo. Em algumas situações foi necessária a intervenção das equipes pedagógica e gestora da instituição para mediar esses conflitos.

Sempre com o discurso “agora a escola é militar”, os abusos de autoridade eram corriqueiros, com gritos de ordem ou foram vocês que escolheram a nossa

presença aqui, fazendo alusão à consulta pública realizada no ano anterior. O colorido e o brilho dos jovens foram dando lugar à evasão e transferências<sup>77</sup> para outras instituições.

Antes da chegada dos militares, os estudantes que perdiam a segunda-feira, poderiam ir outro dia da semana no colégio que eram atendidos, porém, com a falta de clareza de função, os militares entendiam que tinham autonomia em mandar embora quem comparecesse em outros dias da semana, o que gerou graves consequências para a escola, como a busca ativa devido à evasão e o aumento de estudantes inseridos no sistema do Conselho Tutelar.

No ano letivo de 2022, o colégio passou a ofertar também o Ensino Técnico em Desenvolvimento de Sistemas<sup>78</sup>, porém sem a infraestrutura necessária e, por esse e outros motivos, vem enfrentando a evasão na turma que, quando não são autorizados a transferir para o ensino regular no próprio Vista Bela, procuram outras instituições.

Essa realidade (não apenas do Vista Bela, mas de outros colégios públicos, de periferia ou não) poderia ser diferente. Um espaço de 3.523,83 metros de área construída em um terreno de 12.700 metros quadrados poderia ofertar atividades

---

<sup>77</sup> No ano letivo de 2022, até julho houve quase 300 transferências, entre Ensino Fundamental e Ensino Médio. O principal argumento é que os estudantes não se adaptaram ao cívico-militar, porém quando conseguiam vagas no Colégio Adélia Dionísia Barbosa, que também é cívico-militar, eles se transferiam para lá. Alguns estudantes do Vista Bela ainda aguardam transferências para outras instituições. Quando questionados, dizem que é porque o Vista Bela virou uma bagunça depois da chegada dos militares.

<sup>78</sup> O ano letivo de 2022 iniciou com seis turmas de 1ºs anos do Ensino Médio. No início de março de 2022, o colégio foi informado que havia sido “contemplado” com a autorização para abertura de um curso técnico. As turmas já estavam compostas, dessa forma foi preciso remanejar estudantes das seis turmas (A, B, C, D, E, F) para a nova turma: o técnico. Sem saber direito do que se tratava, alguns estudantes relutaram e outros aceitaram. O curso passou a funcionar com parte dos professores da educação básica, lecionando suas disciplinas e a outra parte “televisada” pela terceirização da Unicesumar: Foram acrescentadas as disciplinas Análise e Projeto de Sistemas, Ciências da Computação, Lógica Computacional e Banco de Dados, lecionadas a distância por professores da referida universidade, com a mediação de uma monitora. Sem levar em conta a realidade dos estudantes do colégio que, em sua maioria não têm internet e computadores em casa (fatos constatados na quantidade de alunos que retiravam materiais impressos em 2020 e 2021, durante o período de suspensão das aulas presenciais) e nem tampouco a realidade da escola (que no início do ano letivo de 2022 tinha apenas 26 Netbooks funcionando), a SEED/PR ainda manteve para a instituição a obrigatoriedade de que “todos os alunos” (em 2022 quase 1300) tivessem acesso ao laboratório de informática para realizar atividades em aplicativos (Matific para Matemática, Inglês Paraná para Língua Inglesa, Redação Paraná para Língua Portuguesa), além de ter “acrescentado” a disciplina Pensamento Computacional na grade curricular do Novo Ensino Médio, ou seja, a “conta começou a não fechar”, pois são 37 turmas no total (20 pela manhã e 17 à tarde) para fazer o “rodízio” no laboratório de informática, precário em máquinas e com tantas exigências. O resultado está sendo a evasão do curso técnico e o desinteresse pelas disciplinas que exigem que os professores utilizem os aplicativos, pois não há máquinas para todos os estudantes das turmas. Dessa forma, os estudantes “matam” essas aulas. Podemos atribuir que isso seja uma forma de resistência por parte deles.

para que os espaços fossem melhores aproveitados: uma proposta seria inserir esses jovens estudantes na elaboração e implementação de projetos, abrindo os espaços para que eles participem ativamente. Temas como preconceito, direitos sociais das juventudes, cidadania, entre outros poderiam fazer parte das pautas que seriam desenvolvidas por eles.

Boghossian; Minayo (2009) ao realizarem uma revisão de literatura sobre a participação juvenil citam que,

O conceito de participação possui alta carga simbólica, sendo emblemático do contexto ideológico e da estrutura social que se compreende. Nirenberg (2006) refere-se a certo consenso entre os estudiosos de que participar, de forma mais genérica, é “estar envolvido, tomar parte ou influenciar nos processos, nas decisões e nas atividades num contexto ou campo de ação em particular” (p. 121). O’Donoghue e colaboradores (2003), dando maior especificidade ao conceito, organizam a participação ao redor de três temas gerais: “acesso às esferas social, política e econômica; capacidade decisória no contexto das organizações que influenciam a vida dos sujeitos; e planejamento e envolvimento em ações públicas” (p. 2). (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009, p. 413)

É importante frisar que essa participação juvenil não seria no sentido de melhorias de situações pontuais, isso seria assistencialismo, mas sim influenciarem efetivamente sobre todos os processos da vida institucional e suas decisões, o que seria ir além da participação de Conselho Escolar, pois traria discussões voltadas especificamente ao universo juvenil.

O próximo capítulo traz uma reflexão e análise mais profunda de assuntos iniciados nos capítulos anteriores que impactaram a vida dos jovens estudantes do Vista Bela.

Retomando o assunto iniciado nos capítulos anteriores, o Colégio Vista Bela passou a funcionar como cívico militar a partir do ano letivo de 2021. Conseqüentemente houve a exclusão do ensino noturno na instituição.

Esse capítulo trata do assunto que gerou o fim do ensino noturno e faz uma análise dos impactos para os jovens estudantes do Vista Bela que, a partir de então precisaram estudar em outros estabelecimentos de ensino que ofertavam essa modalidade.

De acordo com o governo estadual liderado por Ratinho Júnior (PSD, 2019 – 2026) e seu secretário de educação Renato Feder, a proposta seria ofertar uma

educação básica de qualidade, desenvolver um ambiente escolar adequado e que promova a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Com esse slogan de escola-modelo, no final do ano letivo de 2020, o governo apresentou a proposta na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) para instituir algumas escolas<sup>79</sup> no modelo cívico militar, o que tramitou em caráter de urgência e, apenas 15 dias após apresentação, foi aprovada, sendo sancionada por ele mesmo apenas uma semana após, mais precisamente no dia 6 de outubro de 2020.

Vinte dias depois, em 26 de outubro daquele ano, 216 colégios da rede estadual de ensino foram escolhidos para integrar o programa, sendo o Vista Bela um dos escolhidos.

No dia 27 de outubro de 2020 (um dia depois de anunciar quais escolas integrariam o programa), o governo divulgou a consulta pública<sup>80</sup> de forma presencial, prevista em lei, porém sem tempo hábil de debate com a sociedade que, naquele momento estava em isolamento social.

Vale lembrar que nessa consulta todos votantes tinham conhecimento das opções dos demais<sup>81</sup>, pois era aberta e terminava assim que atingia o quórum necessário<sup>82</sup>.

Dessa forma, dos 216 colégios indicados a se tornarem cívico militar no Paraná, 186 aprovaram o novo modelo, 25 rejeitaram a proposta e outras 5 não atingiram o quórum.

---

<sup>79</sup> Para fazer parte do programa, as escolas deveriam possuir algumas características como estar localizada em regiões que apresentam altos índices de vulnerabilidade social, baixo fluxo escolar e baixo índices de rendimento escolar, como no caso do Vista Bela. Havia ainda a exigência que determinava que somente municípios com mais de 10 mil habitantes poderiam ter uma escola cívico militar, porém, em janeiro de 2021 o governo voltou atrás na lei que ele mesmo sancionou e flexibilizou essa última exigência.

<sup>80</sup> Os votantes aptos seriam alunos maiores de 18 anos, pais, professores e funcionários das escolas.

<sup>81</sup> Esse fato gerou muito temor por represálias, pois naquele momento já havia as falácias que o diretor poderia escolher esse ou aquele funcionário que se identificasse com o modelo cívico militar, o que de fato ocorreu durante os anos letivos de 2021 e 2022, onde o diretor apontava o professor que ele queria e descartava aquele que não considerava apto em atuar em um colégio cívico militar, sem levar em consideração colocação em teste seletivo, por exemplo, para os funcionários PSS ou mesmo a identificação do professor que atuava nos estabelecimentos e tinha um conhecimento da comunidade escolar. O resultado foi que algumas escolas (como o Vista Bela) ficaram parte do ano letivo de 2021 sem professores em determinadas disciplinas, especificamente Cidadania e Civismo e Educação Financeira (disciplinas que entraram na grade curricular ocupando o espaço da Sociologia, Filosofia e Arte), que a direção não dispôs na distribuição de aulas por estar escolhendo alguém apto a lecionar, o que aconteceu apenas no segundo trimestre de 2020.

<sup>82</sup> Pelo projeto apresentado na ALEP, para integrar o programa cívico militar, era preciso que mais de 50% das pessoas aptas a votar participasse na consulta pública e caso a maioria simples dos votantes (50% + 1) fosse favorável, a escola seria “contemplada” com a implantação, como ocorreu no estabelecimento Vista Bela que contou com 493 votos (de um universo de 980 votantes), 405 a favor e apenas 88 contra. Quando atingiu o quórum (491), a consulta se encerrou.

Esse novo modelo de escola excluiu o ensino noturno e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso foi proposital, pois a intenção da SEED/PR, sob o comando de Renato Feder era alcançar o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) a altos patamares, porém como esse índice é calculado com base na frequência e aprovação, o ensino noturno e a EJA se tornaram uma espécie de empecilho para os objetivos do paulistano que comanda a pasta da educação no Paraná, pois tradicionalmente, tanto a EJA quanto o ensino noturno sempre apresentaram altos índices de evasão, o que pode prejudicar o IDEB.

Ao realizar uma análise sobre as expectativas dos alunos da EJA, GOUVEIA; SILVA (2015) afirmam que *“é notório que a EJA está sempre em segundo plano tanto em investimentos quanto em outros fatores em relação aos outros segmentos de ensino.”* (GOUVEIA; SILVA, 2015, p. 751).

Porém, as autoras concordam que essa modalidade de ensino foi criada para resgatar uma dívida do sistema com a população em geral:

Dívidas sociais como a necessidade dos jovens de trabalhar cada vez mais cedo para sustentar a família e as dívidas pedagógicas, pois percebe-se também um afastamento dos alunos devido às falhas em um processo educacional que muitas vezes se mostra discriminatório e incapaz de envolver o indivíduo de maneira que este se perceba parte do processo ensino-aprendizagem. (GOUVEIA; SILVA, 2015, p. 751)

Dessa forma, existe uma contradição muito grande nessa nova proposta do governo do Estado do Paraná, pois se para fazer parte do programa cívico militar as escolas precisam se localizar em regiões que apresentam altos índices de vulnerabilidades sociais, como faz o jovem que precisa trabalhar e quer estudar à noite ou na EJA, mas mora em uma região onde a única escola que tem nos arredores se transformou em cívico militar, como no caso do Vista Bela?

O estabelecimento Vista Bela, desde a sua inauguração em 2018 nunca ofertou a EJA, porém até 2020 ofertou o Ensino Médio noturno.

Souza; Oliveira (2008) ao divulgarem os dados de uma pesquisa acerca do ensino médio noturno, a partir da análise e registro de experiências que envolveram 80 escolas que ofertavam essa modalidade de ensino, identificaram condicionantes administrativos, legais, pedagógicos, culturais e outros que contribuíram para o sucesso ou eventuais limitações das experiências desenvolvidas pelas escolas pesquisadas, algo que o governo do Estado do Paraná deveria ter realizado,

considerando que, por exemplo, a instituição Vista Bela serve como rede de apoio para os moradores da região, não foi levado em conta nem mesmo as especificidades e características dos alunos que compunham, até 2020 essa modalidade de ensino.

Entre as diferenciações que se evidenciaram acerca da clientela do ensino noturno, a primeira delas é percebida entre os alunos que têm no estudo sua principal atividade/responsabilidade e aqueles que, antes de serem estudantes, são trabalhadores ou buscam, de imediato, ingressar no mercado de trabalho. Dessa diferenciação, não deveria decorrer qualquer interpretação que indique uma valorização diferente, por parte dos alunos, da escolarização, mas sim especificidades nas relações estabelecidas com a escola. (SOUZA; OLIVEIRA, 2008, p. 55)

De acordo com dados do SERE, durante o período de 2018 a 2020, o Colégio Estadual Vista Bela teve o total de 605 matrículas<sup>83</sup> do Ensino Médio, distribuídos entre 1º, 2º e 3º anos, como nos mostra a tabela a seguir:

**Tabela 4 - Número de matrículas no Ensino Médio noturno (2018-2020)**

ANO	1º	2º	3º	TOTAL
2018	89 <sup>84</sup>	48	52	189
2019	96 <sup>85</sup>	57	49	202
2020	66	49	36	151

**Fonte:** Sistema Estadual de Registro Escolar, (2021)

É interessante observar que as turmas eram numerosas em matrículas, porém, comparando com os dados extraídos da estatística final desses três anos que o colégio ofertou o ensino noturno, nos deparamos com a seguinte realidade:

**Tabela 5 - Estatística final do 1º ano do Ensino Médio noturno (2018-2020) 1º Ano do Ensino Médio:**

ANO	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos	Total
2018	39	10	30	6	69

<sup>83</sup> 2018, 2019 e 2020. Pesquisa realizada em 17 mai. 2022.

<sup>84</sup> Havia duas turmas: 1º A com 54 matrículas e 1º B com 35.

<sup>85</sup> Em 2019 o colégio também ofertava duas turmas de 1º anos: D e E com 46 e 50 matrículas respectivamente.

2019	26	11	39	6	76
2020	41	9	0	3	50

**Fonte:** Sistema Estadual de Registro Escolar, (2021).

**Tabela 6** - Estatística final do 2º ano do Ensino Médio (2018-2020) 2º Ano do Ensino Médio:

ANO	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos	Total
2018	19	8	18	5	42
2019	28	6	16	5	45
2020	35	7	0	1	42

**Fonte:** Sistema Estadual de Registro Escolar, (2021).

**Tabela 7** - Estatística final do 3º ano do Ensino Médio (2018-2020) 3º Ano do Ensino Médio:

ANO	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos	Total
2018	35	5	13	3	46
2019	30	10	14	0	45
2020	25	4	0	1	28

**Fonte:** Sistema Estadual de Registro Escolar, (2021)

Esses números nos mostram que a partir do ano letivo de 2021, os 76 estudantes que estavam no 1º e 2º anos do Ensino Médio noturno do Colégio Vista Bela e que foram aprovados precisavam ainda concluir seus estudos, mas a partir de então não mais no ensino noturno daquele estabelecimento: Ou aceitavam o cívico militar com suas imposições e estudavam no matutino ou o remanejamento para outros estabelecimentos que continuaram a ofertar o ensino noturno.

Essa mudança não considerou ainda a trajetória escolar desses estudantes, pois parte deles estava dando continuidade aos estudos, sem interrupção, mesmo com reprovações anteriores e outros, retornaram à escola que em algum momento foi abandonada. Tomemos como exemplo os estudantes de 2020 do 1º ano do Ensino Médio noturno da instituição:

**Tabela 8 - Idade dos estudantes do 1º ano do Ensino Médio noturno de 2020**

Ano de Nascimento	Quantidade de estudantes	Idade em 2020
1973	1	47
1984	2	36
1988	1	32
1992	2	28
1996	2	24
1998	3	22
1999	5	21
2000	1	20
2001	10	19
2002	12	18
2003	14	17
2004	13	16

**Fonte:** Sistema Estadual de Registro Escolar, (2021).

Considerando que a distorção idade-série<sup>86</sup> é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar, no caso da análise da tabela do 1º ano noturno de 2020, 40% desses estudantes, ou seja, os nascidos em 2003 e 2004, não se encontravam nessa situação, o que reconfirma as colocações de Souza; Oliveira (2008) sobre a desconsideração das especificidades do público analisado pelas autoras:

No entanto, a postura que se evidenciou, de modo dominante, no tratamento do aluno que frequenta o noturno foi a desconsideração de especificidades de sua realidade de vida e trabalho. Embora, nos registros obtidos nas escolas, menções tenham sido feitas aos diferentes perfis de alunos que freqüentam o noturno, estes parecem não estar sendo considerados nos planos, programas e ações escolares. (SOUZA; OLIVEIRA, 2008, p. 56)

Interessante observar ainda o grande número de desistências ou exclusões: Nos três anos houve 130 cancelamentos de matrículas (dos 605 estudantes que a escola atendeu em 2018, 2019 e 2020), ou seja, 21,5%.

<sup>86</sup> O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar.

Nesse sentido, se levanta uma questão muito pertinente a essa realidade: a oferta do ensino noturno do Colégio Vista Bela, enquanto existiu, considerou contemplar as especificidades de todos os alunos?

Souza; Oliveira (2008) consideram que:

A existência do aluno e do trabalhador-estudante, do aluno que percorre a trajetória de escolarização sem interrupções e daquele que retorna à escola após períodos de abandono, sugere a necessidade de se contemplar a possibilidade de oferta diversificada de ensino, no sentido de se criarem ambientes escolares capazes de acolher os diferentes públicos que vêm demandando o Ensino Médio noturno e potencializar suas escolhas futuras. (SOUZA; OLIVEIRA, 2008, p. 56)

Na contramão dessas colocações está a quantidade de matrículas no 1º ano de 2020: 66 em uma única sala. Apesar de possuir uma área de 3.523 metros de construção<sup>87</sup> (em um terreno de 12.700 metros quadrado) e 24 salas de aula, é desumano pensar um professor lecionando para 66 alunos em uma sala de 49 metros quadrados, assim como fica difícil imaginar como seria a organização dessa sala de aula, com estudantes “sobrepostos” aos outros, sem espaço para circulação.

Por outro lado, os dados da tabela do número de aprovados no final do ano letivo de 2020 nos mostram uma realidade mais amena, mas não menos cruel do Vista Bela, pois 13 alunos foram simplesmente “excluídos”<sup>88</sup> do sistema, por isso não aparecem na tabela do final do ano letivo.

De acordo com o NRE, o município conta com 76 colégios estaduais, dos quais, 34 fazem a oferta do Ensino Médio noturno (3 ofertam a EJA e 2 ensino técnico noturno).

A tabela abaixo nos dá um panorama das escolas estaduais de Londrina/PR e alguns dados relevantes para o assunto tratado no presente capítulo da dissertação:

**Tabela 9** - Escolas estaduais de Londrina e a oferta do ensino noturno

Nome do colégio	Localização	Oferta ensino noturno
-----------------	-------------	-----------------------

<sup>87</sup> Números extraídos do Projeto Político Pedagógico do Colégio Vista Bela.

<sup>88</sup> Essa tática é comum nas escolas públicas do Paraná na gestão de Renato Feder para que os alunos faltosos não entrem nas estatísticas negativas das instituições, como a taxa de evasão, por exemplo, o que afeta o IDEB. Essa situação se agravou durante a pandemia onde alunos que tinham dificuldades de acesso aos meios tecnológicos também foram excluídos do sistema. De acordo com dados do SERE, no primeiro trimestre de 2021 foram excluídos 30 dos 266 estudantes do Ensino Médio matutino do colégio, ou seja, 11%. A situação se agravou no decorrer do ano letivo com mais duas exclusões e oito transferências. No final do ano letivo houve 80 reprovações no Ensino Médio.

Adélia Dionísio Barbosa	C.H. Parigot de Souza	Não
Albino Feijó Sanches	Parque das Indústrias	Sim
Ana Molina Garcia	Vila Ricardo	Sim
Antônio Moraes Barros	Jardim Bandeirantes	Sim
Beahir E. Mendonça <sup>89</sup>	Jardim Paraíso	Não
Benedita Rosa Rezende	Jardim Guararapes	Sim
Benjamin Constant	Vila Portuguesa	Não
Carlos Augusto Mungo	Conjunto Jamile Dequech	Sim
Carlos de Almeida	Conjunto Lindoia	Sim
Cassio Leite Machado	Jardim Santa Rita I	Não
EJA Hebert de Souza	Vila Nova	Sim/ EJA
EJA Londrina	Centro	Sim/ EJA
EJA Manoel Machado	Ouro Branco	EJA
Célia Moraes de Oliveira	Parque Waldemar Hauer	Não
Maria do R. Castaldi	Jardim Jamaica	Técnico noturno
E. E. Chico Xavier	Jardim do Sol	Não
Cléia Godoy F. Silva	Jardim Tarobá	Não
Dario Velozzo <sup>90</sup>	Jardim Itamaraty	Não
Déa Alvarenga	Jardim São Francisco	Sim
Euzébio B. de Menezes	Distrito São Luís	Sim
Fernando de Barros	Conjunto Jacomo Violin	Não
E.E. Flávia Cristina	José Giordano	Não
Gabriel Carneiro Martins	Jardim dos Bancários	Não
Guaravera	Distrito Guaravera	Não
Heber Soares Vargas	Jardim San Izidro	Não
Hugo Simas	Centro	Não
Humberto P. Coutinho	Conjunto Ernani M. Lima	Não
E.E. Ilce	Centro	Não
E. E. Ilce Cafezal	Cafezal I	Não
Instituto de Educação	Centro	Técnico noturno
Educação de Surdos	Boa Vista	Não
Jardim Eldorado	Jardim Califórnia	Não
João Rodrigues da Silva	Conjunto Antares	Não
João Sampaio	Vila Yara	Não

<sup>89</sup> Somente Ensino Integral

<sup>90</sup> Somente Ensino Integral

Aplicação Pedagógica	Centro	Sim
José Carlos Pinotti	Jardim dos Pássaros	Sim
José de Anchieta	Jardim Higienópolis	Sim
Josemaria Escrivá	Jardim Pacaembu II	Não
Kazuco Ohara	Jardim Bandeirantes	Não
Lauro Gomes	Conjunto Maria Cecília	Não
Lúcia Barros Lisboa	Manoel Gonçalves	Sim
Machado de Assis	Boa Vista	Não
E.E. Manain	Jardim Colina	Não
Maravilha	Distrito Maravilha	Sim
Marcelino Champagnat	Centro	Sim
Margarida Barros Lisboa	Jardim São Vicente	Não
Maria A. R. Franciosi	Distrito Lerrovile	Não
Maria Helena Davatz	Distrito Lerrovile	Não
Maria J. B. Aguilera	Conjunto Marcal Nogueira	Sim
Newton Guimarães	Jardim Flórida	Sim
Nilo Peçanha	Vila Nova	Sim
Nossa Sra. de Lourdes	Jardim Brasília	Não
E. E. Novo Caminhar	Jardim do Sol	Não
Olavo Garcia F. da Silva	Conjunto Avelino Vieira	Sim
Olympia M. Tormenta	Conjunto João Paz	Sim
Altair A. Carneiro	Distrito Paiquerê	Sim
Patrimônio Regina	Patrimônio Regina	Não
Paulo Freire	Jardim Pizza	Sim
Colégio da Polícia Militar	Jardim Leonor	Não
Polivalente	Jardim Santa Rita	Sim
Rina M. de J. Francovig	Campos Elíseos	Sim
Barão do Rio Branco	Jardim Petrópolis	Não
Roseli Piotto Roehring	Conjunto José Giordano	Sim
Rui Barbosa	Vila Nova	Não
Sagrada Família	Jardim do Sol	Não
E. E. Santa Rita	Vila Operária	Não
Thiago Terra	Jardim União da Vitória	Sim
Tiradentes	Vila Recreio	Não
Tsuru Oguido	Chácara Santa Rita II	Não

Ubedulha C. de Oliveira	Conjunto Luiz Sá	Sim
Vani Ruiz Viessi	Conjunto São Lourenço	Não
Vicente Rijo	Centro	Sim
Vista Bela	Bairro Perobinha	Não
Warta	Distrito Warta	Sim
Doutor Willie Davids	Vila Casoni	Não
Wistremundo Garcia	Parque Ouro Verde	Sim

**Fonte:** NRE (Núcleo Regional de Educação de Londrina). Disponível em <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=538>. Acesso em 18 mai. 2022.

Esses números fazem parecer que há uma boa oferta do Ensino Médio noturno no município, porém considerando que Londrina/PR tem uma população estimada em 580.870 pessoas<sup>91</sup> e nem todas as escolas dos bairros mais afastados do centro fazem essa oferta (algumas que ofertavam, como no caso do Vista Bela, já não o fazem mais devido à transformação em cívico militar), os estudantes que tinham a intenção de continuar seus estudos próximos de suas residências, agora precisam procurar outros estabelecimentos e depender de transporte coletivo, que muitas vezes não coincide com os horários de entrada e saída do colégio.

A tabela abaixo mostra os colégios estaduais mais próximos do Residencial Vista Bela e que ofertam o ensino noturno:

**Tabela 10** - Colégios próximos ao Vista Bela que ofertam o ensino noturno

Colégio	Localização	Distância do Residencial Vista Bela
Roseli Piotto Roehring	Conjunto José Giordano	3,0 Km
Polivalente	Jardim Santa Rita	3,9 Km
Wistremundo Garcia	Parque Ouro Verde	4,7 Km
Olympia M. Tormenta	Conjunto João Paz	7,1 Km
Ubedulha C. de Oliveira	Conjunto Luiz Sá	7,6 Km
Carlos de Almeida	Conjunto Lindoia	11,5 Km

**Fonte:** NRE (Núcleo Regional de Educação de Londrina). Disponível em <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=538>. Acesso em 18 mai. 2022.

<sup>91</sup> IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/londrina.html>. Acesso em 24 mai. 2022

Caso o estudante que resida no Residencial Vista Bela consiga<sup>92</sup> uma vaga em uma dessas escolas que oferta o Ensino Médio noturno, precisará ou possuir condução própria ou depender do transporte coletivo que, muitas vezes não atendem as necessidades dos usuários que ali residem, como já descrito anteriormente.

Ao retirar o Ensino Médio noturno do Colégio Vista Bela não foi considerado que aquele lugar, além de constituir um espaço de ensino, é um espaço cultural e social, o único espaço público de acesso à informação e à cultura daquela comunidade.<sup>93</sup>

OLIVEIRA (1994) realizou uma pesquisa sobre o Ensino Médio noturno, antes da Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei Nº 9394/96, na qual aponta a expressão “aluno-trabalhador”, que na visão dela é aquele que carrega uma diversidade de características que advém da diversidade de experiências. Nesse sentido, para um dos subgrupos que ela pesquisou, o ensino noturno:

[...] representa um espaço social necessário à sua atualização cultural e socialização. É o espaço onde têm a oportunidade de se relacionarem com pessoas do seu meio social e de tentar planejar um outro modo de vida. A atividade profissional exercida parece ser um fator de motivação para a frequência à escola, entendida como local de socialização e descanso da rotina. Não se observa entre esses estudantes perspectivas de continuidade dos estudos. (OLIVEIRA, 1994, p. 96)

Já para o outro subgrupo que a autora pesquisou, a escola representa:

---

<sup>92</sup> É importante salientar que não há oferta para o número de procura. Os colégios fazem lista de espera de estudantes que têm interesse prosseguirem os estudos no estabelecimento no período noturno. Em alguns casos, é feita uma entrevista com o estudante ou seu familiar, pelo próprio diretor, que avalia se aceita ou não aquele aluno em sua escola. Essas atitudes são desrespeitosas e pior, fere a própria LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, em seu Título III que versa a respeito do “Direito à Educação e do Dever de Educar”, no qual, em seu Art. 4º, VI diz o seguinte: “*oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando*”.

<sup>93</sup> No mesmo quarteirão do Colégio Vista Bela há a Escola Municipal América Sabino Coimbra que funciona em dualidade com o Colégio Vista Bela, como já mencionado. Essa escola oferta a modalidade EJA – Ensino Fundamental I noturno. Enquanto as novas instalações da escola municipal não haviam sido inauguradas, o que ocorreu em agosto de 2021, a comunidade Vista Bela não tinha a clara compreensão que um estabelecimento é estadual e o outro é municipal, pois os moradores que fazem parte do Programa Leite das Crianças, que distribui leite gratuitamente para famílias de baixa renda e que tem filhos de 6 a 36 meses, retira-os no estabelecimento estadual, mesmo que suas crianças estudam na escola municipal. Ainda hoje atribuem o nome Escola Vista Bela para os dois estabelecimentos.

A possibilidade de melhorar de vida. Alguns vislumbram a continuidade dos estudos após o término do Ensino Médio e os demais procuram no diploma a possibilidade de melhorar a sua situação no emprego. A clareza dessas expectativas se desdobra em estratégias mais concretas para que os estudantes persigam seus objetivos e tenham maior motivação para a permanência na escola. (OLIVEIRA, 1994, p.96)

Ao participar de um Grupo Focal (G.F) proposto na Disciplina Tópicos Especiais em Juventude e questões contemporâneas, ministrada pela Prof. Dra. Margarida de Cássia Campos, orientado pelas Docentes Dra. Angélica Lyra de Araújo e Dra. Ângela Maria de Sousa Lima do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia – PROFSOCIO da Universidade Estadual de Londrina junto com os mestrandos José Juliano Fumagalli Paiva e Patrícia Oening Betelli expomos os resultados, realizado com jovens de 18 a 24 anos que cursam licenciaturas no período noturno na UEL, no artigo “Escrevivências das juventudes sobre trabalho, licenciaturas e reforma da educação básica: contribuições do Grupo Focal no PROFSOCIO/UEL.”

Na ocasião foram analisadas as percepções juvenis sobre as desigualdades geradas pelo sistema de opressão capitalista no campo educacional, dando visibilidade às suas percepções quanto às possibilidades de que tais insurgências são fundamentais para produção de uma sociedade pautada em justiça redistributiva. O texto aborda ainda como a Reforma do Ensino Médio impactou ou vem impactando a vida desses jovens e o que pensam sobre os desafios futuros frente às mudanças na área educacional que estamos vivendo, com um elemento agravante: a pandemia COVID-19.

As respostas empreendidas pelos jovens participantes do Grupo Focal nos levam a refletir, entre outros, sobre a política de implantações curriculares no nosso país, que recebeu seu golpe final com a diminuição das aulas de Sociologia, Filosofia e Arte na educação básica e também chama a atenção para a falta de uma mudança na estrutura racista que foi montada para a exclusão da população negra, pobre e de periferia.

**Tabela 11** - Número de alunos matriculados X número de alunos transferidos/ evadidos em 2022 (Ensino Médio)

Ano/Série	Número de matrículas em fevereiro/2022	Transferidos	Evadidos (excluídos, sem frequência, ausentes, remanejados ou desistentes)
1º ano	218 <sup>94</sup>	35	46
2º ano	121 <sup>95</sup>	23	33
3º ano	65 <sup>96</sup>	6	12

Fonte: Sistema Estadual de Registro Escolar, (2022).

No início do ano letivo de 2022, o Colégio Estadual Vista Bela tinha 404 estudantes matriculados. Em setembro do mesmo ano, esse número caiu para 249, ou seja, quase 40% desses jovens não estavam mais estudando na instituição.

Mesmo considerando a oscilação desses números durante o decorrer dos anos letivos nas escolas públicas, o que ocorreu no Vista Bela em 2022 foi uma perda muito grande de estudantes, pois desses 155 (dentre transferidos e evadidos), apenas 54 alunos foram transferidos para outras instituições. 101 jovens, até setembro de 2022 estavam com a situação escolar irregular.

Para conseguir a transferência, o estudante ou seu responsável (no caso de menor de idade) precisa ir até a instituição que pretende estudar e solicitar uma declaração de vaga. Em porte a esse documento, ele deve retornar à escola de origem e então solicitar a transferência. Geralmente a procura é por vagas no ensino noturno, que são limitadas. É muito difícil conseguir esse trâmite na primeira solicitação, por isso quando procuram esses estabelecimentos, seus nomes entram em uma fila de espera, aguardando a instituição escolar entrar em contato, o que pode demorar até quatro meses ou até mesmo, nunca ser convocado.

<sup>94</sup> Distribuídas em seis turmas.

<sup>95</sup> Distribuídas em três turmas.

<sup>96</sup> Distribuídas em duas turmas.

Essa dificuldade enfrentada pelos jovens não é vista apenas na procura pelo ensino noturno. Alguns estudantes que precisam ser transferidos para colégios próximos ao trabalho, por exemplo, ou ainda àqueles que se mudam do Vista Bela, passam por uma entrevista com a direção, que julgam se aquele/a estudante está apto ou não a frequentar aquele estabelecimento de ensino. Apenas alguns casos são denunciados na ouvidoria do NRE, nos quais as gestões apenas respondem por isso.

Interessante é que esses acontecimentos ferem o ECA, a LDB e ainda a Instrução Normativa Conjunta Nº 12/2012 da própria SEED/PR que orienta as instituições de ensino do Paraná a respeito das matrículas, transferências e oferta de vagas.

Dentre as justificativas de solicitação de transferências, em primeiro lugar estava a alteração no horário de saída, às 12h45min. A alteração da grade curricular trouxe mudanças nos horários das aulas que passaram de cinco aulas diárias de 50min. para seis aulas diárias de 45min. A desaprovação dessa mudança está no fato que muitos estudantes tentam matar a última aula ou, quando permanecem em sala de aula, os professores não conseguem lecionar: os estudantes ficam irritados, reclamam de fome e querem ir embora ao horário que estavam acostumados.

Geralmente os conflitos entre estudantes ou entre estudantes e funcionários aconteciam nesse período de 45 minutos finais onde havia poucos funcionários, pois estavam em horário de almoço ou iam para outros trabalhos, estudantes irritados e os estudantes do vespertino e os amigos do lado de fora do estabelecimento, aguardando a saída, no portão da escola e em seus arredores, algumas vezes virava palco de violência<sup>97</sup>.

Mas retornando ao assunto que trata a tabela 10, como mencionado, 101 estudantes encontravam-se excluídos, sem frequência, ausentes, remanejados ou desistentes. Isso significa que podem não ter conseguido transferências para outros estabelecimentos, barrados pelas exigências das escolas, estavam trabalhando no período que se evadiram ou ainda não se adaptaram às novas imposições do cívico-militar.

---

<sup>97</sup> Na semana de 01 de set. 2022, um conflito envolvendo estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio teve início no colégio (na 6ª aula) e foi para o bairro. Estudantes filmaram fragmentos da briga que, ao chegar ao bairro envolveu ainda as mães e um professor. As filmagens foram para as emissoras de televisão locais que fizeram um sensacionalismo com as imagens, totalmente fora de contexto.

Nesse sentido, vale lembrar que no início do ano letivo de 2021, a SEED/PR publicou um manual das escolas cívico-militares, no qual demonstra as regras desse modelo de escola. Inspirado nas diretrizes das escolas cívico-militares do Programa Nacional das Escolas Cívico Militar (PECIM), o documento aborda desde a organização dessas instituições e horários até como os estudantes devem se comportar e se vestir.

Sob forte influência do governo federal liderado por Bolsonaro, o manual, de cunho regressista, traz a proposta do cívico-militar no Paraná e afirma que essas escolas são orientadas pelos valores do ensino por meio da moral e que o desenvolvimento de comportamentos, valores e atitudes, com vistas ao desenvolvimento pleno do estudante são a chave para a cidadania.

O primeiro ponto a ser analisado nesse manual é a organização da gestão, que é compartilhado entre um Diretor Geral civil e um militar, ambos indicados pelo próprio NRE.

Nesse contexto, vale ressaltar que no final do ano letivo de 2021, a SEED/PR enviou para as escolas o Regimento Escolar das cívico-militares, ou seja, o que antes precisava estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico, considerando a realidade de cada instituição, a partir de então se unificou em um documento para todas as escolas do Paraná que seguem esse modelo.

Trazendo essa reflexão para o que se levantou sobre o fim do Ensino Médio noturno no Vista Bela, podemos concluir que isso feriu os preceitos democráticos e de direitos daquela comunidade que não merecia a opressão e exclusão do sistema educacional. Somado à transformação do mesmo em cívico-militar, em meio a tantas regras criadas pelo novo sistema, as juventudes estão se evadindo daquele espaço, como podemos observar na tabela que traz dados do SERE de 2022<sup>98</sup>.

A seguir são apresentados dados e reflexões a respeito da exclusão digital no Estado do Paraná e no Colégio Estadual Vista Bela a partir da análise de orientações do governo estadual.

### **3.1.1.1. A etnografia institucional: os sujeitos da pesquisa – os jovens estudantes do Ensino Médio do Colégio Vista Bela**

---

<sup>98</sup> Consulta realizada em 04 set. 2022.

Antes de iniciar a escrita sobre os sujeitos da pesquisa, considera-se importante também mencionar os atores sociais que ocupam os espaços do colégio: Diretora-Geral, Vice-Diretora (matutino), Vice-Diretor (vespertino), Pedagogas (três matutinos e vespertinos e uma vespertino), Professores, Funcionários da Secretaria, Funcionários do Protocolo, Funcionários da Limpeza, Inspetora de alunos (matutino), Merendeiras, Estagiários, Famílias, Líderes da Comunidade e Militares.

No presente capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, o que fizeram esses jovens estudantes no período de pandemia? O que pensam em relação a assuntos ligados à escola, trabalho, lazer, etc.?

Até o final do ano letivo de 2022 o colégio ainda funcionará em dualidade com o município de Londrina/PR, dessa forma, quatro salas do terceiro setor são ocupadas nos dois períodos pela Escola Municipal América Sabino Coimbra, portanto, no cotidiano do Colégio Estadual Vista Bela existem esses atores que também se relacionam: alunos do Ensino Fundamental – Séries Iniciais, Professores, Inspetor de alunos e Merendeiras<sup>99</sup>.

De acordo com Pereira (2010), dois dos atores que compunham o ambiente escolar são os principais para o funcionamento mínimo de uma escola: alunos e professores.

Mas, quem são esses jovens estudantes do Vista Bela?

Não há na literatura uma resposta para essa pergunta, mas há reflexões que buscam compreender os jovens como sujeitos sociais, como Juarez Dayrell (2003).

Os jovens do Vista Bela, assim como já mencionado, constroem seus determinados modo de ser jovem: as roupas que usam a maquiagem e até os gostos musicais<sup>100</sup>.

Dayrell (2003) problematiza a questão, que vai além de analisar seus gostos musicais, seus estilos ou encará-los como simplesmente em suas negatividades ou visões romanceadas. Para esse autor *“é preciso evidenciar os jovens, enquanto sujeitos sociais constroem um determinado modo de ser jovem, baseados em seus cotidianos.”* (DAYRELL, 2003, p. 41).

---

<sup>99</sup> No contrato de dualidade do Colégio Estadual Vista Bela com a prefeitura de Londrina/PR, as merendeiras do município é que ficam responsáveis por preparar os alimentos tanto para os estudantes estaduais quanto para os estudantes municipais. As merendeiras do Estado auxiliam nos intervalos servindo os alimentos aos estudantes.

<sup>100</sup> Quando estão com seus fones de ouvido ligado ao celular, é possível ouvir seus sons. Geralmente ouve-se uma batida “tem tem tem tem tem tem” que supõe-se tratar de música eletrônica, funk ou rap.

Para esse autor, construir uma definição para categoria juventude é tarefa muito difícil, pois é preciso levar em consideração critérios históricos e culturais, por isso ele põe em discussão reflexões de Angelina Peralva (1997) e Alberto Melucci (1992), que propuseram algumas dimensões para compreender a juventude: para Peralva (1997), a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação, enquanto que para Melucci (1992) existe uma sequência temporal no curso da vida e a maturação biológica é a responsável por determinar potencialidades. Dessa forma, Dayrell (2003) pontua que,

Dessa discussão, entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. (DAYRELL, 2003, p. 42)

É importante enfatizar que a Etnografia Institucional somada à observação com enfoque sociológico ocorreu desde o início do ano letivo de 2021, portanto, as informações aqui prestadas fazem parte de anotações pessoais do que ocorria no cotidiano escolar, ora quando a Pedagoga atendia as turmas do Ensino Médio, na falta de algum professor, algumas perguntas eram feitas aos estudantes, ora por meio de conversas com os estudantes, no pátio, na quadra ou nos corredores a fim de coletar dados empíricos.

Tendo as relações sociais como ponto central de sua análise, a EI oferece um caminho para explicar de que forma o cotidiano institucional se articula com as relações sociais do amplo processo social e econômico vigente. Smith denomina essas relações de 'extra locais', que por sua vez normatizam e modelam a vida cotidiana das pessoas. (VERAS, 2011, p. 59)

Os questionamentos sobre quais metodologias utilizar na pesquisa sobre as juventudes do Ensino Médio no contexto da pandemia de COVID-19 foram inúmeros, pois como escreve Lima (2016), a respeito da construção do conhecimento e do objeto de investigação em Ciências Sociais:

Como produzir conhecimento sobre uma realidade da qual fazemos parte? Qual a diferença entre essa forma de conhecimento e o conhecimento produzido pelas Ciências Naturais? Como se dá a relação entre pesquisador e universo de pesquisa quando as

questões prementes de pesquisa são parte da vida do próprio investigador? Como coletar dados sobre formas de agir e de pensar dos indivíduos que, em geral, são relatadas por eles próprios? Como seus achados transformam ou não a percepção daqueles que fazem parte do universo investigado? Essas questões nortearam e ainda norteiam o debate sobre metodologia nas Ciências Sociais (LIMA, 2016, p. 11).

Dessa forma, após um semestre de estudos de Metodologia em Ciências Sociais foi apreendido que em primeiro lugar, ao pensar no tema a ser desenvolvido, é preciso pesquisar autores que escreveram temas relacionados ao que se pretende pesquisar. É o estado da arte sobre os assuntos a serem abordados.

Sendo assim, como mencionado, o estado da arte ou referencial teórico foi primeiramente levantado, tendo como principal pergunta que se pretendia responder com a pesquisa: onde e como estava ocorrendo a sociabilidade desses jovens estudantes do Ensino Médio no quadro da pandemia COVID-19 uma vez que o colégio, espaço onde ocorre as interações sociais, as brincadeiras e as zoeiras, tão necessárias para o desenvolvimento humano, encontrava-se fechado no momento de pandemia.

Para respondê-la, pretendia-se levantar dados a partir de um questionário a ser aplicado com os próprios estudantes e observações orientadas pelos conceitos etnográficos, porém a mudança de planos ocorreu a partir das submissões do Projeto de Pesquisa “As juventudes do Ensino Médio no quadro da pandemia de COVID-19: Estudo de caso de um colégio de Londrina/PR, na Plataforma Brasil, que emitia pareceres pendentes, mesmo após as postagens documentais corretas.

Por outro lado, considerando o Artigo 1º da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana; em seu “Parágrafo Único” dispõe sobre as pesquisas que não serão registradas e avaliadas pelo sistema CEP/CONEP, constam os itens II - pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011; III - pesquisa que utilize informações de domínio público; e item VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura. São os itens que fazem referência ao desenho metodológico do projeto em tela.

Dessa forma, foi batido o martelo para que a pesquisa, que não tem registro no CEP/CONEP, utilize as informações de acesso público e Etnografia Institucional, como delinea Smith (2002):

Etnografia institucional é uma abordagem cujo foco não se concentra tanto nas práticas cotidianas, mas sim na forma como estas são institucionalizadas em regras e em relações gerais, nas quais estão incorporadas as práticas diárias dos indivíduos. (SMITH, 2002, p. 215)

Nessa discussão, os métodos de coleta de dados são tratados como secundários. As estratégias de participação no campo em estudo, a interpretação de dados, e, sobretudo, os estilos de redação e a questão da autoridade e da autoria na apresentação de resultados são tópicos que recebem maior atenção.

A Etnografia Institucional (EI) desenvolveu-se a partir dos estudos da socióloga canadense Dorothy Smith e sofreu forte influência do posicionamento epistemológico desenvolvido no âmbito dos estudos feministas, da etnometodologia de Garfinkel e do materialismo marxista. (VÉRAS, 2011, p. 59)

Magnani (1991) autor do texto “A rua Quinze” nos mostra que a observação etnográfica não substitui a observação que realizamos no cotidiano, mas a enriquece a partir de conceitos, métodos e modos de operar da Antropologia.

Uma das técnicas que os antropólogos usam para sua imersão nesses processos culturais vivos, diferentes daqueles a que estão habituados por sua própria origem é a conhecida "observação participante". Tomando parte do cotidiano da população que estuda, participando de seus ritos, ajustando-se a seus hábitos alimentares, normas de convivência, o pesquisador vive uma situação onde observa "de dentro" e, com isso, apreende os padrões que explicam o comportamento no contexto imediato em que eles ocorrem (MAGNANI, 1991, p. 3).

Como já relatado anteriormente, atuo como Pedagoga do Ensino Médio no estabelecimento onde ocorreu a pesquisa, sendo assim, ocorreu uma observação participante. Magnani (1991) ainda esclarece que

Existem algumas precauções que a antropologia urbana procura tomar e uma delas diz respeito à forma como encara seu "objeto" de pesquisa. Se diante de uma cultura radicalmente diferente da sua a atitude do antropólogo é no sentido de procurar transformar o

"exótico", ou melhor, o que 'lhe aparece inicialmente como "estranho", sem sentido - porque ainda não conhecido - em familiar, o caminho do pesquisador que enfrenta sua própria sociedade é inverso: trata-se, aqui, de transformar o familiar, o que já é (aparentemente) conhecido, em estranho, de forma a escapar à armadilha do senso comum. O segundo cuidado que se toma é resistir à tentação de encarar o objeto de pesquisa escolhido - este ou aquele bairro, tal ou qual seita religiosa, instituição social ou movimento popular - como se constituíssem uma "aldeia", nos moldes de algumas das sociedades tradicionalmente estudadas pelos antropólogos. No caso das sociedades complexas, seja qual for o recorte escolhido, é preciso levar em consideração a malha de relações que mantém com a sociedade envolvente: a dinâmica da rua Quinze não se esgota no seu perímetro, assim com o significado mais amplo de uma comunidade religiosa afro-brasileira vai além dos limites do terreiro. O desafio é manter as características da pesquisa etnográfica - a tradição da análise minuciosa, do contato prolongado, da busca de relação direta com os informantes- sem perder de vista o quadro mais amplo no qual os fenômenos culturais se desenvolvem nas sociedades modernas (MAGNANI, 1991, p. 3).

Magnani (1991) realizou esse exercício de caminhada de observação com seus alunos do curso de Especialização em Arquitetura e urbanismo na Rua Quinze em Curitiba/PR.

E como o ângulo escolhido para relativizar a perspectiva habitual foi o da Antropologia, convém recordar o que um autor contemporâneo afirma, a propósito: 'Fazer a etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios do comportamento modelado' (GEERTZ, 1978:20, apud MAGNANI, 1991, p. 8).

A pesquisa sobre os jovens estudantes do Vista Bela empreendeu uma caminhada no Residencial Vista Bela e no Jardim São Jorge e também observações de carro pela principal via que liga o Vista Bela com a rodovia 369, sentido Cambé, com observações das ruas dos bairros a fim de investigar a interconexão entre os aspectos locais da vida cotidiana e a instituição Colégio Vista Bela, que possui um papel importante na organização em nível local do fazer diário das pessoas.

Os dados que se levantaram na pesquisa foram a partir dessas observações somadas à observação participante do cotidiano escolar, ou seja, foram produzidos dados empíricos intencionais, uma Etnografia Institucional que cruzou dados com a Planilha de Busca Ativa da Pesquisadora/Pedagoga da instituição (análise documental) e também consultas ao Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE).

VÉRAS (2011), ao escrever sobre a importância da Etnografia Institucional, desenvolvida pela canadense Dorothy Smith, afirma que, essa metodologia relativamente nova no Brasil, enfatiza a relevância de entender o mundo simbólico no qual as pessoas estão inseridas, o que tenta captar os fatos de maneira como elas enxergam e interpretam suas próprias experiências.

A autora, defensora do uso dessa metodologia na área biomédica, afirma que a própria área da saúde vem reconhecendo as dificuldades em fazer análises por meio da metodologia quantitativa tradicional, por isso ela propõe uma valorização das experiências cotidianas institucionalizadas, desenvolvida por Smith.

Cada instituição possui seu contexto organizacional próprio disposto através de um tipo de cartografia. A coordenação do trabalho e as relações de poder existentes no espaço institucional, que fazem as práticas cotidianas acontecer de certo modo e não de outro, precisam então ser analisadas como se estivessem configuradas na forma de um mapa. (VÉRAS, 2011, p. 59)

Dessa forma, pode-se afirmar que a Etnografia Institucional é uma perspectiva teórico-metodológica voltada para o estudo das organizações institucionais.

No que concerne à produção cuidadosa e análise detalhada das descrições dos fenômenos sociais, a EI é similar a outras formas de etnografia, que procuram apenas desvelar o contexto da vida em sociedade. Entretanto, diferente de muitas pesquisas etnográficas, a institucional não foca somente nas “experiências” ou na “cultura”. Ao invés disso, seu interesse se volta para os processos de organização social. Os etnógrafos institucionais estão voltados para a exploração e a descrição das várias forças sociais e institucionais que modelam, limitam e organizam o mundo cotidiano das pessoas (VÉRAS, 2011, p. 59)

Assim, a pesquisa empreendida com os jovens estudantes do Vista Bela teve como ponto de partida as relações sociais, para se chegar à explicação de que forma o cotidiano institucional se articula a essas relações do amplo processo social.

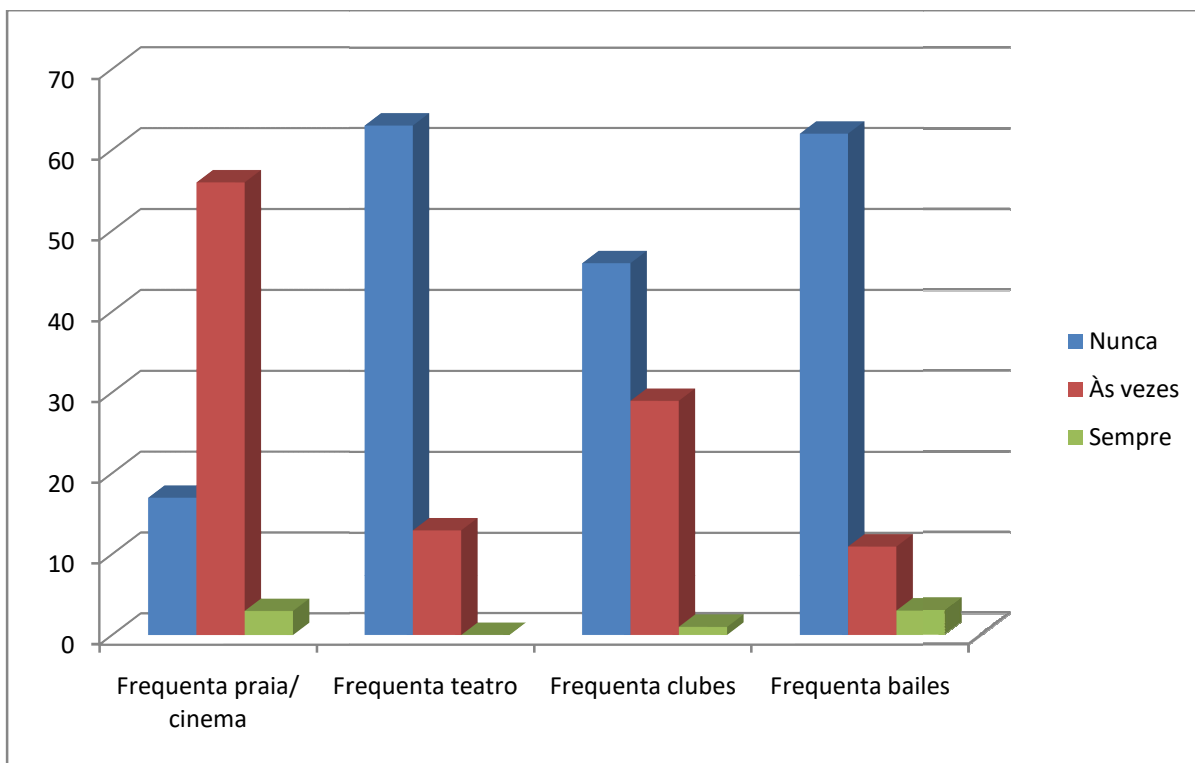
Dos 267 estudantes matriculados no Ensino Médio na instituição em 2021, 88 responderam<sup>101</sup> às questões ligadas a temas, como lazer, escola, trabalho, futuro, amizades, entre outros.

---

<sup>101</sup> Nem todos os estudantes responderam todas as questões. Esse “controle” foi possível, como mencionado, pelo fato de a pesquisadora ser pedagoga do Ensino Médio da instituição, que tem como atribuições realizar busca ativa, acompanhar o processo de ensino e aprendizagem e

Os dados que se seguem são relativos ao que esses estudantes faziam/ fazem quando não estavam/ estão estudando, ou seja, atividades de lazer<sup>102</sup>.

**Gráfico 1 - Atividades de lazer (cinema, praia, teatro, clubes e bailes)**



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

Dos estudantes que responderam se vão à praia ou ao cinema, 73% disseram que às vezes frequentam e 22% falaram que nunca foram. Apenas três estudantes relataram que vão com assiduidade ao litoral e ao cinema.

Quando questionados se vão ao teatro, 82,89% disseram que nunca foram, apenas 17,10% falaram que às vezes vão. 60,52% dos jovens relataram que nunca

---

freqüência desses estudantes, dessa forma, em meio ao atendimento, em sala de aula ou em outros lugares nas dependências da escola, a coleta de dados empíricos eram realizados.

<sup>102</sup> OLIVEIRA; ROSA (2019) desenvolveram uma pesquisa com jovens de classe média por meio de suas representações sociais de lazer e tempo livre. Para conceituar o lazer, as autoras utilizaram ELIAS; DUNNING (1992) que afirmam que “o lazer ocorre nos momentos de liberdade de expressão, possibilitando o rompimento das rotinas através de sensações agradáveis, vindas da prática de atividades com pouca vigilância social de comportamento, como por meio do esporte” Na pesquisa com os jovens estudantes do Vista Bela a prática de esporte foi questionado posteriormente, como podemos observar no Gráfico 6. Para as autoras, “a Sociologia do Lazer nos direciona para uma primeira compreensão do que seria o lazer e o tempo livre, mas ainda nos falta entender como adolescentes significam, compartilham ideias e orientam suas práticas quando se tratam desses fenômenos.” OLIVEIRA; ROSA, p. 3)

foram a clubes, 38,15% falaram que vão às vezes e apenas um estudante o frequenta sempre.

Quanto a bailes, 81,57% falaram que nunca frequentaram. 14,47% vão às vezes e apenas três estudantes disseram que vão sempre.

É interessante ressaltar que a maioria dos jovens classificou os bailes como algo ruim ou negativo, que quem frequenta tem comportamento de risco. Isso vai de encontro com uma consideração de OLIVEIRA; ROSA (2019), que desenvolveram estudos sobre lazer com adolescentes:

Apesar dessas reflexões que relativizam os conceitos socialmente aceitos de “lazer bom” e de “lazer ruim”, verificamos que os adolescentes possuem um modo próprio de classificar e entender os diferentes tipos de lazer. Para alguns deles, o “lazer ruim” está mais frequentemente relacionado aos atos de fumar maconha, fumar cigarro, beber bebidas alcoólicas e de jogar videogame ou computador em excesso. Esses elementos aparecem objetificando o lazer considerado inadequado. (OLIVEIRA; ROSA, 2019, p. 11)

Essas informações vão de encontro com o que os jovens reclamam dos colegas de turma, por exemplo. Muitos deles se incomodam quando um ou vários colegas da turma permanecem em aula jogando no celular. Essas atitudes são vistas pelos os que ficam incomodados como sinônimo de desinteresse nos estudos, um momento que não cabe o lazer, ainda mais esse sendo inadequado.

As autoras expõem ainda que as atividades consideradas de risco podem ser traduzidas como opção para vivências e novas experiências e superação dos limites impostos pelos pais.

Assim, a perspectiva do risco faz-se coerente, mas não deve ser assumida como a principal, considerando que as atividades mencionadas nesse sentido se apresentam, apenas, como uma representação periférica. Além disso, é importante pontuar que a vivência do risco entre os adolescentes e jovens nem sempre é negativa. Muitas vezes ela traz um extravasamento emocional desejado, a partir de práticas de atividades com risco controlado (Spink, Aragaki, & Alves, 2005); e, em alguns casos, podem ser fundamentais para que os indivíduos testem seus limites, sintam-se vivos e vivam rituais próprios da passagem da juventude para a vida adulta (Le Breton, 2012). (OLIVEIRA; ROSA, 2019, p. 12)

Isso ocorre no cotidiano escolar, como por exemplo, quando um grupo de quatro estudantes levou na mochila duas garrafas de vodka vazias.

São jovens que nunca havia apresentado problemas<sup>103</sup> na escola. Mas qual a lógica de carregar consigo garrafas de vidro vazias? Poderia ser garrafas de refrigerante ou suco, por exemplo. Mas não. Eram garrafas de bebida alcoólica. Quando questionados, não quiseram responder os motivos.

Uma jovem do grupo (a que mais falou sobre o caso), disse que estava cansada de sempre ser boa aluna e ter bom comportamento. Cansada ainda de ser obrigada a ir à igreja com a mãe (evangélica) e ter que servir de exemplo para todos, desde pequena. Ela solicitou que o colégio fizesse uma ligação para que a mãe fosse até lá. A garota gritou com a mãe dizendo que estava com vodka na bolsa, o que foi desmentido pela equipe escolar, pois eram somente as garrafas, vazias.

A leitura que se tem da situação é que essa garota quis extravasar emocionalmente criando uma situação para superar os limites impostos pela mãe, mesmo porque, quando querem fazer uso de bebidas alcoólicas<sup>104</sup> no interior da escola, eles usam garrafas de suco que não são transparentes.

Sobre o lazer praia, onde 22% disseram que nunca foram, vale lembrar que o município de Londrina/PR está há um pouco mais de 500 km<sup>105</sup> do litoral, o que dificulta e encarece a ida até lá, que ainda tem a despesa com estadia e alimentação.

De acordo com o Professor de Geografia da instituição, muitos jovens da região não conhecem o litoral. Ele afirma, por exemplo, quando aborda o conteúdo que trata das formas de relevo do litoral, o assunto é abstrato se comparando com estudantes que moram nessas regiões ou que ao menos já foram ao litoral.

Quanto à ida a teatro e clubes<sup>106</sup>, como exposto no capítulo 2, a localidade não possui esses espaços, porém há bailes<sup>107</sup> em alguns pontos do Vista Bela.

---

<sup>103</sup> A questão aqui é relacionada a “matar” aula, responder mal a algum professor ou ficar evadido da instituição.

<sup>104</sup> Em outras situações, grupos de alunos foram “flagrados” com “Corote, a bebida oficial do rolê”, dentro de embalagens plásticas de suco.

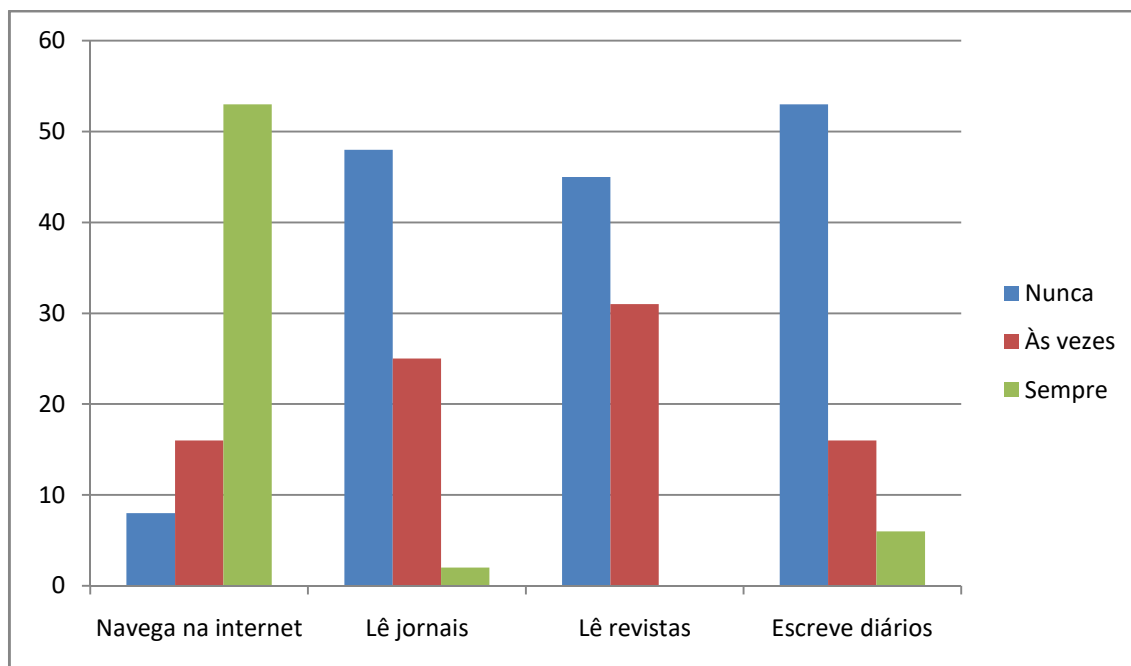
<sup>105</sup> A praia “mais próxima” é Guaratuba/PR, que está há 518 km de Londrina/PR.

<sup>106</sup> Em uma ocasião relatada por uma família à pedagoga/pesquisadora, em 2021 um grupo de estudantes da instituição, junto a estudantes de outras instituições, “mataram” aulas e invadiram uma propriedade privada com piscina nos arredores do Vista Bela. A família só descobriu porque o estudante fez uma transmissão ao vivo em uma rede social.

<sup>107</sup> Uma estudante relatou que há muitos bailes em algumas casas da região, porém não frequenta “para não ficar mal vista”, pois quem vai até esses espaços, está “atrás de machos.” Os três estudantes que frequentam bailes disseram que não há problema algum nesses espaços, pois trata-se apenas de diversão.

Esse primeiro bloco de perguntas optou-se por utilizar atividades de lazer seguindo modas e padrões de consumo ditados pela classe média. Optou-se ainda por deixar as atividades ligadas à tecnologia para o segundo bloco.

**Gráfico 2** - Atividades de lazer (navega na internet, lê revistas, lê jornais e escreve diários)



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

Quando questionados se navegam na internet, 69,73% disseram que sempre, 21,05% às vezes e 10,52% disseram que nunca.

Essas informações vão de encontro com o que responderam quando perguntado se possuem internet em casa: 85% afirmaram que sim, 7% responderam que não e outros 7% disseram que possuem somente dados móveis em celulares.

É interessante ressaltar que 47% desses estudantes garantiram que realizavam atividades *online* durante o período de suspensão das aulas presenciais, porém não é o que demonstra a Planilha de engajamento no capítulo 1.2 “Apresentações do tema e objeto de estudo: as juventudes do Vista Bela”, na qual, no ano letivo de 2021, apenas 37,45% realizavam atividades *online*.

Quanto à leitura de jornais, grande parcela dos estudantes garantiu que nunca leram, ou seja, 63,15%. 32,89% disseram que às vezes e apenas dois estudantes falaram que sempre lêem.

Esses números se aproximam da leitura de revistas: quase 60% falaram que nunca leram nenhuma revista e os demais às vezes, quando freqüentam consultórios de dentistas, por exemplo.

Quando questionados se escrevem diários, quase 70% responderam que nunca, 21,89% disseram que às vezes e apenas 6 estudantes falaram que escrevem sempre.

Nesse segundo bloco de perguntas, o uso de tecnologias “concorreu” com a leitura de jornais/revistas e a escrita. Isso se deve ao fato que relacionam leitura e escrita com atividades obrigatórias e não de lazer<sup>108</sup>.

Ligado ao contexto social da época que vivenciamos, navegar na internet para os jovens é fazer parte do mundo<sup>109</sup>, nem que for somente para ficar “segurando”<sup>110</sup> o celular na mão. Esse fato foi apontado pelos professores como o maior empecilho para explicar os conteúdos, como relataram em formação na semana de estudo e planejamento de julho de 2022<sup>111</sup>.

Oliveira; Almeida (2014) desenvolveram um Grupo Focal sobre o uso das tecnologias entre as juventudes. Elas analisaram o significado que a internet e o celular ocupam na vida de adolescentes do 2º ano do Ensino Médio.

Para as autoras,

A pesquisa sinaliza que as tecnologias digitais ocupam um espaço privilegiado na vida dos jovens, atingindo a dimensão do: lazer, relacionamento, sociabilidade e do modo de apreensão da informação e do saber. Anunciam ainda a importância que as redes sociais, em particular o facebook, têm assumindo em suas práticas cotidianas, se configurando como um espaço de reivindicação,

<sup>108</sup> Quando questionados sobre os títulos de livros que já leram, a maioria dos estudantes citou livros indicados pelos professores de Língua Portuguesa para realização de atividades.

<sup>109</sup> Um fato curioso que ocorreu enquanto a pedagoga/pesquisadora estava conversando com um ex estudante da instituição onde o mesmo mostrou pelo celular que alguns garotos do São Jorge (bairro vizinho do Vista Bela) haviam feito um rap em sua homenagem. Um som quase “inaudível” saía do celular e a questão era: Cadê a homenagem? Ele aumentou o volume para que fosse possível ouvir a frase: “Ae Mc Cacá”. Nesse momento foi solicitado que o ex aluno submetesse o vídeo em alguma plataforma para que os colegas também o prestigiasse, ele respondeu que não sabia como faz isso, que o vídeo estava em seu aplicativo de mensagem instantânea. A conclusão desse fato é que na verdade não dominam as plataformas digitais, nem para simples navegação, como supõem.

<sup>110</sup> Nas ocasiões que a pedagoga/pesquisadora é chamada na sala de aula por algum professor devido ao uso excessivo de celulares por parte dos alunos, é verificado que não estão navegando na internet: ora estão tirando fotos, olhando vídeos que já estão baixados em seus aparelhos, ora estão jogando sem o uso de pacotes de dados.

<sup>111</sup> Essa imposição da SEED (Secretaria de Educação e do Esporte) é que ao menos duas vezes ao ano ocorram essas “formações” com os professores da Rede Estadual. Na ocasião, quando perguntado aos professores da instituição Vista Bela o que mais atrapalha o ensino e aprendizagem dos estudantes, eles responderam o uso de celulares durante as aulas, seguido da indisciplina.

desabafo, informação, autonomia e de afirmação da juventude. (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2014, p. 70)

Elas adentram no debate da teoria social sobre a relação entre indivíduo e sociedade: “*a sociedade que forma o indivíduo ou é este quem forma a sociedade?*” (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2014, p. 72).

Para tentar explicar a questão, elas citam Pierre Lévy, que afirma que a internet abriu um novo espaço para a liberdade de expressão, onde todos podem se expressar e isso independe do poder econômico que possui.

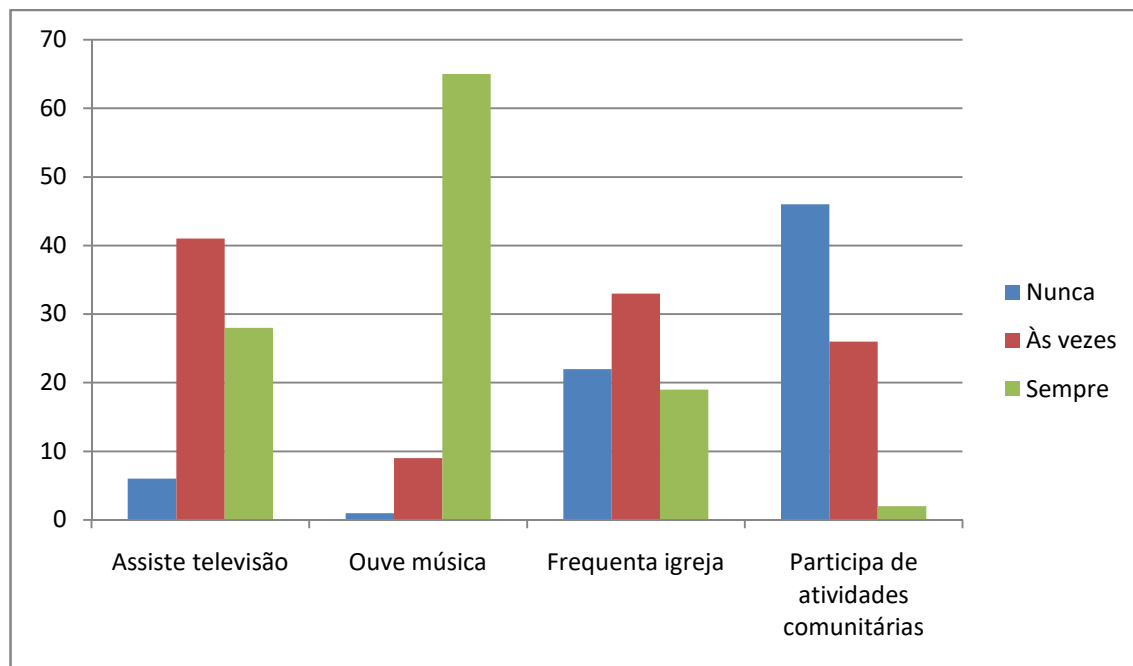
Mesmo com todos os riscos, a internet é uma forma de inclusão, cria possibilidades para os jovens mostrarem seus trabalhos artísticos, suas ideias, democratiza o acesso à informação e funciona como um instrumento de afirmação do potencial político desses indivíduos. (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2014, p. 72)

Lembrando que o estudo das autoras foi realizado em 2014, muitas mudanças ocorreram desde então, como o acesso a outras redes sociais, além do Facebook e o uso de aplicativos de mensagens instantâneas que ganharam força com a pandemia<sup>112</sup>.

**Gráfico 3** - Atividades de lazer (assiste televisão, ouvem músicas, frequenta a igreja e participa de atividades comunitárias)

---

<sup>112</sup> Durante o período de suspensão das aulas presenciais, esse era o principal elo entre escola e estudantes.



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

O terceiro bloco de questões ligadas ao lazer considerou duas atividades relacionadas ao relaxamento e duas relacionadas a compromissos que não fazem parte da rotina escolar. 53,94% dos estudantes assistem televisão de vez em quando, 36,84% sempre e 7,89% responderam que nunca assistiram. Quanto à música, 85,52% garantiram que sempre ouvem. 11,84% disseram que às vezes e apenas um estudante disse que nunca ouve. 25% dos jovens estudantes freqüentam a igreja com assiduidade, 43,42% disseram que às vezes e 28,94% falaram que nunca vão.

Com a transformação do colégio em cívico-militar, as estudantes evangélicas que precisavam usar saias compridas (por conta de religião) foram impedidas devido às novas normas<sup>113</sup> impostas pelo governo do Estado do Paraná. Algumas não estão mais na instituição.

A maior parte desses jovens estudantes nunca participou de atividades comunitárias<sup>114</sup>, ou seja, 60,52%. 34,21% disseram que às vezes e apenas 2 estudantes relataram que sempre estão envolvidos.

<sup>113</sup> Esse assunto será tratado no capítulo 4.4 A “transformação” do Colégio Vista Bela em cívico-militar e o fim do ensino noturno.

<sup>114</sup> No capítulo 2.3 “A instituição escolar Vista Bela” é tratado o assunto participação juvenil a partir da perspectiva de estudos de BOGHOSIAN; MINAYO (2009), onde é exposta a importância dessa participação na elaboração, implementação de projetos, programas e políticas que os afetam.

A religiosidade dentre os jovens estudantes é diversificada: católicos, evangélicos, candomblecistas, umbandistas e espíritas. No Vista Bela há igrejas, templos e terreiros.

Fatores ligados ao espiritual fazem parte do cotidiano escolar desses jovens que, ora deixam transparecer a qual segmento religioso pertence ou acredita, ora querem deixar claro que não freqüentam nenhum desses lugares, como demonstrado na pesquisa.

Em meados de 2021, durante o trabalho de busca ativa, a pedagoga/pesquisadora chegou até três jovens que não estavam freqüentando o colégio: Uma moça de 18 anos, um rapaz com 20 e outro mais jovem com 17 anos. A princípio se apresentaram como irmãos, o que logo foi percebido que não era possível pela proximidade de idade entre a moça e o rapaz mais jovem e também os sobrenomes diferentes.

Logo desfizeram o mal entendido explicando que eram irmãos espirituais, que a mãe de santo do Vista Bela (não especificaram qual o terreiro) havia adotado os dois mais velhos<sup>115</sup> e que ela os orientou a retornarem para o colégio, o que de fato ocorreu durante o restante do ano letivo.

Quando questionados se a adoção ocorreu de forma legalizada, eles responderam que somente espiritual, que a mãe de santo os aconselhava, indicava lugares onde poderiam buscar ajuda (alimentação, vestuário), como igrejas ou assistência social.

O rapaz de 20 anos relatou que, por meio da mãe de santo, ele conseguiu um auxílio em alimentação (para ele e para a família) na Igreja Católica do Padovani (bairro vizinho ao Vista Bela) e que lá, em alguns dias da semana, forneciam uma marmita<sup>116</sup> para cada membro de sua família (pai, mãe, dois sobrinhos e ele).

Durante a pandemia (e atualmente), as instituições religiosas no Vista Bela tiveram/têm papel determinante, como comprovado na história dos três jovens. A solidariedade ativa, que partiu de uma responsabilidade social garantiu a muitos moradores um mínimo de esperança.

Sem perder de vista o papel das ações comunitárias no Vista Bela que, durante a pandemia (e atualmente) também manifestaram/ manifestam práticas

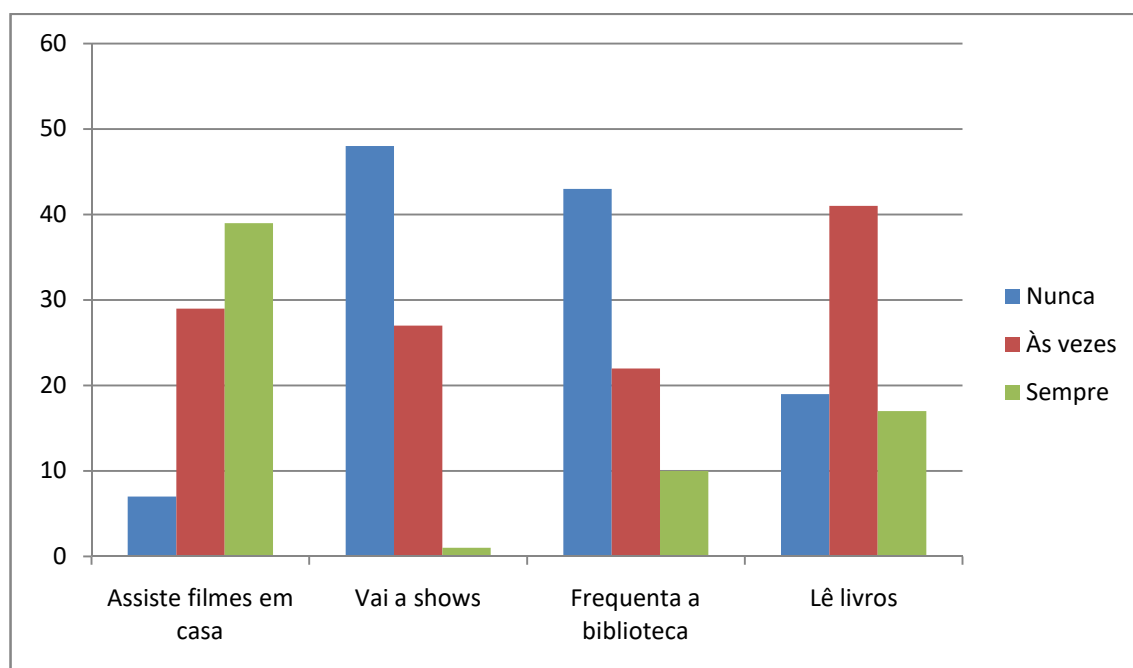
---

<sup>115</sup> O rapaz mais jovem é filho biológico da mãe de santo.

<sup>116</sup> No caso desse jovem a oferta do alimento tinha a necessidade de “ser pronto”, não em cesta básica, pois os pais não tinham condições de comprar gás.

voltadas à solidariedade. Naquele momento as representantes<sup>117</sup> de bairro ganharam destaque na comunidade e com políticos do município.

**Gráfico 4 - Atividades de lazer (assiste filme em casa, vai a shows, frequenta a biblioteca e lê livros)**



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

O quarto bloco de perguntas levou em consideração duas atividades que podem ser realizadas no ambiente doméstico, pois como relatado por alguns pais, existe o medo da violência no Vista Bela<sup>118</sup> e esses seguram seus filhos em casa.

A maior parte desses jovens estudantes relatou que assistem filmes em casa, ou seja, 51,31%. Já 38,15% afirmaram que às vezes e 9,21% disseram que nunca assistiram. 63,15% afirmaram que nunca foram a shows, 35,52% falaram que às vezes frequentam esses eventos e apenas um estudante afirmou que vai sempre.

Essa questão nos leva à reflexão sobre a inacessibilidade desses jovens a eventos que ocorrem no município. Podemos citar alguns deles, além dos shows propriamente ditos: Feira Agropecuária de Londrina, Expo Japão, Jogos de Futebol no Estádio do Café, FILO (Festival Internacional de Londrina), apresentações

<sup>117</sup> São duas lideranças: Duas mulheres negras que têm filhos na comunidade e desempenham papéis dentro da instituição Vista Bela e na Escola Municipal América Sabino Coimbra.

<sup>118</sup> Mais adiante será apresentado o que pensam os jovens sobre a representação da mídia sobre o Bairro Vista Bela, o que engloba o tema violência.

automotivas no Autódromo Internacional Ayrton Senna, Londrina Matsuri, entre outros.

A Feira Agropecuária acontece anualmente no mês de abril no Parque de Exposições Governador Ney Braga. Em 2020 e 2021 o evento foi cancelado por conta da pandemia. Está localizado a uma distância de 6 km do bairro Vista Bela. Movimenta o município com atrações que vão desde shows de cantores sertanejos, rodeios, vendas e exposições de carros, animais, maquinários agrícolas, roupas, calçados, parque de diversões, barracas de comidas, etc. Trata-se de um evento que envolve a organização de empresários, políticos, pecuaristas e criadores de animais de raça. Por outro lado, é aberto ao público pagante que, para prestigiar a simples visita ao parque, precisa desembolsar o ingresso de entrada, que varia de R\$6,00 (meia entrada de segunda a quarta-feira) a R\$18,00 (inteira de quinta a domingo). Para ter acesso aos shows, o espectador tem ainda que desembolsar o valor mínimo de R\$30,00, podendo chegar a mais de R\$300,00<sup>119</sup> dependendo a atração e a escolha do lugar.

É um evento inacessível, não apenas para os jovens estudantes do Vista Bela, mas para muitas famílias londrinenses que, apesar de o município possuir um PIB per capita de R\$37.912,12<sup>120</sup>, há uma gritante desigualdade econômica, principalmente nos bairros de periferia.

Os demais eventos citados anteriormente também são para o público pagante, porém por serem menores e destinados a públicos específicos, os valores são menores também, como por exemplo, a expo Japão e o Matsuri, que reúnem os descendentes de japoneses de Londrina/PR e região, mas também apreciadores da cultura oriental em si. O FILO trás peças teatrais, apresentações de danças, orquestras, etc. Geralmente o público são estudantes da Universidade Estadual de Londrina, professores e ex professores. As outras duas atrações citadas (do autódromo e dos jogos no Estádio do Café) são para o público que gostam de carros e equipamentos automotivos e torcedores de times, locais e nacionais.

---

<sup>119</sup> Valores disponíveis em <https://www.expolondrina.com.br/>. O valor R\$300,00 é referente ao camarote para assistir o show de um cantor sertanejo que se apresentou no município no dia 03 de abr. de 2022. Acesso em 28 jul. 22.

<sup>120</sup> IBGE, 2019. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/londrina.html/>. Acesso em 28 jul. 2022.

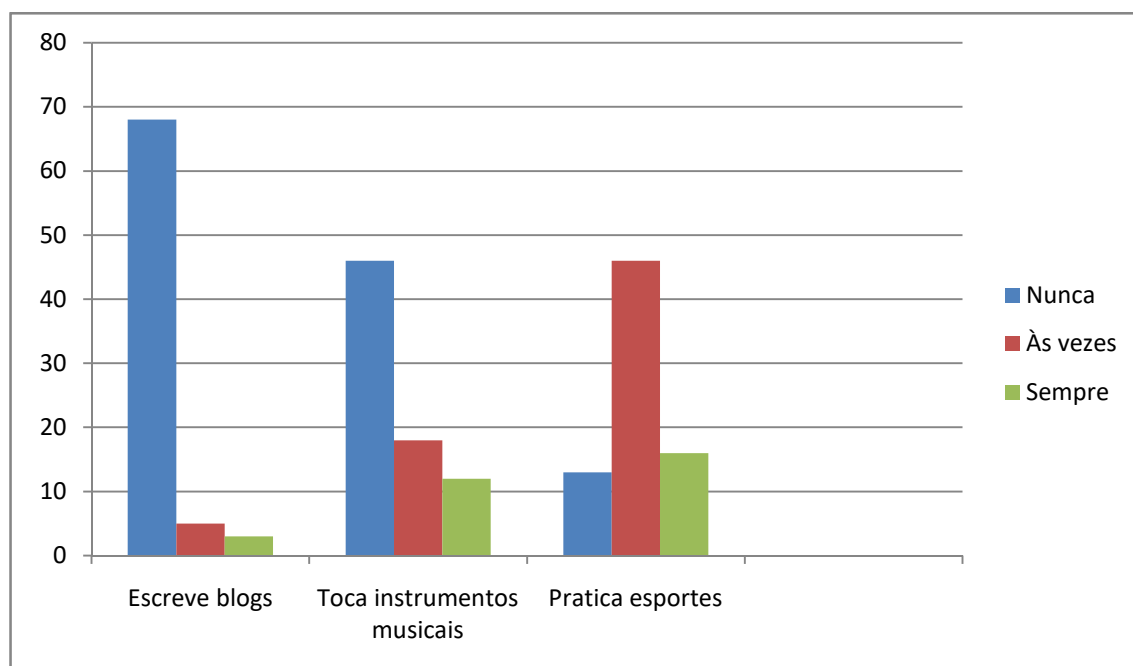
Quando questionados se frequentam bibliotecas, 56,57% dos jovens estudantes disseram que nunca foram em uma, que é freqüentada por apenas 13,15%. 28,94% afirmaram que vão de vez em quando até esses espaços.

Por outro lado, a biblioteca da instituição, atualmente é um refúgio para muitos jovens quando não querem assistir aulas de determinados professores ou quando falta algum professor e não querem ficar junto com a turma. Até mesmo os estudantes mais desinteressados em assuntos escolares, ao adentrar a biblioteca escolhem um livro para ler e lá permanecem até o início da próxima aula.

Quando questionados, 25% desses jovens estudantes afirmaram que nunca leram um livro. 53,94% falaram que às vezes e 22,36% disseram que sempre lêem. Para esses, foi perguntado os nomes dos títulos dos livros, em resposta disseram: Amigo do diabo, As viagens de Gulliver, A rainha do nada, Anne de Green Gables, A última folha de caderno, A droga da obediência, A culpa é das estrelas, A garota do lago, Caroline Kepnes, A pirâmide vermelha, Como fazer amigos e influenciar pessoas, Crepúsculo, Diário de um banana, Do outro lado da vida, Dom Casmurro, Ligeiramente maliciosos, Lucca, Extraordinário, Gêmeos não tão iguais, Memórias póstumas de Braz Cubas, O cerco: a luta pela coroa, O caçador de pipas, O corpo fala a linguagem não verbal do ser humano, O diário de Anne Frank, O truque da corda indiana, Olimpíadas, O homem de Giz, O culpado, O pequeno príncipe, Os instrumentos imortais, O mundo de Sofia, Para todos os garotos que já amei, Por lugares incríveis, Querido John, Uma vida com propósitos, Quatro vidas de um cachorro e Vidas secas.

Alguns livros são *Best Sellers* juvenil, como A culpa é das estrelas, Crepúsculo, o caçador de pipas, Para todos os garotos que já amei, Querido John e Por lugares incríveis. Esses são filmes/séries populares entre os jovens. Outros títulos, como O pequeno príncipe, O diário de Anne Frank, Memórias Póstumas de Bráz Cubas, O mundo de Sofia e Vidas Secas foram indicações dos professores de Língua Portuguesa/ Literatura em aula, como relatado por eles.

**Gráfico 5 - Atividades de lazer (escreve blogs, toca instrumentos musicais e pratica esportes)**



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

O último bloco de perguntas referentes ao lazer levou em conta uma atividade que pode ser desenvolvida no ambiente doméstico, mas necessita do uso da internet, uma que pode ser realizada em grupo ou sozinha (a) e a última a prática de esportes.

Quase 90% dos jovens estudantes do Vista Bela nunca escreveram em blogs<sup>121</sup>. Apenas 6,57% às vezes escrevem e três estudantes sempre realizam postagens.

É importante esclarecer que alguns desses jovens estudantes consideram postagens em redes sociais como a escrita em blogs, apesar de haver algumas diferenças<sup>122</sup>. O que importa aqui é que a maioria dos jovens estudantes não participa dessas que podemos chamar de interações virtuais.

Quanto a instrumentos musicais, 60,52% nunca tiveram acesso, 18% às vezes faz uso e 15,78% sempre toca algum instrumento.

<sup>121</sup> Trata-se de um sítio eletrônico de atualização rápida onde os usuários podem fazer publicações.

<sup>122</sup> As redes sociais têm o objetivo de criar relacionamento entre pessoas e adentrar em grupos sociais virtuais que as pessoas se identificam. Escrever em um blog é criar conteúdo para uma mídia social. Porém há controvérsias sobre o assunto, pois há pessoas que utilizam as redes sociais para produzir e compartilhar conteúdos.

No ano letivo de 2022, apenas um estudante do Ensino Médio levava o violão para colégio, mas não apenas ele que tocava. Outros alunos mostravam seus talentos com o uso do mesmo instrumento.

Quando questionados onde aprenderam, eles responderam com parentes ou na igreja. Dentre esses jovens estudantes, 17,10% se consideram sedentários, 60,52% disseram que às vezes pratica algo e 21,05% falaram que são praticantes, porém não foi perguntada as modalidades, assim cabe ressaltar a importância que tem o campinho do Vista Bela e as quadras esportivas do colégio, muitas vezes utilizadas nos finais de semana.

Sobre o assunto, fato interessante aconteceu em 2021 com uma estudante que é bailarina de uma companhia de dança profissional de Londrina/PR. Seu talento com a modalidade a faz ser reconhecida no município, menos no Colégio Vista Bela.

Em uma ocasião, pensei em convidá-la para se apresentar aos demais estudantes na quadra poliesportiva do colégio e comentei com demais funcionários que estão no colégio há mais tempo. A resposta foi que essa notoriedade da jovem já despertou sentimentos de ciúmes em outras estudantes e também o balé, por ser considerada uma dança clássica da elite, não tem boa aceitação no colégio e por esse motivo poderia despertar retaliação (bullying) contra a garota. O possível evento foi prontamente cancelado.

A intenção não era despertar a inveja nas demais garotas do colégio, mas sim promover um evento cultural e falar da companhia de dança e teatro que a jovem faz parte que, de acordo com informações da própria jovem estudante (e que estão presentes no site<sup>123</sup>), 64% dos alunos dessa companhia não pagam para frequentar os cursos oferecidos, como a jovem bailarina do Vista Bela.

Por outro lado, um estudante do Ensino Médio é campeão paraolímpico na modalidade canoagem. Reconhecido entre os estudantes e comunidade, o jovem vem apresentando excelentes desempenhos em campeonatos nacionais e locais.

Refletindo sobre o assunto, no ano letivo de 2022, uma representante de uma empresa de telefonia do município de Londrina/PR entrou em contato com a escola ofertando gratuitamente seis vagas em um curso de mecânica em motos. Os requisitos eram: ter mais que dezesseis anos, estar freqüente no colégio e ter

---

<sup>123</sup> Disponível em <https://londrinacultura.londrina.pr.gov.br/espaco/71/>. Acesso em 29 jul. 22.

disponibilidade de freqüentar o curso aos sábados pela manhã. O estudante ainda deveria passar por uma entrevista agendada, junto ao responsável.

Quando a oferta era feita, alguns jovens se interessavam, mas diziam que não tinham a disponibilidade do sábado pela manhã, outros perguntavam se poderiam participar da entrevista sozinhos, pois não poderia contar com o responsável e teve até os que disseram que simplesmente não tinha interesse, pois o sábado de manhã era momento para dormir.

Enfim, de todos os estudantes acima de dezesseis anos, do sexo masculino do Colégio Vista Bela, apenas um participou da entrevista e concluiu o curso.

Os questionamentos levantados aos jovens, apresentados anteriormente, levou em consideração o lazer, ou seja, o que fazem no tempo livre, algumas atividades ligadas à escola e outras não.

A reflexão que se levanta, em geral é a pergunta de Dayrell (2007): a escola “faz” juventudes?

Sendo assim, vamos analisar respostas que deram em relação à escola:

**Gráfico 6 - O que os jovens esperam da escola?**



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

A maior parte dos estudantes espera que na instituição Vista Bela sejam preparados para no futuro ter uma profissão, ou seja, 41,11%; 38,88% esperam ser

preparados para no futuro ingressar na universidade; 17,77% esperam aprender coisas práticas para o dia a dia e 2,22% não souberam responder.

No cotidiano escolar é notório o quanto esses jovens prezam por arrumar um emprego. A perspectiva de futuro compreendida por eles a partir desse tema é que esse futuro é semana que vem ou mês que vem. A temporalidade para essa juventude é amanhã no sentido literal da palavra. Quando há um recesso escolar (de julho, por exemplo, que, depois das férias de janeiro, é o período que mais permanecem fora da escola), eles arrumam empregos informais, chamados de bicos e a escola se torna secundária, nesses casos. Quando as aulas retornam, algumas famílias procuram o estabelecimento para avisar que o (a) estudante está trabalhando e não retornará aos estudos.

Com o aumento do horário de permanência na escola, (antes os estudantes saíam meio dia, no ano de 2022 o horário se estendeu até 12h45min.) houve prejuízo para alguns estudantes que trabalhavam meio período.

Infelizmente, nenhum<sup>124</sup> estudante que se formou no 3º ano do Ensino Médio de 2021 da instituição foi aprovado no último vestibular da Universidade Estadual de Londrina<sup>125</sup>, porém quando questionados se já haviam escolhido a profissão, 58,88% disseram que sim e 41,66% responderam que não. Para Dayrell (2007),

Podemos constatar que a vivência da juventude nas camadas populares é dura e difícil: os jovens enfrentam desafios consideráveis. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro. (DAYRELL, 2007, p. 1108-1109)

Para os estudantes que afirmaram que já escolheram as profissões que pretendem exercer, médico (a) foi a mais citada, seguida de advogado (a), fisioterapeuta, policial, psicólogo (a) e dançarina. Também citaram arquiteto (a),

<sup>124</sup> A Pedagoga/pesquisadora acompanha os egressos do Ensino Médio por meio de contato com a comunidade, irmãos ou primos que ainda estudam na instituição.

<sup>125</sup> Trata-se de uma das maiores universidades estaduais do país, localizada em Londrina/PR. Possui mais de 60 cursos de graduação distribuídos em diversas áreas de atuação. Para ingressar na universidade, o estudante pode optar pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), no qual 17,5% das vagas são destinadas por meio dessa modalidade de ingresso, vestibular tradicional ou pelo Sistema de Cotas. No ano de 2021 (para início dos cursos em 2022), a universidade ofertou 2.564 vagas em 52 cursos de graduação.

engenheiro (a), professor (a), bombeiro (a), jornalista, veterinário (a), empresário (a), comissária de bordo, guarda florestal, jogador de futebol, entre outros.

Quanto aos motivos que influenciaram nas decisões das escolhas profissionais, os estudantes responderam que:

**Gráfico 7 - Motivos que influenciam nas escolhas profissionais**

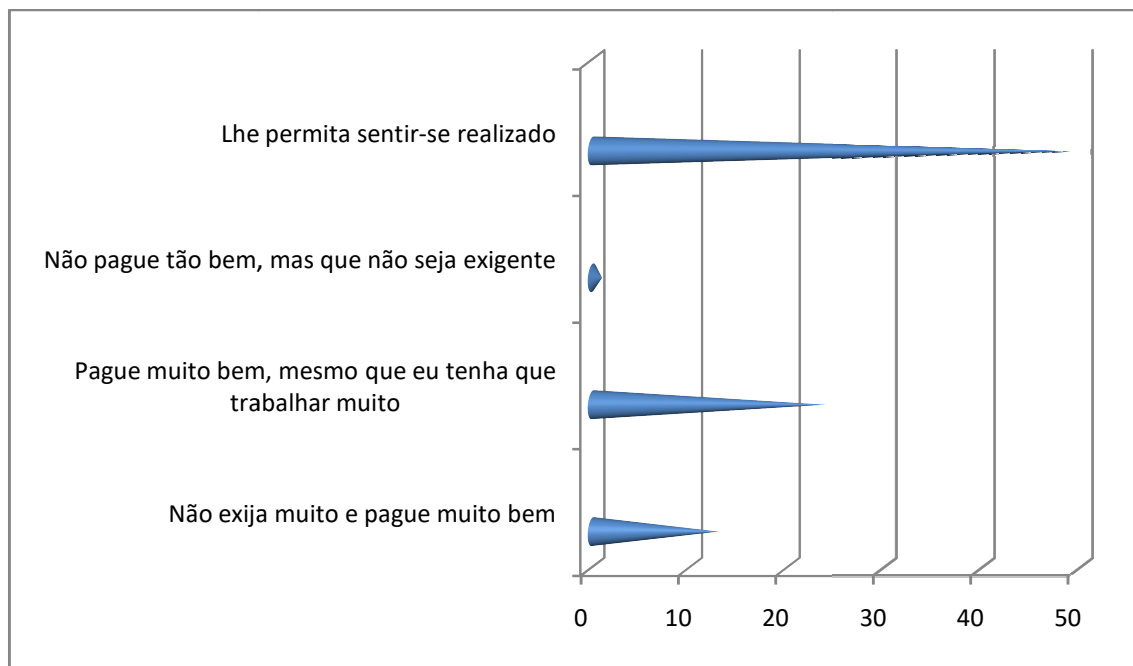


Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

Para 43% dos jovens estudantes, as escolhas profissionais estão ligadas ao ideal de trabalho; 18% acreditam que exista mercado de trabalho favorável; 4% disseram que é o trabalho dos pais e 18% atribuem as escolhas à rentabilidade.

Quando questionados sobre o que é mais importante em termos profissionais, os estudantes responderam que:

**Gráfico 8 - O que é mais importante em termos profissionais?**



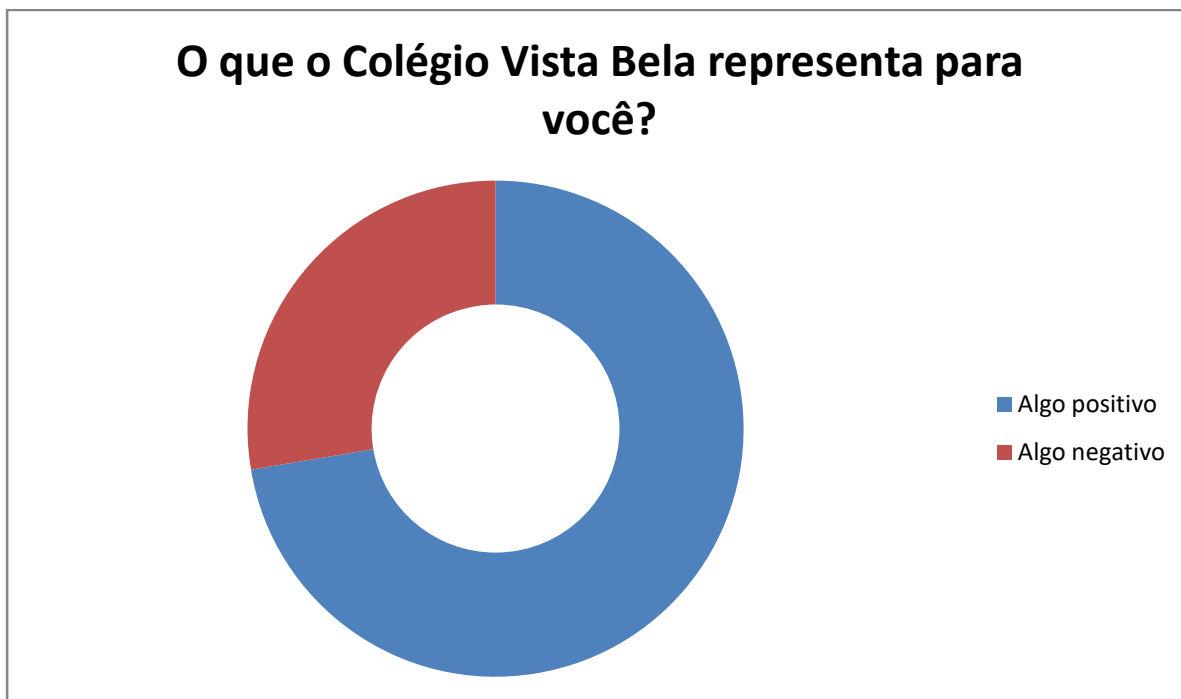
Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

Quase a metade dos jovens estudantes coloca a realização em primeiro lugar quanto às escolhas profissionais. Em segundo e terceiro lugares, eles colocam a questão financeira como quesito de trabalho. Para alguns, trabalhar muito não é o problema. A minoria parece não se importar com a questão financeira.

Com esses dois últimos blocos de perguntas relacionadas ao trabalho, fica claro que eles não buscam na escola somente a escolarização. Almejam sentir-se realizados nas profissões que escolheram e sabem que a escola é a “escada” para atingir esses objetivos.

Essa afirmação foi comprovada quando perguntado o que o Colégio Vista Bela representa para eles:

### Gráfico 9 - O que o Colégio Vista Bela representa para você?



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

Para 72,36% desses jovens a escola representa algo ligado ao positivo, como uma nova oportunidade, lugar para os estudantes se afastarem da criminalidade, agradável, uma escola boa, futuro, etc.

Os 27,63% que relacionaram o espaço escolar com algo negativo utilizaram argumentos como lugar de desordem, bagunça, rígido, chato, autoritário, padronizado, entre outros.

Quando essas perguntas foram feitas aos jovens, o ensino presencial ainda não havia retornado 100%, estava no modelo híbrido, porém os militares já estavam no espaço escolar, por isso a compreensão que se têm dos argumentos “rígido, chato, autoritário e padronizado” são referências à implantação do cívico-militar.

Tanto alguns estudantes quanto seus familiares criaram expectativas em relação a esse “novo modelo” imposto pelo governo do Estado do Paraná que, na prática ficaram decepcionados, pois muitas promessas<sup>126</sup> do governo durante o

<sup>126</sup> Cabe mencionar aqui que muitas famílias ficaram iludidas com a gratuidade dos uniformes escolares. Muitos pais ligavam ou iam até o colégio durante o ano letivo de 2021 cobrar esses itens que nunca chegavam. Somente no final do ano que o Colégio Vista Bela os recebeu e iniciou a distribuição, mas somente para os estudantes que vestiam tamanhos 12, 16 ou P (pequeno), os demais ficaram sem receber, pois o colégio não recebeu tamanhos maiores, o que gerou uma certa revolta entre eles e pais. Somente em julho de 2022 que o colégio começou a receber tamanhos M (médio) e G (grande), porém não conseguiu contemplar todos os estudantes, por exemplo, os EG (extragrande) nunca chegaram até o colégio. Observação interessante sobre o assunto é que, dentre

período de consulta pública não foram cumpridas e também não foi a fórmula mágica para acabar com alguns problemas escolares, como a evasão e indisciplina.

De acordo com Dayrell (2007),

Na frequência cotidiana à escola, o jovem leva consigo o conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes tempos e espaços que, como vimos, constituem uma determinada condição juvenil que vai influenciar, e muito, a sua experiência escolar e os sentidos atribuídos à ela. Por outro lado, a escola que ele frequenta apresenta especificidades próprias, não sendo uma realidade monolítica, homogênea. Podemos afirmar que a unidade escolar apresenta-se como um espaço peculiar que articula diferentes dimensões. Institucionalmente, é ordenada por um conjunto de normas e regras que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. (DAYRELL, 2007, p. 1118)

Dessa forma, o que os jovens deixaram transparecer como resistência ao modelo cívico-militar pode ser reflexo de suas vivências fora da escola que enxergam os policiais como “rígido, chato, autoritário e padronizado”<sup>127</sup>.

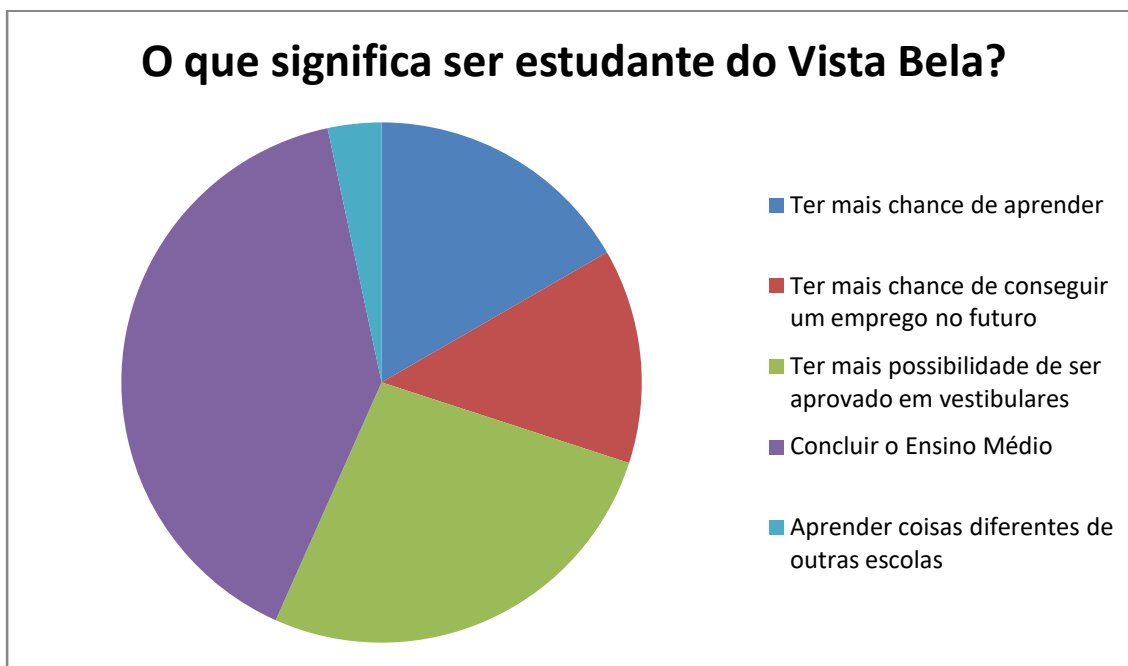
Ainda sobre a escola, quando questionados sobre o que significa ser estudante daquela instituição, eles responderam:

---

os estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, pouquíssimos fazem o uso da farda com a boina.

<sup>127</sup> Uma estudante evangélica relatou que presenciou um assassinato ao sair da igreja que frequenta: Era a polícia que matou um fiel que acabara de sair do culto. Dias após o acontecimento a mídia local notificou o fato como confronto. Ela afirma que não deveriam ter usado essa palavra e sim assassinato. Outro estudante disse que às vezes, quando não tem dinheiro para ir para o centro da cidade de ônibus coletivo, pega um atalho no fundo de vale do Vista Bela. Esse caminho é percorrido por muitos jovens, de acordo com esse estudante. Certa vez, quase chegando do outro lado, a polícia o parou e fez uma “batida” (revista). Como não encontraram nada (entorpecentes), o liberou. Ele acredita que só não foi preso naquele dia porque é branco. Por meio desses relatos, é possível compreender a imagem negativa que relacionam quando se fala em polícia.

**Gráfico 10 - O que significa ser estudante do Vista Bela?**



Fonte: ELABORADO PELA AUTORA (2021).

Para 40% desses jovens o principal objetivo de estar ali é concluir o Ensino Médio; 26,66% enxergam na instituição a possibilidade de ser aprovado em um vestibular; já para 16,66% a escola é o lugar que eles têm mais chance de aprender; 13,33% disseram que a escola pode possibilitar a chance de conseguir um emprego no futuro e apenas três estudantes responderam que quer aprender coisas diferentes de outras escolas.

A partir das respostas empreendidas, a reflexão novamente gira em torno da questão: a escola faz juventudes?

Sobre o assunto, Dayrell (2007) nos leva a pensar no que ele chama de complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos na escola.

Não podemos perder de vista que os jovens responderam as questões à pedagoga que conhecem, aquela que trabalha no ambiente escolar, um sujeito social que faz parte da instituição e não do meio deles. Talvez por esse motivo a maioria dos estudantes respondeu que o objetivo é simplesmente terminar o Ensino Médio.

No cotidiano escolar também percebe-se que mudam de opinião, dependendo dos novos acontecimentos: um término de namoro, um conflito com algum colega, uma nova norma da escola e assim por diante.

De um ano letivo para o outro eles também mudam, dependendo do que acontece além muro: o envolvimento com drogas, roubos ou polícia são os principais motivos dessas mudanças. Também têm as mudanças positivas: quando arrumam um emprego que conseguem conciliar com a escola, por exemplo, a auto-estima se altera, quando se sentem úteis de alguma forma para a instituição ou quando percebem que são protegidos por funcionários/ professores que demonstram e apontam seus aspectos positivos.

Dayrell (2007) discorre ainda sobre o que se esperava dos jovens antes da desinstitucionalização, o que infelizmente esse modelo cívico-militar busca resgatar:

Em um modelo ideal, muito próximo àquele que regia o mundo do trabalho e o trabalhador, esperava-se que o aluno fosse disciplinado, obediente, pontual e se envolvesse com os estudos com eficiência e eficácia. Ao mesmo tempo, não se considerava os alunos na sua dimensão de jovens, numa tendência em representar ambos os conceitos como se fossem, de alguma forma, equivalentes. Nessa ótica homogeneizante, a diversidade sócio-cultural dos jovens era reduzida a diferenças apreendidas no enfoque da cognição (inteligente ou com dificuldades de aprendizagem; esforçado ou preguiçoso etc.) ou no do comportamento (bom ou mal aluno, obediente ou rebelde etc.). Diante desse modelo, a única saída para o jovem era submeter-se ou ser excluído da instituição. (DAYRELL, 2007, p. 1119-1120)

Por outro lado, os jovens estudantes do Vista Bela não se deixaram vencer, em sua maioria por esse modelo. Suas experiências escolares agora englobam também a resistência: não usar o uniforme (farda e boina), matar a aula da disciplina cidadania e civismo<sup>128</sup>, enfrentarem o autoritarismo dos militares, cobrar seus direitos de acordo com o estatuto do aluno, se esconder no banheiro durante a formação<sup>129</sup>, entre outras ações que podem ser traduzidas como atos de resistência, não apenas como molecagem, o que gera tensões no ambiente escolar.

O próximo subitem abordará o assunto sobre o que pensam sobre as representações que a mídia faz do lugar onde vivem, estudam, namoram e se socializam

---

<sup>128</sup> Disciplina inventada para o modelo cívico-militar. Sua ementa é bastante parecida com a extinta educação mora e cívica.

<sup>129</sup> É o momento do dia que um monitor militar hasteia a bandeira do Brasil ao som do Hino Nacional.

#### **4. AS VULNERABILIDADES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA**

O presente capítulo traz uma reflexão sobre as vulnerabilidades dos profissionais da educação durante o período pandêmico e embasa essa análise em dados e autores que discorreram sobre o tema sob uma perspectiva de preocupação com a saúde mental, principalmente dos professores.

De acordo com os estudos de Abreu & Assunção (2019) sobre a pressão laboral, saúde e condições de trabalho dos professores da Educação Básica no Brasil os professores estão na categoria de profissionais que mais estão vulneráveis à ocorrência de afastamentos do trabalho por inúmeras razões, dentre elas os transtornos mentais.

No ano de 2019 (ano da publicação do estudo das autoras), existiam 2.229.269 professores distribuídos na zona urbana ou rural, em escolas municipais, estaduais e federais, da rede pública e privada no nosso país, atuando em tempo parcial ou integral em uma única instituição ou em várias, sob diferentes modalidades de contratos.

A diversidade cultural que caracteriza o entorno escolar, o desenvolvimento tecnológico e as inovações dos modelos didático-pedagógicos trazidas pelas reformas educacionais expandiram as esferas de atuação da escola, modificando a missão tradicional do professor. No novo contexto, está comprovado o aumento da carga horária destinada às atividades administrativas e ações extra-escolares. O local de atuação do professor é a sala de aula, contudo, desenvolve múltiplas tarefas nas interseções capitaneadas pela escola entre sociedade, família, comunidade e entre as gerações. Intensificação do trabalho é o construto adequado para abordar as condições laborais e suas consequências sobre os professores. A concorrência do tempo dos professores destinado às inúmeras tarefas escolares com o tempo para as atividades da vida extra-trabalho talvez esteja restringindo os períodos para o auto-cuidado, o lazer, as atividades culturais, as relações com os amigos e a família. Desequilíbrios dessa natureza perturbam o necessário repouso e recuperação após as jornadas nas escolas e quando finalizadas as tarefas extraclasse, com prováveis efeitos negativos sobre a saúde. Num ciclo vicioso, cansados ou doentes, os professores terão menos recursos para responder às demandas da sala de aula. (ABREU & ASSUNÇÃO, 2019, p. 2)

Vale ressaltar que esse estudo foi desenvolvido num período pré- pandemia, ou seja, os números apresentados atualmente seriam outros, além das mortes

provocadas pela crise sanitária, o número de profissionais da educação que adoeceu devido a essa nova modalidade de educação vem crescendo.

A SEED/PR desde o início da pandemia vinha publicando orientações e resoluções sobre como proceder diante do quadro de pandemia, porém muitas vezes essas orientações eram confusas e contribuía para prejudicar ainda mais a saúde mental dos professores, como tratado no capítulo anterior.

A Resolução SESA Nº 1433/2020 de 19 de março de 2020 estabeleceu de forma excepcional o regime e a rotina de trabalho de todos os servidores que atuavam nos Órgãos e Entidades da Administração direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19, o que engloba os trabalhadores da área de educação.

Durante praticamente todo o ano letivo de 2020, as aulas ocorreram de forma remota, com algumas tentativas de retorno presencial por parte de alguns estabelecimentos públicos e privados, mas sem sucesso.

No final de dezembro de 2020, a SEED/PR havia anunciado que as aulas retornariam no dia 18 de fevereiro de 2021 no formato híbrido, ou seja, com parte dos alunos assistindo às aulas de forma presencial nas escolas, enquanto o restante dos estudantes acompanharia, simultaneamente, a mesma aula de maneira remota. A intenção era que houvesse um revezamento semanal entre os estudantes dentro do próprio sistema, desde que os pais ou responsáveis assinassem um termo autorizando/se responsabilizando por esse retorno. Em 09 de fevereiro de 2021 o governo anunciou que esse retorno seria adiado por conta do agravamento da pandemia no Estado.

Nesse jogo de incertezas estavam os profissionais da educação que a cada momento era orientado por uma resolução diferente, que confundia e causava caos e insegurança em suas próprias vidas.

No dia 25 de janeiro de 2021 a SEED publicou a Resolução Nº 208/2021 na qual regulamentava a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério, do Quadro Único de Pessoal e aos professores contratados em regime especial.

Nessa ocasião, a SEED/PR estipulou que as aulas extraordinárias não poderiam ser distribuídas a professores que se enquadrassem nos grupos de risco, mudando de idéia com a publicação da Resolução 629/2021 de 05 de fevereiro de 2021, onde o texto dizia que os professores efetivos só poderiam assumir aulas

extraordinárias caso não solicitassem o afastamento por se enquadrarem nos grupos de risco da Covid-19. No momento da publicação deste documento estava ocorrendo a distribuição de aulas extraordinárias<sup>130</sup>.

Nesse contexto ainda, essa Resolução 629/2021 garantia o direito dos profissionais da educação que tinham comorbidades comprovadas a permanecerem em suas casas durante o período de estado de emergência sanitária.

Dessa forma as aulas foram distribuídas, inclusive para os professores classificados no Processo Seletivo Simplificado (PSS) que, no dia 10 de janeiro de 2021 tiveram que realizar uma prova em meio à pandemia do Coronavírus.

O ano letivo de 2021 teve início no dia 11 de fevereiro, sendo esse e dia 12 os dias destinados aos estudos e planejamento. Nesse momento os professores PSS ainda estavam assumindo suas aulas, não participando desse momento tão importante para o desempenho de suas funções nas instituições de ensino.

No Colégio Estadual Vista Bela, os professores de Química, Língua Portuguesa, Geografia e uma Pedagoga não participaram dessa semana de estudos e planejamento devido ao amparo da Resolução 629, tendo suas aulas distribuídas para os PSS.

No dia 22 de março de 2021 a SEED publicou a Resolução Nº 1.267/2021, na qual indeferiu o afastamento de professores do grupo de risco da COVID-19 que a partir de então passaram a trabalhar de forma remota, fato que prejudicou muitos professores PSS que haviam assumido as aulas.

No dia 27 de março de 2021, sem maiores explicações, muitos professores PSS receberam um e-mail do Recursos Humanos de seus Núcleos Regionais de Educação registrando o cancelamento total ou parcial de suas aulas, das quais haviam assumido após realização da prova e distribuição de aulas. Todos já estavam lecionando.

No colégio em questão, dentre os professores de Língua Portuguesa, Geografia, Química e a Pedagoga, o único que não foi prejudicado foi o professor PSS de Química, pois o professor titular das aulas permaneceu afastado devido a outros problemas de saúde não ligados diretamente com a pandemia, os demais

---

<sup>130</sup> As aulas extraordinárias são de cunho eventual, atribuídas aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério e aos professores do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, exclusivamente para Regência de Classe, após completada a carga horária no cargo efetivo; O professor com regime de trabalho de 10 (dez) ou 20 (vinte) horas semanais pode prestar serviço ou ministrar aula extraordinária, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais.

perderam suas aulas devido a Resolução Nº 1.267/2021, situação desesperadora para esses trabalhadores da educação, o que foi duramente criticada pela APP-Sindicato:

A gestão atrapalhada do governo Ratinho Jr. e do secretário da Educação, o empresário Renato Feder na educação geraram mais aflição e sofrimento para os(as) trabalhadores(as) da educação. De acordo com a resolução N.º 1.267/2021 – GS/SEED, publicada no último dia 22 (segunda-feira), a Secretaria de Estado da Educação (Seed), indeferiu o afastamento de Professores(as) do grupo de risco da Covid-19, que agora trabalharão de forma remota. A decisão afeta principalmente professores (as) do Processo Seletivo Simplificado (PSS), que perderão suas aulas. Segundo a resolução, *“enquanto as aulas permanecerem 100% remotas na instituição de ensino de seu suprimento, o professor/pedagogo desempenhará suas atividades em regime de teletrabalho”*. Ainda em um e-mail, a direção da Seed aponta que *“tendo em vista que até o momento não foi possível retomar as aulas presenciais, tal afastamento não se justifica, uma vez que mesmo pertencendo ao grupo de risco, é possível o desenvolvimento das atividades de forma remota”*. A ação foi duramente criticada pela APP-Sindicato, que destaca que a Seed optou por manter professores (as) em casa sem nenhuma atribuição, apostando no retorno das atividades presenciais, ignorando os avisos do Sindicato sobre um eventual problema na distribuição de aulas. Sem respeito com os(as) educadores(as), mais uma vez a Seed demitirá profissionais do regime PSS, os(as) quais necessitam do emprego e se organizaram comprando equipamentos para atuar nas aulas remotas e deixará professores QPM sem aulas extraordinárias que foram atribuídas para substituição de profissionais do grupo de risco. O presidente da APP-Sindicato condena a resolução e reforça que o Sindicato continuará na luta em defesa dos empregos. *“Novamente a Seed comprova que não liga para a vida das pessoas. A desorganização e falta de planejamento expõe professores e funcionários a uma situação absurda num período de grave crise econômica. Vamos sempre defender o direito destes profissionais ao emprego, ao salário justo e a condições dignas de trabalho, o que não vem sendo respeitado por este governo. Lamentável”*

Em relação aos (às) agentes educacionais II, a Seed também determinou que aqueles (as) que são do grupo de risco passem a desempenhar as funções em home-office. A direção estadual da APP-Sindicato enfatiza ainda que já entrou em contato com a Seed e também tomará as medidas cabíveis para revogar mais essa resolução absurda de Feder. (APP SINDICATO, 24 mar. 2021)

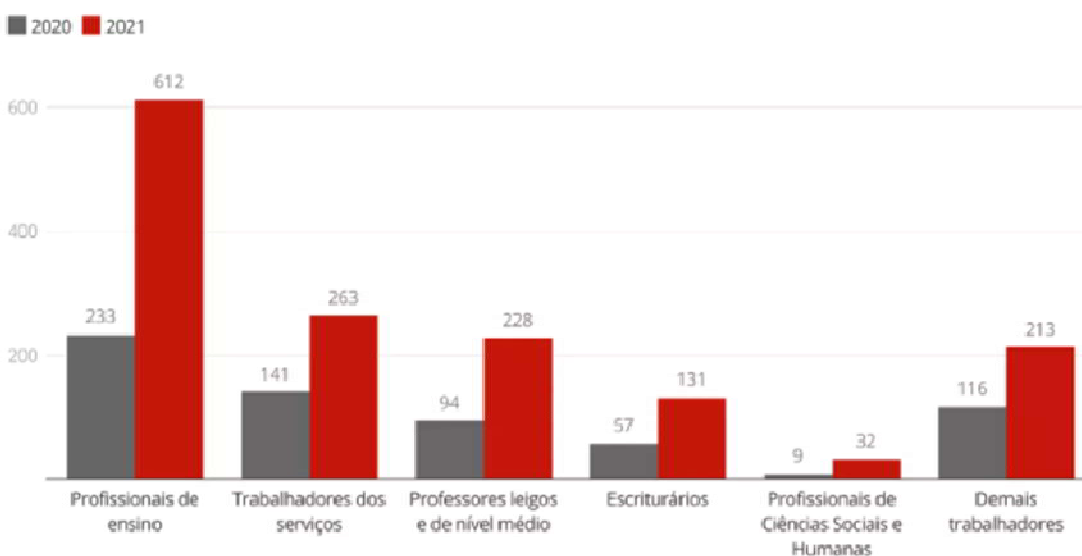
Além dos afastamentos citados, dois agentes educacionais do estabelecimento também solicitaram afastamento devido ao estresse no ambiente de trabalho.

O gráfico abaixo, publicado no site G1 em 30 jun. 2021 mostra o crescimento do número de mortes de trabalhadores da área de educação no Brasil. Dados do Dieese apontam maior registro de mortes entre profissionais da educação.

### Gráfico 11 - Número de mortes de profissionais da educação em 2021

#### Cresce número de mortes de profissionais ligados à Educação em 2021

Aumento foi de 128% de janeiro a abril, comparado ao mesmo período de 2020; ao todo, são 1.479 mortes.



Fonte: Dieese

**Fonte:** G1.com. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/30/numero-de-desligamentos-por-morte-na-educacao-cresce-128percent-de-janeiro-a-abril-aponta-dieese.ghtml>  
Acesso em: 12 jul. 2021.

Alguns questionamentos foram levantados por Castro (2020) em sua análise a respeito da infoexclusão<sup>131</sup> causada pela pandemia:

A solução apontada pelo governo, tanto federal quanto distrital, foi apostilamento impresso para os infoexcluídos. Diante disso, questiona-se: Será que o apostilamento prescinde da interação virtual com os professores? Qual será o reflexo dessa medida no aprendizado de quem não tem acesso on-line? Será que o Estado cumpre seu compromisso educacional com a sociedade brasileira

<sup>131</sup> A infoexclusão nos remete ao que assevera o sociológico Boaventura de Souza Santos (2002a), a respeito da sociologia das ausências, que, entre outros conceitos, consiste em demonstrar que o que não existe na verdade é produzido como não existente, especificamente quando determinada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível. O autor explica que existem cinco lógicas de produção da não existência, sendo que: “A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente” (SANTOS, 2002a, p. 14, apud CASTRO, 2019, p. 11)

apenas enviando apostilas impressas para os alunos sem equipamentos e sem internet? (CASTRO, 2020, p. 3).

Vale ressaltar que os estudantes pesquisados nasceram, em sua maioria entre 2001 a 2006, ou seja, nem todos eram menores de idade à época da pesquisa, o que talvez explique o fato de muitos não participarem das aulas *online* e preferirem retirar atividades impressas.

Logo após o encerramento do 1º trimestre de 2021, a Secretaria da Educação e do Esporte – SEED a fim de orientar as instituições de ensino quanto ao registro de dados para a coleta do Censo Escolar de 2021 no Sistema Estadual de Registro Escolar, solicitou a exclusão dos alunos que não participavam das aulas *online*, não realizavam atividades via aplicativo nem tiravam atividades impressas sem ao menos estudar caso a caso ou considerando o contexto de pandemia.

O resultado foi que 38 alunos<sup>132</sup> do Ensino Médio desse colégio foram excluídos do sistema, ou seja, sem frequência para o Censo Escolar<sup>133</sup>.

Ainda utilizando referências fornecidas pelo SERE, no ano de 2018 o colégio tinha 310 matrículas no Ensino Médio. Em 2019, 345 alunos frequentaram o espaço escolar nessa modalidade ensino e em 2020 foram 305. No ano de 2021 houve um significativo declínio de matrículas.

Dentre as colocações muito pertinentes de Castro (2020) sobre o tema, podemos apontar aqui a questão docente, que em um primeiro momento foi refletida em não serem incluídos na pesquisa, mas após a leitura desta autora será relevante ouvi-los também.

Trazendo esses conceitos para a realidade dos infoexcluídos, podemos dizer que esses indivíduos foram fadados a uma das formas de inexistência social, dado que torna impenetrável o sistema de ensino para quem não possui equipamento ou conexão. A sociologia das ausências e das emergências está sendo avocada neste estudo para caracterizar a condição de não existência dos infoexcluídos em decorrência da ineficácia do Estado diante da pandemia provocada pela COVID-19, e do subsequente isolamento social, e as ações concretas na resolução dos conflitos. Santos (2002a) explica que, com a sociologia das ausências e das emergências, é possível criar condições “para ampliar o campo das

---

<sup>132</sup> Dados do SERE – Sistema Estadual de Registro Escolar da data de 08/07/2021.

<sup>133</sup> O Censo Escolar é o maior levantamento de dados estatísticos da educação brasileira coordenado pelo INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Não há dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do referido colégio divulgados no site do Ministério da Educação.

experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente” (CASTRO, 2020, p. 11).

Assim como a autora evoca a Sociologia das Emergências, a presente pesquisa buscou também questionar como as juventudes percebem as várias formas de insurgências para promoção de uma sociedade baseada na justiça social.

Nesse contexto, o papel das ações dos professores para, assim como muitos alunos, serem incluídos para existirem foi de suma importância para o que se pesquisou.

A ausência do Estado foi substituída parcialmente pelo que Santos (2002a) denomina de ecologias de saberes, que une responsabilidade social e ação efetiva na resolução de um problema. Para o autor, a ecologia de saberes é uma contra epistemologia, em que diversas alternativas, exteriores à unicidade global, são estimuladas, despertando, assim pensamentos e ações pluralistas e propositivas. Dessa maneira, professores conseguiram transformar essas invisibilidades ou ausências em ações que repercutiram diretamente nos sujeitos que passaram a ter voz e vez. Voz para participar das aulas remotas ou on-line e vez de seguir com o aprendizado juntamente com os colegas, o que não ocorreria com material impresso, que foi a alternativa adotada pelo governo para os infoexcluídos. (CASTRO, 2020, p. 11)

O estudo de Ribeiro; Koslinski; Zuccarelli e Christovão (2016) a respeito do acesso às oportunidades educacionais, presente no texto “Desafios urbanos à democratização do acesso às oportunidades educacionais nas metrópoles brasileiras” teve relevância na pesquisa uma vez que apresenta “o estado da arte sobre o conhecimento referente à relação entre os processos de segmentação e segregação residencial e as desigualdades de acesso à estrutura de oportunidades educacionais” (Ribeiro et. al., 2016, p. 171).

Para tanto, os autores analisaram o fenômeno da segregação urbana, a concentração territorial dos segmentos vulneráveis da população e as consequências desses mecanismos.

Assim, estudos anteriores (RIBEIRO, 2010) discutem a combinação de três processos de transformação em curso na sociedade urbana brasileira, cujo epicentro está nas metrópoles: transformações e a crescente segmentação do mercado urbano de trabalho, mudanças do âmbito familiar e sua fragilização como espaço de socialização e de redistribuição de recursos, e os processos de segmentação e segregação residencial. Diversos estudos realizados no Observatório

das Metr6poles partem da hip6tese inicial de que processos socioespaciais, como a diferenciação, a segmentação e a segregação, em curso nas metr6poles, têm grande importância para a compreensão de mecanismos de exclusão e de integração. Esses processos socioespaciais teriam impacto no padr6o de sociabilidade das relaç6es de vizinhança. De um lado, tais relaç6es seriam marcadas por isolamento social e restriç6es do capital social; de outro, por um baixo grau de exposiç6o a ativos que permitam superar situaç6es de exclusão caracterizadas, por exemplo, pelo acesso desigual ao bem estar - urbano (RIBEIRO et. al., 2016, p. 173).

Dessa forma, conclui-se que, além do estresse da press6o exercida pela SEED/PR e direç6es sobre os profissionais da educaç6o, existia também o medo da contaminaç6o nas escolas, o que pode ter contribuído para o adoecimento, afastamento e outras doenç6as ligadas à ansiedade.

#### **4.1 O QUE DIZ A MÍDIA IMPACTA NA SOCIALIZAÇÃO DESSES JOVENS?**

O presente capítulo dialoga com Fischer (2008) ao analisar a quest6o das representaç6es da mídia sobre o Vista Bela, mas vai além: o que as representaç6es midiáticas podem impactar na sociabilidade dos jovens pesquisados.

Essa autora discute os resultados de uma pesquisa empreendida com jovens estudantes do Ensino Médio e universitários a respeito das memórias culturais e midiáticas, problematizando quest6es contemporâneas sobre alteridade, memória e produç6es audiovisuais.

Desenvolve-se o argumento de que a produç6o de sujeitos, em nosso tempo, estaria estreitamente relacionada à experiênci cotidiana, em particular dos mais jovens, com as imagens e textos oferecidos pelos meios tecnológicos de informaç6o e comunicaç6o. (FISCHER, 2008, p. 667)

Numa pesquisa rápida pela internet sobre esse território de Londrina/PR o que mais aparece são reportagens de veículos locais retratando a violênci da regi6o. Mesmo que essas coberturas sejam parte da realidade desses jovens, essas representaç6es negativas não são consenso entre os jovens que ali residem, como demonstrado na pesquisa: 47,36% dos jovens entrevistados não concordam com a maneira como o bairro é retratado pela mídia.

Essa discussão nos remete novamente à Dayrell (2007) quando discorre a respeito das dimensões tempo e espaço, que segundo esse autor,

[...] os jovens tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados. Um exemplo claro é o sentido que os jovens atribuem ao lugar onde vivem. Para eles, a periferia não se reduz a um espaço de carência de equipamentos públicos básicos ou mesmo da violência, ambos reais. Muito menos aparece apenas como o espaço funcional de residência, mas surge como um lugar de interações afetivas e simbólicas, carregado de sentidos. Pode-se ver isso no sentido que atribuem à rua, às praças, aos bares da esquina, que se tornam, como vimos anteriormente, o lugar privilegiado da sociabilidade ou, mesmo, o palco para a expressão da cultura que elaboram, numa reinvenção do espaço. Podemos dizer que a condição juvenil, além de ser socialmente construída, tem também uma configuração espacial. (DAYRELL, 2007, p. 1112).

Não é exagero afirmar que a mídia cria uma cultura do medo e da violência sobre o Vista Bela, que é tratado como um lugar de desamparo e violento, de acordo com essas narrativas: Assassinatos, crueldade, agressões físicas e psicológicas parecem ocorrer somente nessa localidade de Londrina/PR, pois há a sensação de lugar desumanizado e do horror. Contrastando essa imagem ao que os jovens realmente pensam, o debate sobre o assunto se faz necessário na medida em que é exposto que os sujeitos que ali residem não tem moral, por isso cometem crueldades.

Jornais, canais de televisão e emissoras de rádio locais cotidianamente narram casos, principalmente de jovens do Vista Bela, envolvidos com o tráfico de drogas, violência e assassinatos. Na exposição dos fatos fica clara a cisão entre nós e eles, quase sempre retratados como selvagens, desumanizados e inferiores.

É importante mencionar que o presente capítulo não está negando que existem situações de vulnerabilidades no Vista Bela, pelo contrário, mas que essa generalização e criação de rótulos são perigosas, pois estamos falando sobre sociabilidade e consequências na vida desses jovens estudantes.

É fato que a vulnerabilidade está diretamente relacionada com as condições socioeconômicas e no Vista Bela existe um desequilíbrio entre as ofertas de oportunidades de emprego e materiais, mas voltando à análise dos impactos que as representações da mídia exercem sobre as juventudes do Vista Bela, durante a

coleta de dados empíricos intencionais, foi feita a pergunta: Você gosta de ser morador do Vista Bela? Algumas respostas negativas chamaram a atenção:

*“\_ Sim, gosto, mas não quero morar aqui, pois preciso crescer profissionalmente. Devido ao preconceito sobre o bairro acabamos ficando limitados.”*

*“\_ Às vezes sim, mas o tráfico e o mau exemplo são desencantadores.”*

*“\_ Não, pois o bairro sempre foi mal falado, muitas pessoas julgam sem conhecer. Há pessoas boas e ruins, como em todos os lugares, mas por causa de gente de fora, não vai para frente.”*

*“\_ Não, mas é o lugar que conseguimos a casa.”*

*“\_ Jamais. Nasci para ser uma pessoa importante e pessoas importantes não moram no Vista Bela.”*

*“\_ Eu gosto de morar onde eu moro, mas queria um lugar melhor.”*

*“\_ Ser morador não, porque muitas vezes não conseguimos emprego por morar aqui.”*

As sensações que essas respostas nos remetem estão relacionadas, principalmente, às questões socioeconômicas, mas também à angústia e a representatividade do bairro na mídia, como o jovem estudante que relatou que há pessoas que julgam sem conhecer e os que querem se mudar de lá para terem melhores chances de emprego. Tudo isso impacta na sociabilidade, pois o que está presente nessas relações é a violação dos Direitos Humanos, que é o assunto tratado no capítulo 5.1 da presente dissertação.

Durante o mapeamento e avaliação das formas com que a vida social é organizada no Vista Bela, foi feita uma análise da questão a partir das respostas que os jovens empreenderam, girando em torno das representações da mídia sobre a localidade e a partir daí várias reflexões, pois quando se fala de Etnografia Institucional não há uma referência simplesmente do colégio em questão, um tipo particular de organização, por isso foi preciso investigar e entender as relações que se processam naquele espaço e como os atores envolvidos permeiam suas relações, o que engloba a questão exposta no presente capítulo.

Dessa forma, foi interessante saber deles que, mesmo quando alguns consideraram o bairro perigoso e violento, eles não deixaram de mencionar o lugar da sociabilidade, onde soltam pipas, onde fica a sorveteria, onde andam a cavalo e os encontros na pracinha.

*“ \_ Não é nada disso que pensam, tem sim tráfico de drogas como em todos os bairros, tem atritos com policiais, mas é raro, tem praças ao ar livre, campo de futebol e em todos os prédios tem uma quadra e parquinhos. Para mim é um bairro normal como qualquer outro.”*

*“ \_ Infelizmente o bairro Vista Bela é um pouco perigoso, há tráfico, é um pouco violento, mas nem tanto. Concordo que muitas crianças soltam pipas, andam a cavalos e se divertem em terrenos vazios. Alguns fumam nas ruas e esquinas e jogam lixo no chão, mas não há lixeiras no bairro. Algumas ruas são perigosas, não todas, como em qualquer outro bairro. Não sei se há confrontos entre policiais e moradores, porque não moro mais aqui há muito tempo. Dessa forma, algumas coisas que as reportagens retratam são verdade, mas nem todas.”*

*“ \_ O Vista Bela pra mim é mais ou menos perigoso, aqui tem tráfico, mas não tem tanta violência e é muito difícil acontecer mortes ou brigas, mas às vezes acontecem.*

*“ \_ Não sei se posso afirmar que o Vista Bela é violento. Não nego que bem de vez em quando há policiais por aqui, mas nem sempre é por causa de bandidos. Em minha opinião, o Vista Bela é um local agradável para se morar, não é 100% calmo, mas também não é tão ruim como pensam.”*

*“ \_ Eu acho que o Vista Bela é um bairro bom, porém obviamente como alguns bairros ele apresenta certo perigo. Quase sempre aparece no jornal que aconteceu algum acidente por aqui e também aqui vive bastante pessoas que são viciadas (acho que nunca conheci ninguém), as pessoas daqui são boas, pelo menos as que eu conheço.”*

*“ \_ O Residencial Vista Bela desde o início é taxado como violento, todavia é mentira, já que todo bairro popular há fama parecida. O bairro como em qualquer outro tem sim sua criminalidade que é onde generalizam todos moradores do local, porém para quem não tem envolvimento com nada, pode andar tranquilo.*

Analisando as respostas acima é possível afirmar que não estamos falando simplesmente do Vista Bela, estamos falando do lugar social desses jovens, que determina em parte, seus limites e possibilidades, junto com a construção de suas condições juvenis.

A questão dos impactos que a mídia exerce sobre suas sociabilidades é mais um desafio para esses jovens estudantes que tem mais esse problema para lidar, como citado por Dayrell (2007, p. 1109), “a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer”, dessa forma, como exposto pelo jovem que afirmou que morar no Vista Bela é um empecilho para arrumar emprego, como exercer suas juventudes se existe esse obstáculo?

De qualquer maneira, não se pode perder de vista que:

[...] eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhorias de vida. (DAYRELL, 2007, p. 1109)

Sendo assim, a sociabilidade é uma dimensão juvenil que expressa a dinâmica das relações, no caso além do espaço escolar, eles se encontram em outros lugares, muitas vezes não somente com os colegas de sala de aula, outros jovens moradores do bairro também, como relatado por eles:

*“ \_ Temos também a quadra, onde os amigos se encontram, nela jogam bola, soltam pipa, entre outros.”*

*“ \_ O lugar que eu mais gosto é da Avenida das Torres, onde solto pipa e relaxo.”*

*“ \_ A socialização ocorre nas ruas, mercados e igrejas, porém os jovens também se encontram em outros lugares.”*

*“ \_ As pessoas se encontram em lugares como sorveteria e na escola, mas eu acho mais comum as pessoas se encontrarem na rua mesmo.”*

*“ \_ Os jovens normalmente se encontram nas ruas ou um vai à casa do outro, se esbarram no mercado ou vão sentar na praça.”*

Ao refletir sobre o assunto a respeito da influência que pode ser exercida sobre essa dimensão juvenil, é importante lembrar que o Colégio Estadual Vista Bela está dentro de um lugar que flui a vida desses jovens, onde também acontecem as relações sociais, que têm suas particularidades e significados.

Uma das jovens da pesquisa descreveu o bairro da seguinte forma:

*“ \_ Quando falam em Vista Bela as pessoas pensam: tráfico, perigo e favela. Mas quem mora aqui sabe que não é assim. O Vista Bela é como qualquer outro bairro de Londrina, pois é desenvolvido, projetado e atende as necessidades da população: Temos posto de saúde que ajuda muito as pessoas doentes, distribuem remédios, escolas municipal e estadual que têm professores excelentes, que estão dispostos a darem aulas, alunos muitíssimo inteligentes, que só precisam de uma atenção. Tem igrejas para pessoas praticarem sua fé e que fazem cestas básicas para distribuir para famílias que não tem o que comer. Temos também a quadra, onde os amigos se encontram, nela jogam bola, soltam pipa, entre outros. A fama do Vista Bela é feita por aqueles que não sabem nem onde fica.”*

Essas afirmações vão de encontro com o que Dayrell (2007) escreveu sobre o que os jovens atribuem sobre o lugar onde moram:

Para eles, a periferia não se reduz a um espaço de carência de equipamentos públicos básicos ou mesmo da violência, ambos reais. Muito menos aparece apenas como o espaço funcional de residência, mas surge como um lugar de interações afetivas e simbólicas, carregado de sentidos. Pode-se ver isso no sentido que atribuem à rua, às praças, aos bares da esquina, que se tornam, como vimos anteriormente, o lugar privilegiado da sociabilidade ou, mesmo, o palco para a expressão da cultura que elaboram, numa reinvenção do espaço. (DAYRELL, 2007, p. 1112)

Independentemente das formas com que a mídia retrata o Vista Bela, esses jovens não negam suas condições juvenis, suas identidades vão sendo construídas a partir das mais diferentes experiências que acontecem naquele ou em outros lugares.

Partindo para o último capítulo antes das considerações finais, os Direitos Humanos são colocados em reflexão, pois como exposto na análise do que os jovens pensam sobre as representações da mídia e também a imposição do cívico-militar, essa questão é muito pertinente.

#### **4.2 A Educação em Direitos Humanos no Colégio Vista Bela**

Aqui cabe a questão levantada anteriormente a respeito da educação em Direitos Humanos, como pontua Alessandro Soares da Silva (2007):

A Educação em Direitos Humanos é uma prática pedagógica comprometida com uma educação que é permanente, continuada e global; que busca inequivocamente a mudança social; que procura inculcar valores sociais que revolucionem a vida cotidiana. Revolucionar o cotidiano passa por promover espaços de reflexividade nos quais educador e educando se permitem transformar coração e mente, se permitem transcender a mera formalidade da instrução e da transmissão de conhecimentos acabados e portadores de verdades absolutas. Educar em Direitos Humanos implica numa ação na qual os atores e atrizes envolvidas no processo educacional se permitem compartilhar saberes e, sobretudo, reconhecer que diferença não é sinônimo de desigualdade, mas o par da identidade (SILVA, 2007, p. 1).

O debate a respeito da Educação em Direitos Humanos é vasta e complexa e nos remete a inúmeros questionamentos, como o que é igualdade e justiça escolar (DUBET, 2004), nos leva a examinar a relação entre educação e a pobreza (SILVA, 2009), à reflexão sobre os conflitos e violências reproduzidos no campo escolar (SCHILLING; ANGELUCCI, 2016), aos questionamentos a respeito do significado de lugares minoritários (SILVA, 2007) entre outros que não seria possível esgotar nesse texto.

Dessa forma, a presente análise tem como luz referências bibliográficas de autores que desenvolveram reflexões acerca do tema Direitos Humanos, principalmente os que relacionaram com o âmbito educacional e também os debates e reflexões desenvolvidos durante o segundo semestre de 2021 no Mestrado Profissional de Sociologia na Disciplina de Sociologia da Educação, ministrada pela Professora Dra. Maria José de Rezende.

O campo de análise/ objeto de estudo é conhecido como o lugar das vulnerabilidades, pois como discorrido anteriormente, o Residencial Vista Bela, onde o colégio está localizado, é o resultado do Programa Minha Casa Minha Vida, inaugurado em 2011. Já o Colégio Estadual Cívico Militar Vista Bela teve suas atividades iniciadas no ano letivo de 2018, dessa forma fazem parte da história recente do município que, desde a década de 1940 têm manifestações de pobreza concentrada em seus arredores, como por exemplo, a Vila do Grilo<sup>134</sup>, primeira favela de Londrina/PR formada em meados de 1950. De acordo com ALVES (2012), essa favela levava esse nome por ter sido construída em uma chácara grilada.

Como mencionado, no primeiro ano de funcionamento, o Ensino Médio do Colégio Vista Bela tinha 310 matrículas. No ano seguinte houve um aumento para 345 o número de alunos matriculados. Já em 2020 (ano da pandemia), esse número caiu para 305 matrículas e em 2021, no início do ano, 299 matrículas, caindo para 240 em novembro de 2021.

Ainda falando de números do Ensino Médio, desses 240 educandos, 134 estão inseridos no Programa Bolsa Família, ou seja, um pouco mais de 50% desses jovens fazem parte do programa social do governo federal.

---

<sup>134</sup> Atualmente a localização é chamada de Vila da Fraternidade.

Em novembro de 2021, somando Ensino Fundamental e Ensino Médio, o colégio totaliza 950 matrículas ativas (eram 1129 no início do ano letivo) e, desses, 509 alunos/ famílias são beneficiários do programa.

SILVA, et. al (2009) desenvolveram uma reflexão a respeito da relação entre Educação e pobreza, que levou em consideração os possíveis impactos das condicionalidades estabelecidas pelo Programa Bolsa Família sobre o perfil educacional das famílias beneficiárias do Nordeste brasileiro. Dessa forma, a investigação desses autores girou em torno das possibilidades geradas para o prolongamento escolar das famílias beneficiárias, o que naquele período (2008) era a condição essencial para inclusão e cidadania.

Assim, a adoção dessas políticas pelos governos brasileiros, a partir da década de 1990, assume um formato que nitidamente busca se desvincular da tradição assistencialista das políticas sociais, com a normatização de certas contrapartidas por parte dos beneficiários nos programas. Sobressaltando o direito universal à assistência social, algumas destas exigências incorporam o mérito de promover a otimização da aplicação dos recursos públicos, gerando demandas sociais sobre as políticas de Saúde e Educação. Nessa perspectiva, a criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, agregou os diversos programas sociais de transferência de renda existentes no âmbito do Governo Federal, priorizando a atenção sobre os aspectos relacionados às condições de saúde e educação de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. (SILVA, et. al., 2009, p. 303)

No ano em que os autores escreveram o artigo, o beneficiário do PBF era obrigado a estar matriculado na escola, ter uma frequência mínima de 85% nas aulas a cada mês e ter a obrigatoriedade de comunicar ao gestor do programa qualquer transferência de estabelecimento escolar.

No seu preâmbulo, o texto legal preconiza a concretização do direito à educação como elemento fundamental da inclusão social das famílias, compreendendo a educação escolar como condição da construção do conhecimento, da formação humana e da proteção social às crianças e adolescentes. (SILVA, et. al., 2009, p. 304)

Passados doze anos desde a análise desses autores, o Brasil passou por muitas transformações: um golpe em 2016, a ascensão de um governo catastrófico em 2018 e a pandemia em 2020 vieram desvelar o pequeno avanço que o país tinha dado na área de política de queda das desigualdades sociais com o monitoramento da gestão de políticas públicas.

A partir de 2019 o jogo endurece. Inicia-se um processo de destruição truculenta do arcabouço social da rede de proteção social, mas não só: do meio ambiente, do direito à terra por parte dos trabalhadores rurais, indígenas e ribeirinhos, dos direitos dos negros, dos LGBTQI+, enfim, de todos os direitos que não respondam à bíblia dos novos donos do poder. O pacto de solidariedade social que até então vinha sendo construído a duras penas e crivado de tensões vem agora sendo substituído a ferro e fogo (literalmente) pela norma régia de cada um por si e contra os outros. A burocracia estatal se torna o algoz e o cemitério das políticas sociais e das práticas de gestão inovadoras e progressistas da área social. (COHN, 2020, p. 154)

Nesse contexto, sobre a análise, vale mencionar que o governo algoz eleito em 2018 teve preferência de 80,42% dos eleitores londrinenses, ou seja, 230.473 votos contra 19,58% do candidato adversário (56.111 votos) no segundo turno.

A região onde localiza-se o Colégio Estadual Vista Bela pertence à 157ª zona eleitoral do município, zona norte de Londrina/PR, na qual Bolsonaro obteve 79,42% de votos, ou seja, 54.766 eleitores.

O presidente eleito nunca escondeu que os direitos fundamentais e sociais dos cidadãos estavam e estão na sua mira, desde quando era candidato à autoridade máxima do Executivo e recentemente, alterando o nome do benefício para “Auxílio Brasil”.

No que tange a presente análise, a respeito da relação entre Direitos Humanos e Educação no Colégio Estadual Vista Bela, os dados apresentados sobre a queda do número de matrículas no Ensino Médio desde 2018 pode estar ligada ao fato de que muitas famílias que antes recebiam o benefício, os filhos podiam estudar, mas com os cortes e novas regras para elegibilidade ao programa, perderam e dessa forma ou os filhos deixaram os estudos para trabalhar ou precisaram ser transferidos para o ensino noturno.

Essa crueldade, mesmo em tempos pandêmicos, é somada ao aumento do número de famílias necessitadas de cestas básicas para sobreviver. No colégio, as filas formadas quinzenalmente às sextas-feiras, durante o período de suspensão das aulas presenciais eram exorbitantes, rodeavam o quarteirão. Muitas famílias de estudantes tentavam retirar os itens oferecidos pelo governo estadual, mesmo tendo o PBF cancelado por algum motivo. Quando não sobravam alimentos para essas pessoas muitos choravam ou até brigavam com os funcionários do colégio. Em outras situações, ao sair das dependências do colégio, os beneficiários comparavam

os itens que vinham em seus kits: Caso um kit tivesse um item a mais ou a menos que o outro havia confusão com os funcionários.

Situações como essas nos levam a inúmeras reflexões, como qual é o papel da escola diante dos Direitos Humanos? Como contribuir para a construção de uma vida justa em comum se a própria fila da cesta básica parecia tirar a dignidade de quem estava ali?

Questionamentos semelhantes foram desenvolvidos por SCHILLING (2008) ao tratar do tema “Educação em Direitos Humanos: reflexões sobre o poder, a violência e a autoridade na escola”.

A autora escreve sobre um relato de uma experiência de intervenção em escolas da rede pública que apresentavam situações de violência em seus cotidianos. No decorrer de seu trabalho ela relata que a instituição escolar não tinha compreensão da sua história, como o lugar que ocupa e a importância de sua fundação para aquele lugar, por exemplo.

Ela escreve ainda que existia uma ausência de clareza nos papéis desempenhados pelo diretor, coordenadores, professores, pais e alunos. “Nestas escolas, ninguém sabia qual era o lugar que ocupava ou como construir um lugar de autoridade, quais seriam as competências e atribuições de cada um” (SCHILLING, 2008, p. 693).

Voltando para o presente objeto de análise e dialogando com essa autora, vale lembrar que a instituição londrinense (assim como outras localizadas em regiões de periferias no Paraná e consideradas violentas) em 2021 foram transformadas em cívico militares a partir de uma consulta pública realizada no final do ano letivo de 2020, como já tratado anteriormente. Nesse contexto, o que foi debatido era que o colégio apresentava um quadro de violência preocupante, além de estar localizado em um bairro de periferia e vulnerabilidades no município de Londrina /PR.

Um dos objetivos do programa é a redução da violência nesses espaços escolares a partir do uso da autoridade dos militares, porém o que se assiste são abusos por parte desses militares que não têm preparação nenhuma para adentrar no ambiente escolar.

O Colégio Estadual Vista Bela, desde o início contava com um diretor militar e quatro monitores, desses, sendo uma monitora, mas nem sempre foi assim. No início do ano era o diretor militar (o mesmo que está no cargo) e três monitores,

onde dois desses foram destituídos por conta de irregularidades no processo seletivo. Um deles retornou para o Vista Bela.

Esse tipo de tentativa de política pública não soluciona o problema da violência, pelo contrário, a acentua, pois como pontua SCHILLING, 2008, p. 695 há *“especificidades em cada escola em relação à violência no ambiente escolar e há caminhos próprios para a sua superação, tanto em relação às parcerias internas e externas possíveis como em relação à linguagem e conteúdo do trabalho”*.

Dessa forma, a transformação no colégio em cívico militar sem um levantamento, um estudo detalhado, um diagnóstico institucional só tende a levar o Vista Bela (e outros colégios) à evasão, como vem ocorrendo nos números apresentados no início da presente dissertação: Perder 59 jovens do Ensino Médio no ano letivo de 2021 mostra o fracasso dessa política adotada nessa instituição que passou a não oferecer mais o ensino noturno.

A reflexão apresentada no presente capítulo nos remete à pergunta que faz François Dubet e que desencadeiam tantas outras: O que é uma escola justa? É aquela que fornece itens de cesta básica aos familiares de seus alunos, como forma compensatória da falta que faz a merenda escolar? É aquela que convida os alunos com cabelos pintados ou com Dreadlock a pintar/ cortar ou se retirar da escola por meio da transferência? É aquela que deixa de oferecer a possibilidade de ensino noturno para aqueles jovens que precisam trabalhar? Ou ainda é aquela que obriga os alunos beneficiários do PBF que retiravam itens da cesta básica a retornarem imediatamente aos estudos, sem considerar se são portadores de comorbidades ou não?

Isso tudo sem ainda mencionar a questão de competências e conhecimentos que a escola deve oferecer dentro de uma perspectiva em Direitos Humanos.

Viver toda essa realidade descrita ao longo desse artigo contribui para tirar dessa juventude os sonhos. Os obstáculos são muitos.

Uma das formas de justiça social consiste em garantir um mínimo de recursos e proteção aos mais fracos e desfavorecidos. Desse ponto de vista, um sistema justo garantiria limites mínimos abaixo dos quais ninguém deveria ficar: é o caso do salário mínimo, da assistência médica, dos benefícios elementares que protegem os mais fracos da exclusão total. Na verdade, essas garantias visam a limitar os efeitos dos sistemas meritocráticos cuja mecânica muitas vezes leva à manutenção ou mesmo acentuação das desigualdades. Essa concepção de justiça, principalmente a de Rawls, considera que a justiça de um sistema escolar pode ser medida pelo modo como trata

os mais fracos e não somente pela criação de uma competição pura. Mais exatamente, ela considera que as desigualdades são aceitáveis, ou mesmo justas, quando não pioram as condições dos mais fracos. (DUBET, 2004, p. 546)

Como descrito, no Vista Bela não existe a proteção dos mais fracos da exclusão total. Nesse quesito podemos citar a infoexclusão causada pela forma de estudos imposta pelo governo estadual no período de pandemia (*online*, via *meet*, no *classroom...*), que não levou em consideração as especificidades do colégio e da região. As filas, assim como a fila dos itens da cesta básica eram degradantes, infundáveis: muitas vezes o mesmo familiar precisava enfrentar a fila duas ou três vezes nas segundas-feiras, dependendo da quantidade de filhos matriculados em séries diferentes para retirarem as atividades impressas e saírem de lá com um pouco da sensação de que os filhos estão inclusos no sistema educacional. Uma ilusão, infelizmente.

Um das grandes causas da injustiça provém do fato de que determinados diplomas têm grande utilidade, ao passo que outros não têm nenhuma, numa escola de massas onde todos – ou quase todos – obtêm diploma. Evidentemente, seria uma ilusão imaginar que todos os diplomas têm a mesma utilidade, mas é escandaloso observar que certos diplomas não têm quase nenhuma utilidade, especialmente os que provêm de cursos de formação geral mais fraca, que não oferecem nem uma profissão, nem um nível de qualificação capaz de fazer diferença no mercado de trabalho. Com muita freqüência, esses cursos “vendem” algum tipo de ilusão e certos trabalhos sociológicos já mostraram que estudantes que os freqüentam descobrem tardiamente e com muita amargura que caíram numa “cilada” (DUBET, 2004, p. 548)

Essa análise que DUBET (2004) faz sobre a eficácia social da escola nos remete a mais uma reflexão sobre o Vista Bela: Muitos alunos, ao procurarem por empregos (geralmente em outras regiões de Londrina/PR, pois o Perobinha não oferece oportunidades), relataram que nas fichas que preenchem em empresas, supermercados ou em agências de empregos, eles não fornecem o endereço verdadeiro, ou seja, colocam que moram com um parente ou amigo que não moram no Vista Bela devido ao preconceito em dar emprego à alguém que mora em uma região periférica, pobre e de vulnerabilidades, porém, ao apresentarem os diplomas de Ensino Médio ou Histórico Escolar a história vai por água abaixo e dessa forma voltam ao lugar de origem, muitas vezes sem o emprego.

Para concluir, diante dessa reflexão ficou claro que o Colégio Estadual Vista Bela, assim como centenas de escolas no Estado do Paraná (e do Brasil), precisam levar em consideração os princípios da equidade e isso só será possível com a queda dos governos Bolsonaro e Ratinho Júnior que estão contribuindo para o retrocesso dos Direitos Humanos nos espaços escolares.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As juventudes do Ensino Médio no contexto da pandemia da covid-19: estudo de caso de um colégio público de Londrina/PR teve como objetivo compreender como a crise sanitária (2020-2021) afetou os jovens estudantes matriculados no Ensino Médio da instituição Vista Bela.

A pesquisa trouxe uma análise da forma com que o governo do Estado do Paraná conduziu a pandemia, especificamente no contexto educacional e como isso impactou a vida dos jovens estudantes e também dos profissionais da educação.

Sob a luz das perspectivas sociológicas da juventude, a pesquisa levantou bibliografias referentes a essa temática, mas também autores que refletiram e questionaram a infoexclusão, percebida antes da pandemia, mas que durante esse período, se agravou devido à falta de acesso à rede internet e aparelhos compatíveis com a nova modalidade de ensino proposta, o EaD. Dessa forma, a análise foi permeada por Foracchi (1965), Dayrell (2003), Castro (2020), Pereira (2010), entre outros.

O maior desafio em desenvolver a pesquisa e escrever a presente dissertação foi fazer parte do universo observado. Como separar o olhar de Pedagoga da Pesquisadora? Onde estava esse limite? Por isso um dos elementos mais importantes para sua concretização foi a busca pelo estado da arte na Sociologia das juventudes.

Nesse trajeto, Marialice Foracchi (1965) mostrou que a preocupação com as juventudes não é recente nas Ciências Sociais e suas contribuições são muito pertinentes para análise dos fenômenos juvenis contemporâneos. Mas quem permeou a análise dos resultados da pesquisa foi Juarez Dayrell (2003) e sua compreensão do jovem como sujeito social.

Ainda dentre os clássicos da Sociologia, a compreensão do espaço escolar se deu por meio da visão de Louis Althusser (2008). Transformado em cívico-militar, o Colégio Vista Bela passou a fazer parte de um projeto do governo estadual em funcionar como mero aparelho ideológico do Estado e da mantenedora, o que pretendia colocar os estudantes no papel de passivos nesse contexto, porém a partir da observação participante, é possível afirmar que na prática não está sendo assim, que existe um enfrentamento/ resistência por parte desses jovens.

Ao ser delimitado o lugar específico para se desenvolver a pesquisa, autores de outras áreas precisaram ser buscados. Alguns inclusive locais: da assistência social, da Psicologia Social, da Filosofia, da Geografia e do Direito, como Alves; Bueno (2017), Ogawa (2014), Beidack (2011), entre outros.

O EaD ganhou lugar de destaque nas reflexões e análises, mesmo não sendo um dos objetivos principais do projeto de pesquisa, porém a partir do que foi proposto como modalidade educacional durante a pandemia, expôs a exclusão e desigualdade daqueles jovens estudantes, o que desencadeou a necessidade de retirada de materiais impressos em massa por eles. Dessa forma, foi necessária a compreensão do assunto, a partir da ótica de autores que revisitaram o tema, como Castro (2020) e Neto (2017)

Para escrever sobre um lugar que apresenta vulnerabilidades sociais, foi preciso tocar no assunto a respeito das tensões territoriais, expressas pelos próprios estudantes durante as entrevistas. Naquele momento, alguns jovens deixaram transparecer seus preconceitos sobre acontecimentos culturais, como por exemplo, os bailes e festas do bairro.

Outro desafio foi desenvolver a pesquisa no período pandêmico. As incertezas contribuía negativamente para a sensação de que tudo ia se dispersar, que não seria possível coletar dados nem tampouco observar o cotidiano escolar. O isolamento social, as mortes, os governos negacionistas, os novos decretos, entre outros impactavam no cronograma de pesquisa, dessa forma, como seria possível pesquisar em um contexto de mudanças repentinas? Assim, as orientações, instruções e ofícios do governo estadual precisaram fazer parte de toda análise. Os dados da pesquisa etnográfica se modificavam na medida em que havia novas publicações nesse sentido, por isso se considerou importante mencioná-los. Tudo isso alterava a análise do que se pretendia pesquisar.

Seguindo para qual a melhor metodologia utilizar, a Etnografia Institucional desvelou o que se pretendia descobrir desses jovens estudantes: o contexto de suas vidas em sociedade. Dessa forma, a pesquisa não ficou focada apenas em suas experiências escolares, mas abrangeu os processos de organização social.

A todo o momento, era preciso atentar-se ao objetivo principal, que era compreender as especificidades dos jovens estudantes do Ensino Médio, destacando como é formada essa juventude, suas experiências escolares, seus desejos e sonhos, bem como, identificar como ocorreu e ocorre o processo de

socialização durante e pós-pandemia do Covid-19, através das narrações de experiências vivenciadas pelos estudantes, assim como as diferentes vulnerabilidades que esses jovens estavam/ estão sujeitos, principalmente os que estavam matriculados na instituição, mas que estavam sem estudar.

À medida que a pesquisa captava como a noção de juventude se relacionava com as perspectivas periféricas, outros temas se revelavam, como a compreensão dos jovens estudantes do Vista Bela com os demais atores sociais envolvidos na pesquisa, especialmente os professores da instituição.

Considerando que o enfoque era descobrir o papel que a escola ocupa na socialização dos jovens estudantes do Vista Bela e como isso ocorreu no contexto da pandemia, é possível afirmar que a primeira hipótese levantada no projeto de pesquisa foi reafirmada com o levantamento de dados, pois com a escola fechada naquele período, os jovens se socializavam tendo a escola como pretexto para encontros, mesmo que momentâneos como descrito no capítulo 3, que tratou do assunto a instituição escolar Vista Bela. Havia muita riqueza de detalhes na perspectiva antropológica no dia de entrega de materiais impressos. Assim, a pesquisa atingiu o objetivo de demonstrar que as experiências escolares fazem parte do processo de socialização, mesmo na pandemia.

As experiências por eles descritas sobre ser estudante do Vista Bela, nos mostrou que são jovens com perspectivas de concluir seus estudos, trabalhar e sair do lugar que se encontram (de vulnerabilidades), melhorando a vida. Um sentimento de pertencimento ao lugar que moram e estudam foram percebidas nas respostas que empreenderam, a partir de falas que conotavam a valorização de suas realidades. Por outro lado, sobre ser morador daquele bairro, foi detectada uma naturalização da violência e de conflitos, como se fizessem parte das interações sociais. É perceptível que o modo como pensam sobre os variados assuntos abordados na pesquisa é diferente do que os responsáveis pensam e expressam, mas essa é uma variável para outras pesquisas.

Dessa forma, os resultados da pesquisa mostraram que a forma com que se divertem ou utilizam o tempo para o lazer são influenciados pelo o que consideram como lazer bom e lazer ruim: permanecer no celular durante as aulas ou frequentar bailes no bairro foi considerado por alguns jovens como lazeres ruins, mas ter acesso à internet, para eles, é fazer parte do mundo, ou seja, lazer bom.

O fator religioso foi considerado nas perguntas e foi percebido que durante o período pandêmico os templos e terreiros tiveram uma importância maior do que atualmente, pois atuavam como centros de assistência social com distribuição de cestas básicas e aconselhamento espiritual, o que diminuiu após a pandemia.

Ainda sobre atividades ligadas ao lazer, poucos são os jovens que responderam que frequentam shows. Conhecem seus artistas preferidos por meio da internet ou televisão, mas quando vêm na cidade são poucos os que têm condições de pagar pelos ingressos. Isso nos leva à reflexão do quão caro é frequentar esses eventos, não apenas para os jovens estudantes do Vista Bela, mas para boa parte da população do nosso país.

Um número que chamou a atenção foi que vinte e dois jovens estudantes disseram que nunca leram um livro. Esse dado nos leva a refletir novamente sobre as possibilidades ofertadas: no Colégio Vista Bela, por exemplo, não há bibliotecário ou outro profissional que desempenhe o papel de empréstimo ou indique livros para os estudantes, o que é comum em outros estabelecimentos<sup>135</sup>.

Poucos são os jovens que praticam esportes com assiduidade, como demonstrado na pesquisa, porém reconhecem a importância da quadra esportiva, presente no bairro, para a socialização. Mesmo àqueles que responderam que não praticam nenhuma modalidade, frequentam a quadra (que eles chamam de campinho) para se encontrarem com os amigos.

A maioria desses jovens almeja um futuro melhor, como demonstrado no Gráfico 07. Esperam ter uma profissão promissora no futuro e que a escola deve prepará-los para o ingresso na universidade. Vale ressaltar que dos formandos do Ensino Médio de 2022, dois jovens estudantes ingressaram em universidades privadas do município de Londrina/PR. Um deles com 100% de bolsa de estudos e cursará Ciências Contábeis. Foi percebido que essas questões ligadas ao trabalho era o que mais os inquietava, pois expressavam o quão urgente era resolver isso, mesmo que o preço fosse o sacrifício dos estudos, como de fato ocorreu de 2021 a 2022: muitos jovens que responderam as questões em 2021 não retornaram para a escola em 2022. A maioria pelo motivo de trabalho.

---

<sup>135</sup> Nos Colégios Brasília de Araújo e Jayme Canet, por exemplo, permanecem na biblioteca mais que um funcionário para realizar esse trabalho de empréstimo e até indicações de leitura para os estudantes.

Em suma, para a maioria desses jovens estudantes do Vista Bela, a escola representa algo positivo. Reconhecem que ali é o único meio de melhoria de vida. Por outro lado, houve aqueles que apontaram aquele espaço como um lugar negativo, classificaram a escola como autoritária, rígida e padronizada.

Na frequência cotidiana à escola, o jovem leva consigo o conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes tempos e espaços que, como vimos, constituem uma determinada condição juvenil que vai influenciar, e muito, a sua experiência escolar e os sentidos atribuídos à ela. Por outro lado, a escola que ele frequenta apresenta especificidades próprias, não sendo uma realidade monolítica, homogênea. Podemos afirmar que a unidade escolar apresenta-se como um espaço peculiar que articula diferentes dimensões. Institucionalmente, é ordenada por um conjunto de normas e regras que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. (DAYRELL, 2007, p. 1118)

Eles deixaram transparecer o quão as relações exteriores à escola influenciavam suas colocações sobre a mesma. E tudo impactava nessas colocações: brigas, discussões, namoros e ações entre eles mesmos, sendo assim, o questionamento que se levanta são: a escola faz juventudes? Considerando a complexa trama de relações sociais entre todos os sujeitos envolvidos na escola, a resposta é sim. A escola faz juventudes e as juventudes que faz a escola. No caso da transformação daquele estabelecimento em cívico-militar, foram os militares que precisaram se adaptar aos jovens estudantes e não o contrário. O fato é que sem eles (os jovens) não haveria escola nem relações sociais. Seria um mero estabelecimento de Ensino Fundamental.

Por fim, conclui-se que a pesquisa com os jovens estudantes do Vista Bela não se esgotou aqui, outras abordagens podem ser feitas, considerando o pós-pandemia e outras experiências, escolares ou não. É preciso ainda desenvolver mais estudos sobre o modelo cívico-militar com enfoque nas contradições impostas por essa política, pois de acordo com a perspectiva de Dayrell (2007), são as instituições educativas que devem ser repensadas a fim de responder aos desafios que a juventude nos coloca e não o contrário.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Meri N. da S.; ASSUNÇÃO, Ada, A. **Pressão laboral, saúde e condições de trabalho dos professores da Educação Básica do Brasil**. Artigos. Cad. De Saúde Pública, 23 mai. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2019.v35suppl1/e00169517/> Acesso em 12 jul. 2021.

ALMEIDA, Denise et. al. **Gestão territorial das políticas sociais em Londrina-PR**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores Em Serviço Social. UFES, Vitória, ES, 2018.

ALONSO, Angela et. al. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais – Bloco quantitativo**. Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo SP, 2016.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ALVES, Jolinda de M.; BUENO, Everton L. de D. **Vulnerabilidade socioterritorial na política de assistência social em Londrina/PR**. II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS III SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS II CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. Londrina/PR, 04-07 jul. 2017.

ALVES, Jolinda. **História da Assistência Social aos pobres em Londrina: 1940 – 1980**. Tese de Doutorado/ Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis/SP, 2002. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103193/alves\\_jm\\_dr\\_assis.pdf;sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103193/alves_jm_dr_assis.pdf;sequence=1) Acesso em 22 abr. 2022.

ANGELUCCI, Carla Biancha. **Conflitos, violências, injustiças na escola? Caminhos possíveis para uma escola justa**. *Cadernos de Pesquisa*, v.46 n.161 p.694-715 jul./set. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/bxGqGm6PVSQWxzNKY94WFDn/abstract/?lang=pt> Acesso em 02 nov. 2021.

ARIAS NETTO, J. M. O Eldorado: **Londrina e o Norte do Paraná - 1930/1975**. São Paulo: FFCH. USP. Dissertação de Mestrado. 1993

AUGUSTO, Maria H. O. **Retomada de um legado intelectual/ MarialiceForacchi e a sociologia da juventude**. São Paulo, 2005, p. 11-33. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/86sMfK8NFTD3D7B7dqYgcjB/abstract/?lang=pt> Acesso em 27 mai. 2021.

BEIDACK, Andréa R. dos S. **O olhar do turista da zona norte de Londrina – PR. O espaço geográfico em análise**. p. 139-165. Departamento de Geografia – UFPR, Curitiba, 2011.

BEZERRA, Heloísa G. **Planejamento urbano e programas habitacionais: o caso do Residencial Vista Bela no município de Londrina/PR.** *Geographia Opportuno Tempore*, v. 1, p. 523-536. Londrina, 2014.

BOGOHSSIAN Cynthia O; MINAYO, Maria C. de S. **Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos últimos 10 Anos.** *Saúde Soc.* São Paulo, vol. 18, n. 3, p. 411-423, São Paulo/SP, 2009.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) Acesso em 05 mai. 2022

BUNIOTTI, Daniel; GOMES, Paulo C. **Educação a Distância não é Ensino Remoto: Identificando ações da Secretaria Estadual de Educação do Paraná em 2020.** *Revista Científica em Educação a Distância. EaD em Foco*, 2021. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/download/1197/688/7546> Acesso em 15 ago. 2022

CARLOS V. **Justiça complexa e educação. Uma reflexão sobre a dialectologia da justiça em educação.** *Revista Crítica de Ciências Sociais, Lisboa, n.64*, p.107-134, Dez. 2002. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/64/RCCS64-107-134-Carlos%20Estevao.pdf> Acesso em 02 nov. 2021.

CASTRO, Sirlene R. F. **A infoexclusão escancarada pela COVID-19 e as atitudes professorais na perspectiva da sociologia das ausências e emergência.** *Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico.* Universidade de Brasília, v.6, Edição Especial Desafios e avanços educacionais em tempos da COVID-19, 2020.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a desfiliação. *Caderno CRH*, v. 10, n. 26, Salvador, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664> Acesso em 21 nov. 22

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber – Elementos para uma teoria.** Porto Alegre; Artes Médicas Sul, 2000.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo, 2001.

CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho.** Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p. 157-180.

COHN, Amélia. **As políticas de abate social no Brasil contemporâneo.** *Lua Nova*, São Paulo, 109: 129-160, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Y3jzjrjsLPLS9QfRhnc3kvG/?lang=pt> Acesso em 05 nov. 2021.

COIMBRA, Cecília M. B. **As funções da instituição escolar: análise e reflexões.** *Psicol. Cien. Prof.* 9 (3). Trabalho apresentado na Seção de Abertura da Jornada de

Psicologia Escolar, realizada pela Associação dos Psicólogos do Norte Fluminense em Campos, em outubro de 1986. Publicação 26 set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ngkGrGzndqhvjCdmDNYRfCs/?lang=pt>. Acesso em 05 jun. 2021.

CHRISTOVÃO, Ana C.; KOSLINSKI, Mariane C.; RIBEIRO, Luiz C. de Q.; ZUCCARELLI, Carolina. **Desafios urbanos à democratização do acesso às oportunidades educacionais nas metrópoles brasileiras**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, nº. 134, p.171-193, jan.-mar., 2016

DAYRELL, Juarez. **A escola faz juventudes?** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128. Campinas/SP, 2007.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. UFMG, Faculdade de Educação, n. 24, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 05 jun. 2021.

DE ASSIS MOTA, Helena. **Democracia e educação em direitos humanos no Brasil: resistência e possibilidades da defesa da plataforma humanista no cenário político nacional e mundial**. *Filosofia e Educação*, v. 12, n. 2, 2020.

DESORGANIZAÇÃO DA SEED DEIXARÁ CENTENAS DE PROFESSORES (AS) SEM AULAS. **APPSINDICATO.ORG**. Curitiba, 24 mar. 2021. Disponível em <https://appsindicato.org.br/desorganizacao-da-seed-deixara-centenas-de-professores-as-sem-aulas/> Acesso em 13 jul. 2021.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set. /dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>; Acesso em 02 nov. 2021.

FELTRAN, Gabriel de S. **Fronteiras de tensão – um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese de doutorado, Campinas SP, 2008.

FONSECA, Claudia. **Quando um caso não é um caso**. Pesquisa etnográfica e educação. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu. UFRS, set. 1998.

FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1972.

FORACCHI, M. M. **A participação social dos excluídos Parte II \_ A juventude: ascensão social e rebelião**. São Paulo, Hucitec, 1982.

FERRARO, José L. S. **Althusser, educação, Estado e (Re) produção**. Revista Contemporânea de Educação, vol. 9, n. 17, janeiro/junho de 2014.

FISCHER, Rosa M. B. **Mídia, juventude e memória cultural**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 667-686, out. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 28 ago 2022

GONÇALVES, Monica V.; MALFITANO, Ana P. S. **Juventudes no Complexo do Alemão (RJ): O que diz a literatura acadêmica?** Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro, vol. 3. Rio de Janeiro/RJ, 2019.

GOUVEIA, Daniele da S. M.; SILVA, Alcina M. T. B. da. **A formação educacional na EJA: dilemas e representações sociais**. Revista Ensaio, v. 17, n. 3, p. 749-767. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/c6HXpsJSv3CYrMcPNrqMY9S/?lang=pt> Acesso em 16 mai. 2022

GUIMARÃES, Nadya A.; BRITTO, Murilo M. A. de.; COMIN, Alvaro A. **Trajetórias e transições entre jovens brasileiros**. Dossiê Juventude e Trabalho. Novos Estud. Cebrap. São Paulo/SP, 2020.

Investimentos no ensino remoto e capacitação passam de R\$ 15milhões. **Agência de Notícias do Paraná**. Publicação 01 abr. 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=111602> Acesso em 11 jul. 2021.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 1. Ed. São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1991.

LOPES, Roseli E.; ADORNO, Rubens de C.; MALFITANO, Ana P. S.; TAKEITI, Beatriz A.; SILVA, Carla R.; Borba, Patrícia L. de O. **Juventude pobre, violência e cidadania**. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Associação paulista de Saúde Pública. São Paulo, S.P. Set. 2007. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sausoc/2008.v17n3/63-76/pt/> Acesso em 14 jul. 2021.

LOPES, Bruna C.; AMARAL, Wagner R. do. **Residencial Vista Bela no município de Londrina: uma análise sobre Território e Políticas Públicas**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão/ Centro de Ciências Sociais/ Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. Cidade Universitária da UFMA. São Luis/MA, 25-28 ago. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo12/residencial-vista-bela-no-municipio-de-londrina-uma-analise-sobre-territorio-e-politicas-sociais.pdf>. Acesso em 22 abr. 2022.

MAGNANI, José G. **A rua quinze, de praça a praça: um exercício antropológico**. PUC/PR, 1991.

MORETIN, Antonio M. As **juventudes: conceitos sob as perspectivas sociológicas**. Ensino de Sociologia em debate. Revista eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais – UEL. Ed. Nº 9, vol. 1, Londrina, 2019.

NETO, Emílio B. **O ensino híbrido: processo de ensino mediado por ferramentas tecnológicas**. Ponto e vírgula – PUC/SP. Nº 22, p. 59-72. Segundo semestre de 2017.

NOBRE, Anderson R. Nicoladelli; PEREIRA, Adriana C. de F.; MARÇAL, Rheider A. **Mapeamento Digital da Criminalidade na Região Norte de Londrina-PR-BR.** Observatório Geográfico da América Latina. Londrina/PR, 2010. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Nuevastecnologias/Cartografia/matematica/05.pdf>. Acesso em 22 abr. 2022.

NUNES, Lydia N. B. T. **Respeito aos direitos da personalidade das crianças e adolescentes.** USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – Departamento de Direito. V. 4, N. 1/ 2 Ribeirão Preto/SP, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/5027>. Acesso em 09 mai. 2022.

OGAWA Vitor. São Jorge: a invasão que virou bairro. *Jornal Nosso Dia*, 21 ago. 2014. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/jornal-nosso-dia/noticias/sao-jorge-a-invasao-que-virou-bairro-461405.html> Acesso em 14 jul. 2021.

OGAWA Vitor. São Jorge: de ocupação a bairro. **Folha de Londrina**, 08 ago. 2014. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/sao-jorge-de-ocupacao-a-bairro-889738.html>. Acesso em 22 abr. 2022.

OLIVEIRA, Dalila A. **A recente expansão da educação básica no Brasil e suas consequências para o ensino médio noturno.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio;

OLIVEIRA, Elisa F. de; ROSA, Edinete M. Representações sociais de lazer e tempo livre de adolescentes: dualidades sem descompasso. *Psicologia e Sociedade*. Programa de Pós Graduação em Psicologia. UFP, vol. 31, 04 nov. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/wdcJLQJWcCNfDByvZCJDNHL/?lang=pt>. Acesso em 25 jul. 2022

OLIVEIRA, Jaiane A de; ALMEIDA, Rosemary de O. **Juventudes e novas tecnologias da informação e comunicação: tecendo redes de ressignificados.** *Revista do NUFEN*, vol. 6, nº 2, Belém, 2014. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912014000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912014000200006). Acesso em 09 ago 2022.

PAGANI, Elaine B. dos S.; ALVES, Jolinda de M.; CORDEIRO, Sandra M. A. **Política de regularização fundiária urbana de interesse social em Londrina, Paraná.** *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 184-193, jul./set. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/sZYzcb36M6yFhFDvwx3p5w/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 03 nov. 2021.

PEREIRA, Alexandre B. **“A maior zoeira”:** experiências juvenis na periferia de São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Antropologia Social. São Paulo, 2010.

PIVETA, Ruth T. A.; CARVALHAES, Flavia F. de. **A Juventude das Periferias como alvo da violência: uma análise sobre enunciados difundidos pela sociedade brasileira.** *Psicologia Política*. Vol. 17. Nº 39. pp. 277-292. Mai – Ago.

2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n39/v17n39a07.pdf>. Acesso em 18 abr. 2022.

ROHLING, Marcos; RIBEIRO VALLE, Ione. Princípios de justiça e justiça escolar: a educação multicultural e a equidade. *Cadernos de Pesquisa* v.46 n.160 p.386-409 abr./jun. 2016. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/3287> acesso em 02 nov. 2021

ROCHA, Enid; COSTA, Joana; SILVA, Claudia B.; POSTHUMA, Anne; CARUSO, Luiz A. **Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar – como formular políticas públicas?** Dossiê Juventude e Trabalho. Novos Estud. Cebrap. São Paulo/SP, 2020.

SANTOS, Ana V. dos S.; RAPOSO, Lorena dos S. P.; SANCHES, Tales L. B.; SUGUIHIRO, Vera L. T. **Uma vista não tão bela do direito à cidade: O direito à cidade no Residencial Vista Bela.** IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, 20-23 ago. 2019. Disponível em [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissao\\_id\\_1119\\_11195cc9b91958f49.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_1119_11195cc9b91958f49.pdf) Acesso em 15 jul. 2021.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **(Re) Distribuição da população, economia e Geografia do consumo e dos níveis de vida.** In: O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED. Resolução Nº 3.616/2021 – GS/SEED. Estabelece a oferta de atividades escolares na forma presencial e remota para os estudantes da rede pública do Estado do Paraná no ano letivo de 2021. Disponível em <https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2021/09/RES-3616-2021-GS>

[SEED Estabelece as atividades escolares na forma presencial e na forma remota 2021 Revoga 673-2021.pdf](https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2021/09/RES-3616-2021-GS). Acesso em 23 abr. 2022.

SCHILLING, Flávia. **Educação em Direitos Humanos: reflexões sobre o poder, a violência e a autoridade na escola.** Univ. Psychol, v. 7, Nº 3, PP. 691-700, Bogotá, Colômbia.

SILVA, A. P.; BRANDÃO, A; DALT, S. (2009), **“Educação, pobreza: o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família”.** Revista Contemporânea de Educação. Rio de Janeiro, v.4, n.8, pp.1-18. Disponível em: [Http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br](http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br) acesso em 02 nov. 2021

SILVA, Alessandro S. da. **Direitos Humanos e Lugares Minoritários: Um convite ao pensar sobre os processos de exclusão na escola.** Programa ética e cidadania – construindo valores na escola e na sociedade. MEC, 2007, p. 1-8.

SILVA, Wesley S. **Aspectos críticos do Protagonismo Juvenil em Antônio Carlos Gomes da Costa.** Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SOUZA, Sandra Z.; OLIVEIRA, Romualdo P. de. **Ensino Médio noturno: democratização e diversidade**. Educac, n. 30, p. 53-72. Editora UFPR, Curitiba, 2008.

TOSTA, Sandra P. **Uma Etnografia para a Escola na América Latina**. Trabalho apresentado na 29º Reunião Brasileira de Antropologia. Natal/RN, 2014.

VERAS, Renata M. **Etnografia Institucional: conceito, usos e potencialidades em pesquisas no campo da saúde**. Sau. &Transf. Soc., ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.1, n.2, p.58-66, 2011. Disponível em <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/560/663>. Acesso em 23 abr. 2022.

VITTO, Douglas; MOURA, Jeani D. Paschoal. **Entre a paisagem do medo e o casulo protetor: o caso dos bairros União da Vitória e Vista Bela, Londrina/PR**. XVIII ENANPEGE, São Paulo, 2019.

WEISHEIMER, Nilson. **Marialice Foracchi e a Formação da Sociologia da Juventude no Brasil**. BIB, São Paulo, n. 77, 1º semestre de 2014 (publicada em dezembro de 2015), p. 91-117.

WILLIS, Paul; TRONDMAN Mats. Manifesto pela etnografia. *CulturalStudies: CriticalMethodologies*. SagePublicationsLtd, 2000.